

"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara - SP

Davi Gustavo de Carvalho

MAX WEBER DIANTE DO SOCIALISMO



ARARAQUARA – SP.

2008

DAVI GUSTAVO DE CARVALHO

MAX WEBER DIANTE DO SOCIALISMO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Sociedade civil, desenvolvimento e direitos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Orlanda Pinassi

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – SP.

2008

Carvalho, Davi Gustavo de
Max Weber diante do Socialismo / Davi Gustavo de
Carvalho – 2008
94 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: Maria Orlanda Pinassi

1. Max Weber. 2. Socialismo. 3. Burocracia. 4.
Dominação. 5. Ideologia. I. Título.

DAVI GUSTAVO DE CARVALHO

MAX WEBER DIANTE DO SOCIALISMO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

[Sociedade Civil, desenvolvimento e direitos]

[Bolsa Capes]

Data de aprovação: 11/06/2008

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profª Drª Maria Orlanda Pinassi

Unesp/Araraquara.

Membro Titular: Profª Drª Fátima Cabral

Unesp/Marília.

Membro Titular: Prof Dr Fernando Antonio Lourenço

IFCH-Unicamp/Campinas.

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

Aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para a realização desta pesquisa, de maneira direta ou indireta, registro aqui meus sinceros agradecimentos. Início expressando minha enorme gratidão à minha família. Aos meus generosos pais, que sempre me apoiaram em tudo que puderam, não hesitando, em diversas ocasiões, as necessidades dos filhos à frente das deles próprios, e ao meu irmão, que, sendo mais velho, serviu-me de guia e exemplo a ser seguido em inúmeras situações. Algumas das portas que encontrei abertas até aqui foram por ele gentilmente deixadas abertas.

Aos queridíssimos Rogério Fernandes Macedo, vulgo Motoca, e Elisângela de Jesus Santos, sou grato por compartilharem comigo não apenas o teto, mas angústias, alegrias, sonhos e divertidíssimos passeios e viagens. Que a vida permita que juntos possamos sempre por ela viajar.

Aos grandes amigos e amigas que fiz durante o mestrado, Daniel Dias Ângelo, Agnes de Souza, Rosa Maria Scaquetti Pinto, Cessimar Formaggio e Eliane Silva, agradeço pelas conversas sempre muito proveitosas e pela companhia sempre mais que agradável.

Merecem especial menção os amigos de Campinas. Carlos Alberto Diniz, Daniel Simões, Ricardo Whitacker e Rivaldo Silva, companheiros de grupo de estudos com os quais, desde a graduação, muito aprendi por meio de sua criativa, teimosa e incansável criticidade. Antonio Carlos Dias Júnior, Adriano Prieto, Eduardo de Jesus Veríssimo e Luís Eduardo Barbosa são igualmente parte importante de minha trajetória, estimados amigos que sempre se colocaram inteiramente à disposição para ajudar em qualquer sentido.

À minha namorada e amiga, Cíntia Capelari Aguiar, registro aqui meu profundo agradecimento pelo companheirismo nas horas boas e nas difíceis.

Agradeço ainda, com especial atenção, à professora e orientadora Maria Orlanda Pinassi, que sempre soube transcender a esfera estritamente profissional e permitiu que eu fizesse parte, sem prejuízo de seu profissionalismo, de seu círculo de amizades. Sua generosa acolhida contribuiu enormemente para meu desenvolvimento intelectual.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento disponibilizado para a pesquisa.

“Efetivamente, tenho a opinião de que não existe um meio para extirpar do mundo a fé e as esperanças socialistas. Todos os operários serão sempre socialistas num sentido ou em outro”.

(WEBER, 1993, p. 126).

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de análise a perspectiva de Max Weber em relação ao socialismo. Esse grande clássico do pensamento social sustentou posição muito crítica em relação à exequibilidade do projeto socialista. Mais precisamente, este trabalho delinea e analisa a crítica weberiana ao socialismo em sua dupla abrangência: Weber contrapõe-se tanto à ideia de que a emancipação humana seria atingida em uma sociedade socialista estabelecida, quanto às próprias possibilidades de êxito de uma revolução social que caminhasse no sentido da construção dessa sociedade. Inicialmente revelados os argumentos weberianos que sustentam tal postura, passa-se à sua subsequente discussão crítica à luz do contexto histórico na qual o pensador alemão os forjou. A cadeia de valores que norteavam o autor – base de sua postura político-ideológica – parece influenciar sobremaneira seu ponto de vista sobre o modo de produção socialista, o qual via apenas como extensão radicalizada da dominação burocrática, algo já existente em seu predecessor, o capitalismo moderno. Tomando precisamente essa ideia como central, não vislumbrava saída para a “jaula de ferro” da burocracia, apresentando-a como algo inexorável na modernidade, seja no capitalismo, seja no seu suposto antípoda, o socialismo. Por fim, muito embora desdobramentos históricos das experiências “socialistas” tenham dado razão a Weber, apresentam-se alguns elementos críticos à elaboração teórica weberiana, problematizando-se alguns aspectos de sua argumentação, cuja força e influência são inegáveis. Para isso, textos variados de sua obra são percorridos e analisados, embora tome como documento central a célebre *Conferência sobre o Socialismo*, proferida por Weber em 1918.

Palavras-chave: Max Weber. Socialismo. Burocracia. Dominação. Emancipação. Ideologia

ABSTRACT

This work aims to analyse Max Weber's perspective in relation to the socialism. This great classic of the social thought argued against the feasibility of the socialist project from a very critical point of view. More precisely, this work delineates and analyses the double biased Weberian criticism towards socialism: Weber not only opposes the idea that the human emancipation would be reached in an established socialist society, but also criticises the possibilities of success of a social revolution that could lead to that sort of society. Unveiled the arguments that underpin Weber's criticism, the subsequent critical discussion of the author's reasons is addressed in the light of the historical background in which the German thinker has come up with them. The chain of values that guided the author, which provides the basis for his political-ideological position, seems to exert great influence on the view he holds on socialism, which he has only seen as an extensive form of the bureaucratic domination, something that has already existed in its predecessor, the modern capitalism. Taking that very idea as pivotal, that negative view of socialism, Weber has considered there was no way out for the "cage of iron" of bureaucracy, thus claiming it was something inexorable in modern times, either in capitalism or in socialism, capitalism's supposed antipodal. Finally, even though some historical developments of "the socialist" experiences give reason to Weber's arguing, the Weberian theorisation and his arguing, whose strength and influence are undeniable, are questioned here based on some critical elements. In order to do so, a wide range of Weber's works are browsed and analysed; the famous *Conference on Socialism*, though, proffered by Weber in 1918, is here taken as the fundamental document for research.

Word-keys: Max Weber.Socialism.Bureaucracy.Domination.Emancipation.Ideology

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 DELINEAMENTO DA CRÍTICA WEBERIANA AO SOCIALISMO.....	13
1.1 A impossibilidade de se atingir o socialismo	15
1.2 Definição e malogro do socialismo enquanto projeto emancipacionista	19
1.3 Objeções à gestão “socialista” da produção	22
2 ANÁLISE DAS BASES DA CRÍTICA WEBERIANA	26
2.1 Definição e características da burocracia.....	27
2.2 Burocracia e burocratização: bases de sua inexorabilidade.....	32
3 RAÍZES DA POSTURA POLÍTICO-IDEOLÓGICA DE MAX WEBER	41
3.1 Filiação e formação intelectual e política	41
3.2 Carreira acadêmica e nacionalismo acima das classes.....	50
3.3 Exaltação patriótica: a Primeira Guerra Mundial.....	55
3.4 Cultura e nacionalismo: formação do Estado-Nação alemão.....	59
4 A OPOSIÇÃO PRÁTICA DE MAX WEBER AO SOCIALISMO	66
4.1 O contexto histórico.....	66
4.2 Reverberações de sua atuação política baseada no nacionalismo	70
4.3 Liberalismo e intervenção política	77
5 CRÍTICA DA CRÍTICA WEBERIANA	76
5.1 Fetichização da técnica e da burocracia	76
5.2 A inadequação metodológica da crítica weberiana da modernidade	82
5.3 A função ideológica da concepção crítica weberiana	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	91
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	94

INTRODUÇÃO

Max Weber nunca pôde se tornar um socialista. Segundo sua esposa e biógrafa, Marianne Weber (2003, p. 737-738), o sociólogo alemão alegava que razões materiais e ideológicas o impediam. Embora tenha chegado a pensar na possibilidade de ingressar nas fileiras do Partido Socialista, Weber considerava necessário, para se tornar um socialista, “compartilhar o modo de vida dos despossuídos” ou abandonar uma existência “baseada no trabalho deles”. Sendo acadêmico, portanto dependente de honorários “que não provinham do trabalho propriamente dito”, considerava-se objetivamente distante daquela realidade. Quanto ao aspecto subjetivo, supôs-se “individualista”, e intuía que os experimentos ligados à “socialização da economia” não levariam a uma nova ordem razoável (WEBER, 2003, p. 738). Por outro lado, assim como Karl Marx, em suas reflexões, conferia centralidade à questão de como era possível assegurar, sob as condições das modernas sociedades industrializadas, uma existência digna em longo prazo às massas (MOMMSEN, 1994). Tal similitude, entretanto, não culminava em iguais consequências teórico-práticas em ambos os pensadores. Ao contrário, suas perspectivas críticas os levaram a conclusões bastante distintas sobre o que viam como problemas do capitalismo. Segundo Gabriel Cohn (1979, p. 79 – grifo nosso), especialista na obra weberiana,

[...] é evidente que há um ponto em comum entre as preocupações de Marx e de Weber, e que não deve ser subestimado: a posição central atribuída aos problemas da sociedade capitalista na obra de ambos [...], porém, [...] com a diferença de que num caso isso conduz a uma **crítica revolucionária** e no outro a uma **crítica marcada pela resignação**.

A crítica resignada de Max Weber ao capitalismo, marcada por explícito pessimismo fatalista, é por ele estendida ao antípoda por excelência do capitalismo industrial: o socialismo. O pensador alemão não vislumbrava qualquer possibilidade de emancipação oriunda de uma transformação político-social no sentido do socialismo, postura crítica muito influente no pós-guerra (MÉSZÁROS, 2004), que ainda se faz notar atualmente com razoável intensidade.

Muito embora seja hoje possível apontarmos problemas na elaboração teórica weberiana sobre o tema, seu poder de antecipação em indicar alguns problemas ligados ao posterior desenvolvimento das experiências socialistas é surpreendente. Sua vigorosa mente

para de funcionar em 1920, portanto pouco tempo após o início da Revolução Russa de 1917, primeira revolução socialista triunfante da história, da qual Weber teve oportunidade de acompanhar apenas os anos iniciais.

Os elementos críticos apresentados por Weber habilitam-nos não apenas a compreender, em maior profundidade, as razões do insucesso e da queda do socialismo de tipo soviético, como também a pensar as possibilidades do socialismo no século XXI, na exata medida que se configura em contundente crítica da estatização, da ampliação desmesurada da *burocracia* e de seu amplo poder de controle. Na perspectiva weberiana, a burocracia é o problema fundamental da política moderna, tanto no capitalismo como no socialismo; disso decorre a centralidade desse conceito no pensamento do preocupado professor Weber (TRAGTENBERG, 1976).

Após a queda do muro de Berlim, em 1989, seguida da dissolução da União Soviética, em 1991, e o subsequente malogro da experiência do assim denominado “socialismo real”, ingressamos em uma época de quase generalizada descrença na possibilidade superação do capitalismo, perspectiva sintetizada na célebre tese do “fim da história” (FUKUYAMA, 1992), segundo a qual o capitalismo e a democracia liberal seriam o ponto de chegada na evolução da história humana. Nesse contexto, o pessimismo weberiano ecoa do século passado até nós quase como um alerta: deveria ter sido ouvido com especial atenção em relação a alguns dos precisos apontamentos que produziu sobre o socialismo a ele contemporâneo.

Não obstante ter sido construída no sentido de objetar o socialismo e caracterizá-lo como inatingível, cumprindo assim a missão ideológica específica de eternizar o presente capitalista (MÉSZÁROS, 2002), conforme desenvolvemos a seguir, a crítica weberiana, com propriedade e precisão conceitual, comporta os fundamentos de alguns dos principais problemas enfrentados pelo socialismo real do século XX enquanto modelo de organização social que se supunha superior ao capitalismo, notadamente no que tange à capacidade de promover ambiente propício à igualdade social e à ampliação das liberdades.

Nesta dissertação, apresentamos os resultados de trabalho de pesquisa cujos objetivos foram delinear, analisar e discutir a crítica weberiana ao socialismo, bem como buscar elucidar suas bases de sustentação à luz do ambiente histórico-cultural no qual foi tecida pelo autor em tela. Tais aspectos são desenvolvidos e explicados no texto que se segue, composto de seis seções.

Na primeira seção, delinea-se a crítica weberiana e ressalta-se o eixo central de sua argumentação, em torno da qual se desdobram outros aspectos. Baseado sempre na tese segundo a qual a tendência à burocratização já existente sob o capitalismo apenas se agravaria no socialismo, Weber tece objeções às possibilidades de eclosão de uma revolução socialista, assim como erige argumentos contrários à suposta emancipação que acompanharia a adoção desse novo modo de produção e sociabilidade. A seção é encerrada com a apresentação das objeções postas pelo autor – igualmente ancoradas naquela tese – à gestão socialista da produção, no caso específico de uma suposta transição “bem-sucedida” da forma de organização econômica capitalista ao projeto socialista.

A segunda seção expõe as bases de sustentação da crítica weberiana previamente delineada. Por meio da leitura imanente de seus ensaios voltados ao tema, o conceito chave da burocracia é definido, assim como são apresentados, nos termos de Weber, os fundamentos da inexorabilidade do fenômeno burocrático, eixo central de sua perspectiva crítica. Tal como ocorre na primeira, a segunda seção apresenta as ideias weberianas sem, no entanto, problematizá-las. A pretensão, até aqui, é apenas reconstruir parte do arcabouço teórico do autor, evitando intervenções próprias. Valemo-nos, nesse ponto, de comentadores especializados, como Bendix (1986) e Tragtenberg (1976), no sentido de subsidiar e tornar mais clara a exposição desses conceitos.

Desdobrada sua crítica, bem com seus fundamentos últimos, lacunas teóricas contraditas por fatos empíricos posteriores vêm à tona, o que nos leva a indagar sobre seus pressupostos político-ideológicos, assim como nos conduz a investigar com maior profundidade o contexto no qual esses foram gerados. Isso é feito na terceira seção, onde parte da trajetória de Max Weber é utilizada como subsídio para compreendermos sua postura política-ideológica, além das próprias origens e características dessa última. Com base fundamentalmente na biografia de autoria de sua esposa, Marianne Weber (2003), sua posição liberal e nacionalista é ressaltada, uma vez que influencia sua produção propriamente teórica, tal como ocorre em suas intervenções no plano político.

Partindo da intrínseca relação entre teoria e prática, a quarta seção expõe, ainda que de maneira sumária, como a aludida posição político-ideológica de Weber o impulsionou à

ação política-prática, sempre contrária ao socialismo. Algumas reverberações de sua relativamente restrita atuação política são apresentadas visando demonstrar como sua influência nos rumos da nação alemã, embora menos intensa do que desejava, já se fazia notar à sua época. Crítica teórica e ação prática se fundem, condicionam-se mutuamente, conferindo, com a exposição das possíveis relações entre essas, maior complexidade à análise aqui pretendida.

Subsequentemente ao que foi exposto, a quinta seção comporta, dialeticamente, a *crítica* da crítica weberiana. Alguns aspectos da perspectiva do autor são ali questionados. Para isso, apoiamo-nos, mas não apenas, em parte do arsenal crítico dos filósofos húngaros Gyorgy Lukács e Istvan Mészáros. Antes disso, porém, nessa seção procedemos à crítica do caráter fetichista contido em um dos principais sustentáculos da crítica weberiana: a técnica moderna. Apresentada a partir de uma visão fetichista, esse aspecto de seu pensamento termina por condicionar outros, conferindo um caráter improvável a algumas das conclusões a que chega o autor.

À guisa de conclusão, procedemos às considerações finais, seção na qual é realizado um breve balanço geral sobre a força e os problemas da visão weberiana acerca do tema elencado. Sua dimensão e influência ganham destaque, em função da inegável coerência interna de sua crítica; porém, algumas possíveis limitações são indicadas, notadamente no tocante à incapacidade (ou impossibilidade) do autor transcender a realidade sociopolítica de sua época. Como veremos, Max Weber não vislumbrava saída razoável para a miríade de problemas gerados pelas sociedades modernas industrializadas, o que, de modo algum, autoriza-nos a abandonar o esforço de compreensão de sua crítica teórica às possibilidades de ultrapassagem do capitalismo hegemônico.

I DELINEAMENTO DA CRÍTICA WEBERIANA AO SOCIALISMO

“Uma discussão com socialistas e revolucionários convictos é uma coisa problemática. Segundo minha experiência, não se consegue convencê-los nunca”
(WEBER, 1994, p. 276).

Muito diversas foram as oportunidades em que Max Weber fizera referência – direta ou indireta – ao socialismo. Chegou mesmo a lecionar cursos sobre esse tema no *auditorium maximum* da Universidade de Munique, em 1920, para um dos quais chegou a contar com cerca de seiscentos jovens matriculados (WEBER, 2003, p. 803). Há referências sobre o tema em diversas passagens de suas obras – incluindo aí o monumental *Economia e Sociedade* –, mas em nenhuma delas, como na *Conferência sobre o Socialismo*¹, sua crítica aparece de modo tão desenvolvido, articulado e contundente. Essa é a razão pela qual nos valemos principalmente desse documento para o delineamento o mais preciso possível do caráter de sua crítica ao socialismo Proferida em junho de 1918, diante de cerca de trezentos oficiais do exército austro-húngaro², nessa conferência Weber procurou se contrapor tanto às possibilidades de implantação do socialismo – elencando as teses, a seu ver equivocadas, contidas no *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels – como às possibilidades de emancipação humana que estariam intrinsecamente incorporadas neste sistema socioeconômico.

¹ No Brasil há duas edições traduzidas para o português desta *Conferência* de Max Weber. As referências são as que seguem: “O Socialismo”. In: GERTZ, René E. (org.) *Max Weber e Karl Marx*, São Paulo: HUCITEC, 1994, Pp. 251-277 e “Conferência sobre o socialismo” in: FRIDMAN, Luis Carlos (org). *Socialismo / Émile Durkheim, Max Weber*, Rio de Janeiro: Relume e Dumará, 1993, Pp.85-128. As citações desta *Conferência* no presente trabalho, via de regra, foram retiradas da edição organizada por René Gertz, que parece apresentar melhor tradução do que a organizada por Luis Carlos Fridman.

² O Império Austro-Húngaro compunha, juntamente com a Alemanha e o Império Turco-Otomano, a chamada **Tríplice Aliança**, que estava em guerra contra a **Tríplice Entente**, composta pelo Império Britânico, Império Russo, França e, mais tarde, Estados Unidos da América. Em verdade, o acordo militar intitulado **Tríplice Aliança** tinha sido composto em 1882, com a participação da Itália, a qual mudara de lado durante a guerra, passando a combater a favor da **Entente**. Pelo acordo, os países deveriam intervir caso um dos membros fosse atacado por duas ou mais potências. Portanto, não à toa Weber, ainda no calor da Primeira Grande Guerra – embora essa já caminhasse para seu fim – pronuncia uma Conferência de tal porte para oficiais de um exército aliado.

De um modo geral e recorrente, Weber desfere suas críticas ao socialismo a partir de uma determinada concepção da moderna sociedade industrial. Para ele, caracteriza a era moderna o fato de que todos os aspectos da vida apresentam-se altamente racionalizados e requerem a existência de grandes agências burocráticas responsáveis pelas tarefas produtivas e administrativas reguladoras da vida social, as quais não cessam de expandir³:

Cada vez mais, o destino material das massas depende do funcionamento firme e correto das organizações crescentemente burocráticas do capitalismo privado. A ideia de eliminar essas organizações torna-se cada vez mais utópica. (WEBER, 1991, p. 980).

Baseado nessa convicção, Weber (1991 e 1966) via na “coletivização” da economia, por meio da instauração do socialismo, não apenas a necessária permanência daquelas agências – já existentes e impulsionadas no capitalismo –, como também previa o alargamento quase sem precedentes da dominação burocrática sobre os indivíduos. Tal é o principal aspecto da crítica weberiana ao socialismo que é, na realidade, uma extensão da mesma crítica voltada à modernidade capitalista. Sobre aquela tendência, Weber (1994, p. 257) foi enfático, na *Conferência*, ao sugerir como também o socialismo dela não escaparia:

Isto é inevitável e esta realidade é a primeira com que também o socialismo deve contar: a necessidade de uma longa formação profissional, uma especialização cada vez mais profunda e a direção nas mãos deste funcionalismo especializado. Outra maneira não há para dirigir a economia moderna.

A análise inicial do documento permite ainda observarmos que, a partir do aspecto central apontado – a tendência à burocratização – Weber procura objetar o socialismo não apenas enquanto projeto político potencialmente capaz de levar à emancipação humana após sua implantação, como também apresenta argumentos contrapostos à possibilidade mesma desse novo sistema socioeconômico ser atingido.

³ Em linhas gerais, em Weber, a modernidade pode ser explicada a partir de sua equivalência com a ordem social capitalista moderna, marcada pela racionalidade típica do capitalismo em sua fase industrial.

1.1 A impossibilidade de se atingir o socialismo

Na *Conferência*, há um esforço do autor em polemizar e refutar teses do *Manifesto Comunista* relacionadas às possibilidades e vias de implantação do socialismo, assim como faz com as teses do marxismo de seu tempo pretensamente baseadas nesse documento, trazendo à tona uma determinada concepção de socialismo, contra a qual argumentava. Sua crítica aponta – e refuta com veemência – um suposto viés teleológico em Marx e Engels, expresso pelo que chama de “profecia patética” presente no *Manifesto*, a tese geral de que, em síntese, a “forma econômico-privada” desapareceria e o socialismo seria inexoravelmente atingido no percurso histórico-humano (WEBER, 1994, p. 264-265). Nada mais falso, do ponto de vista weberiano. Para ele, teses do *Manifesto* oriundas dessa ideia central seriam também igualmente falsas.

Assim, em relação a essas teses, Weber (1994) as refuta, uma a uma, procurando demonstrar sua inadequação perante as tendências de sua época. Distante mais de meio século da redação do *Manifesto*, opõe sua noção de ampliação da burocracia por meio do “rápido aumento dos funcionários” às teses acerca da “pauperização das massas” e da tendência à “bipolarização” inversamente proporcional entre “empresários” e “proletariado”, ambas contidas no documento de Marx e Engels. Tais teses, embora similares nas consequências por elas apontadas, procuram se sustentar em diferentes aspectos. A primeira delas, designada por Weber (1994, p. 265) como “teoria do empobrecimento” refere-se, em síntese, à ideia de que a crescente automação da produção produziria um enorme “exército industrial de reserva” que, por sua vez, tornaria insustentáveis as condições de vida do próprio proletariado, incitando-os à revolução. Tornaram-se célebres as passagens do *Manifesto* que defendem essa concepção de Marx e Engels (1998, p.49, grifo nosso):

O operário moderno [...] em vez de elevar sua posição com o progresso da indústria, desce cada vez mais abaixo das condições de existência de sua própria classe. Cai no **pauperismo** que cresce ainda mais rapidamente do que a população e a riqueza. Torna-se, então, evidente que a burguesia é incapaz de continuar sendo a classe dominante da sociedade [...].

Já a segunda tese defende a perspectiva de que, em função da concorrência, os capitalistas apresentar-se-iam em número cada vez menor, ocorrendo processo exatamente inverso em relação ao proletariado. Para Marx e Engels (1998, p. 43, grifo nosso),

[...] os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses – caem, pouco a pouco, no proletariado, em parte devido ao seu capital diminuto que não está à altura da indústria moderna, sucumbindo na **concorrência** [...]. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da produção.

Como consequência disso, na leitura que Weber (1994, p. 266) faz do *Manifesto*, também aqui a ordem social baseada na dominação dos “empresários” se tornaria insustentável. No entanto, a seu ver, uma nova “classe” de funcionários, de uma perspectiva estatística “[...] aumenta mais rapidamente do que os operários, e seus interesses de maneira nenhuma se localizam claramente na direção de uma ditadura do proletariado” (WEBER, 1994, p. 266). Observa-se, com isso, que Weber refuta qualquer tentativa de se apontar, em suas palavras, uma “tendência unívoca para a proletarização”, a qual poderia redundar em maior coesão do proletariado rumo a uma revolução de cunho socialista.

Há também um conjunto de ideias contidas no *Manifesto*, consideradas por Weber (1994: 266) “teses mais sóbrias”, embora ligadas ao que o autor classifica como “esperanças patéticas”, que são igualmente refutadas com base no mesmo argumento central. É o caso da concepção segundo a qual a máquina substituiria os “especialistas”, tornando-os todos membros de uma classe trabalhadora sem graves cisões internas. Essa substituição possibilitaria, por conseguinte, maior “unidade” e “consciência” na luta revolucionária contra a burguesia, supõe o *Manifesto*, segundo a leitura de Weber. Em relação a essa concepção, Marx e Engels (1998, p.44), argumentam que:

Com o desenvolvimento industrial [...] o proletariado não cresce unicamente em número; concentra-se em massas cada vez maiores, fortalece-se e toma consciência disso. Os vários interesses e as condições de existência dos proletários se igualam, à medida que a máquina aniquila todas as distinções de trabalho, reduzindo todos os salários a um único nível igualmente baixo.

Como consequência direta disso, sustentam que:

[...] os conflitos individuais entre o trabalhador e o burguês assumem cada vez mais o caráter de conflito entre suas classes. A partir daí os trabalhadores começam a formar uniões (sindicatos) contra os burgueses; atuam em conjunto na defesa dos salários; fundam associações permanentes que os preparam para esses choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em motim.

No entanto, Max Weber (1994: 268 – grifo do autor) contrapõe a perspectiva presente no *Manifesto* indicando tendência oposta na evolução do capitalismo, pois, para ele, o crescimento do número de trabalhadores “ensinados” junto à máquina, não especializado

[...] representa uma diminuição, mas não a eliminação, da especialização profissional. Por outro lado, aumenta a especialização profissional e a exigência de uma formação especializada entre todas as camadas que, dentro do processo de produção, se localizam *acima* da camada dos trabalhadores, desde o capataz e o contramestre, e ao mesmo tempo vai aumentando o número relativo das pessoas que fazem parte desta camada.

A própria evolução técnica e de organização da produção capitalista amplia, consideravelmente, a divisão interna do trabalho, gerando camadas acima da dos trabalhadores (comuns), em função da especialização necessária. Nota-se, dessa maneira, como Weber observava, já no primeiro quartel do século passado, o surgimento e expansão do que talvez hoje designaríamos sinteticamente como um tipo de *administrador*, evidentemente descolado dos interesses proletários. Muito embora tais profissionais especializados sejam objetivamente trabalhadores assalariados, sua posição privilegiada no processo produtivo obscurece a exploração econômica objetiva à qual estão submetidos, obstaculizando sobremaneira aquela unidade aludida que conduziria à consciência (de classe) necessária a um processo revolucionário. Atento a isso, Weber (1994: 268 – itálicos no original) prosseguia sua argumentação tecendo paralelos da hierarquia do âmbito produtivo com a do âmbito militar. De acordo com ele,

É verdade: também eles [os trabalhadores especializados] são ‘escravos do salário’ (...) [Porém], é natural que o trabalhador odeie o contramestre, que está sempre em cima dele, muito mais que o dono da fábrica – e o dono da fábrica é odiado mais do que o acionista, apesar de que seja o que efetivamente obtém ganhos *sem trabalhar*, enquanto o dono da fábrica realiza um árduo trabalho intelectual e o contramestre está ainda mais próximo do trabalhador. Isto é coisa que também acontece no exército; em geral, o cabo [que está acima dos soldados rasos] é aquele que atrai sobre si as maiores antipatias ou ao menos tem as maiores chances de atraí-las, pelo

que pude observar. Em resumo, a evolução da estratificação está muito longe de ser claramente proletária.

Ressaltando as distinções subjetivas dessas camadas acima do proletariado, Weber argumenta ainda que a já citada camada de funcionários apresenta “um certo caráter estamental”, precisamente por necessitar, para sua formação, de um “tipo de informação bem específica”. E esse caráter estamental afasta terminantemente esta camada dos interesses do proletariado:

Nada é mais estranho a esta camada do que a solidariedade com o proletariado, do qual ela justamente procura distinguir-se cada vez mais. Em medida diferente, mas sensível, algo semelhante vale para as camadas inferiores destes funcionários. Todos estão atrás de qualidades que tenham algo de **estamental**, seja para eles próprios, seja para seus filhos (1994: 269 – grifo do autor).

Contudo, muito embora Weber enumere a sucessão de argumentos expostos no sentido de objetar as possibilidades de implantação do socialismo por qualquer via, isto é, de maneira evolucionista ou revolucionária, elencando as dificuldades existentes à sua época para tal empreitada, termina por considerar uma única possibilidade real na qual uma revolução socialista poderia consagrar-se vitoriosa: em contexto de guerra. Para o autor,

Não há dúvida de que, numa guerra com suas fantásticas transformações e em função daquilo que aí muitas vezes desaba sobre o operariado, como a fome, também a massa proletária pode ser seduzida pelas concepções sindicalistas⁴ e, possuindo armas, pode apossar-se do poder sob a liderança de tais intelectuais, **desde que o colapso político e militar de um Estado o possibilite** (1994: 273 – grifo nosso).

Duas considerações merecem ser feitas sobre a passagem citada. Primeiro, Weber necessariamente teria que incorporar esta possibilidade, a de uma revolução socialista ocorrer em tempos de guerra, pelo óbvio motivo de que isto acabara de ocorrer na Rússia de 1917 – lembrando que a *Conferência* fora proferida em 1918, um ano após a Revolução de Outubro. Sendo um intelectual de reconhecida seriedade e probidade, não violentaria a História na tentativa de obstaculizar teoricamente algo já iniciado, tendo, dessa maneira, que fazer uma concessão aos fatos. Em segundo lugar, observa-se que Weber estabelece ainda uma ressalva

⁴ Corrente socialista, revolucionária e radical, oposta aos socialistas evolucionistas e reformistas existentes no seio do movimento operário.

acerca das condições especialmente necessárias para a eclosão de um evento dessa natureza, mesmo em contexto de guerra: o Estado precisa ingressar em colapso político e militar, sem o que o poder não poder ser assaltado pelas massas proletárias.

1.2 Definição e malogro do socialismo enquanto projeto emancipacionista

A esta altura de nossa exposição, apontamos apenas uma vertente da dupla abrangência das críticas de Max Weber. O autor, no entanto, vai além da avaliação das possibilidades da transição socialista, das condições concretas para a ultrapassagem da ordem social capitalista. Ele também põe em dúvida as possibilidades de êxito do socialismo enquanto sistema econômico-social capaz de levar à emancipação. E isso porque, em sua concepção, o socialismo faria expandir exponencialmente a já citada tendência à burocratização da vida social, em todos os seus âmbitos, ao passar às mãos do Estado o controle sobre a totalidade dos meios de produção e de administração da vida social (1996, p. 24).

Desse modo, o ideal socialista de emancipação da classe trabalhadora e, por meio dela, de toda a humanidade – “a ausência da dominação” –, não seria atingido caso o socialismo – nas condições especialíssimas citadas – se sagra-se vitorioso. E, neste aspecto específico de sua crítica, de fato, as suposições de Weber materializaram-se na história. Alertava ele que, caso um país atingisse uma “economia comum”, de tipo socialista”, a vida do trabalhador mudaria pouco e para pior, em virtude do aumento de sua dependência. Convicto disso, sustentava que:

[...] a sorte do empregado que trabalha numa mina não muda de forma alguma se a mina é privada ou estatal (...) Mas a diferença é que contra o Estado não se pode fazer greve, assim que neste tipo de socialismo de Estado a dependência do trabalhador é consideravelmente ampliada (1994, p. 261-262).

Tal como Weber (1994, p. 268) havia indicado já como tendência da modernidade – não somente sob o capitalismo, mas em qualquer tipo de “socialização” que levasse à ampliação do “funcionalismo” –, os desdobramentos da experiência do socialismo real podem ter caracterizado a ascensão de uma “ditadura do funcionário, e não do trabalhador”. Afinal,

como sintetizou de maneira simples o historiador estadunidense Moshe Lewin (2007, p. 41), ao criticar o socialismo de tipo soviético: “Socialismo envolve o controle dos meios de produção pela sociedade, e não pela burocracia”.

No entanto, observa-se que a crítica weberiana à organização socialista da produção, seja em relação à possibilidade de sua realização, seja à sua potencialidade emancipatória supostamente nula, traz à tona uma determinada noção de socialismo, que nosso autor define em oposição à “ordem econômico privada”, essa definida como:

[...] uma situação na qual o abastecimento econômico está nas mãos de empresários privados, de forma que estes empresários, através de contratos de compra e de contratos salariais, conseguem os instrumentos, os funcionários e as forças de trabalho, e produzem os bens sob risco econômico próprio e na expectativa de lucro, vendendo-os no mercado. Esta ordem econômico privada foi denominada de “anarquia da produção” (WEBER, 1994, p. 259).

Por conseguinte, sendo o oposto daquela forma econômico privada, o socialismo tem significado e características específicas:

No sentido mais amplo da palavra, significa aquilo que se costuma chamar de ‘economia comum’. Uma economia, portanto, em que, em primeiro lugar, faltaria o lucro, ou seja, a condição de os empresários privados dirigirem a produção por conta e risco próprios. Em vez disso, a direção estaria nas mãos de funcionários da associação popular, que assumiriam a direção [...] Em segundo lugar, faltaria, como consequência, a anarquia da produção, isto é, a concorrência entre os empresários (WEBER, 1994, p. 261).

Planejamento da economia, em vez de “anarquia da produção”, e direção desse processo não mais nas mãos de empresários, mas nas de uma “associação popular” responsável pelo abastecimento econômico, extinguindo-se, por isso, o lucro: eis a “economia comum”, o socialismo.

Precisamente por partir dessa concepção é que, para Weber, houve vários momentos da história nos quais o abastecimento era garantido “de forma socialista”,⁵ ou seja, “organizado de acordo com um plano”. Por exemplo, desde a Antigüidade – como no caso de Roma – à Idade Média, cabia às cidades planejar e tomar as providências necessárias ao abastecimento interno, e não ao “comércio livre” nas mãos da “iniciativa privada”. Mas a

⁵ “Por toda parte, em todos os tempos e em todos os países do mundo, existiram socialismos dos mais diferentes tipos”, dizia. (WEBER, 1994, p. 260).

moderna sociedade industrial apresenta algumas peculiaridades, as quais dão a nota singular também de sua versão planejada, o “socialismo moderno”:

O que caracteriza nossa situação atual é que a economia privada, ligada a uma organização burocrática privada e consequentemente à separação do trabalhador dos instrumentos de trabalho, domina uma área onde estes dois traços aparecem juntos e que tem uma abrangência nunca vista na História; é a produção *fabril*, e este processo coincide com a criação da produção mecânica dentro da fábrica, com um ajuntamento de forças de trabalho num mesmo espaço, estreitamente vinculado à máquina, e com uma *disciplina* de trabalho dentro da sala de máquinas ou da mina” (WEBER, 1994, p. 259-260 – grifos no original).

O “socialismo moderno” surge nesse contexto de maior dimensão do sistema fabril, marcado pela disciplina, portanto diferenciando-se dos outros tipos de socialismo, existentes em outras épocas e lugares. Demonstrando notável conhecimento de conceitos da economia política, o princípio da disciplina é explicado por Weber (1994, p. 260) com base “num rígido processo de seleção” dos trabalhadores, pois estes precisam estar em condições de explorarem ao máximo o rendimento das máquinas. E tal processo de seleção, explica, é acirrado pela igualmente encarniçada concorrência intercapitalista, “[...] a qual os obriga a ater-se a certos limites máximos de salários: ao caráter compulsório da disciplina corresponde o caráter compulsório dos ganhos dos trabalhadores”. Por isso, estando os capitalistas privados em concorrência entre si, para além da rigorosa seleção, farão o possível para eliminar o trabalho humano ao máximo, “e em especial o mais bem pago”, por máquinas capazes de substituí-lo. Esse “processo inevitável” é reconhecido como característica da “ordem produtiva enquanto tal”. Exatamente por isso,

Todo socialista **com formação científica** oporá resistência incondicional a qualquer tentativa de responsabilizar um empresário individual pelo destino que se forja para o trabalhador e dirá que isto se deve ao sistema, à compulsão dos fatos a que estão submetidos todos os atingidos, tanto o empresário quanto o trabalhador” (WEBER, 1994: 261 – grifos nossos).

1.3 Objeções à gestão “socialista” da produção

Outro aspecto importante da crítica weberiana ao socialismo são suas objeções à gestão de uma economia planificada. Weber põe em dúvida a capacidade de gestão da administração e da produção social por parte dos revolucionários em uma sociedade socialista que exclua a forma econômico-privada. Muito embora possa admitir tal configuração como hipótese, tece a seguinte consideração: “Quem assumirá e comandará esta nova economia?”. E, após este questionamento, prossegue, resgatando o documento socialista por ele considerado central:

Sobre isto o *Manifesto Comunista* cala, ou melhor, deu respostas que permitem muitas interpretações. Como será a ‘associação’ de que fala o *Manifesto*? Que germes de tais associações o socialismo pode pôr em ação, para o caso de efetivamente ter a chance de conquistar o poder e utilizá-lo de acordo com seu desejo? (WEBER, 1994, p. 273).

Versando sobre uma das correntes revolucionárias existentes no Império Alemão, a vertente denominada “sindicalista”, Weber questiona sua capacidade de gerir a economia, levando-se em consideração a (implícita) hipótese da tomada do poder por esse grupo. De seu ponto de vista, não há a menor possibilidade de prescindirem da camada intelectual especializada, ou seja, de uma hierarquia privada de funcionários detentora da totalidade dos conhecimentos necessários à plena realização do processo produtivo. Para o pensador alemão:

A questão crítica é a seguinte: de onde os sindicalistas esperam buscar as forças para tomar em suas mãos a direção da produção. Pois constituiria naturalmente erro grave acreditar que um sindicalista com a melhor formação, com longa folha de serviços e com conhecimento perfeito das condições de trabalho devesse conhecer a empresa fabril como tal, visto que toda fábrica moderna se baseia no cálculo, no conhecimento da mercadoria, no conhecimento do mercado, no conhecimento técnico – coisas que simplesmente não tiveram oportunidade de conhecer. Assim, querendo ou não, eles também estarão na dependência de não-trabalhadores, de ideólogos da camada intelectual (1994, p. 273).

Como já exposto acima, Weber tece suas considerações em um contexto impregnado pela grande Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, a qual lhe fornecia substrato histórico

e concreto para embasar parte de suas críticas e objeções ao socialismo, não obstante tal experiência estivesse apenas principiando. Em outras palavras, o autor colocava em dúvida se os bolcheviques⁶ russos teriam condições, apoiados apenas na classe trabalhadora, para fazer girar as pesadas engrenagens da produção naquele país. O próprio governo bolchevique, argumenta, já era composto em sua maioria de intelectuais – dentre os quais muitos não-russos, formados nos grandes centros europeus, como na Áustria e na Alemanha⁷. Além disso, aponta como os revolucionários russos estavam se valendo do uso da “empreitada” nas poucas fábricas sobre seu controle direto – cerca de 10% do setor produtivo –, assim como mantinham os antigos empresários à frente de algumas dessas fábricas à custa de altas subvenções, pois apenas esses detinham “o conhecimento especializado”. O mesmo acontecia no exército, onde o governo bolchevique necessitou de antigos oficiais formados, voltando a pagar seus soldos (WEBER, 1994). Dito de outra maneira, a revolução socialista mal começara e já dava sinais, do ponto de vista weberiano, de que não poderia prescindir de funcionários especializados em nenhuma esfera da sociedade russa em transformação. A reprodução da hierarquização das relações sociais era evidente no socialismo soviético, desde seu início. No limite, os bolcheviques lograram pôr a burocracia estatal em funcionamento “privando-os do ganha pão”; porém, o pessimismo do intelectual observador edifica-se diante dessa experiência e sentencia:

Mas a longo prazo uma máquina estatal e uma economia não podem ser dirigidas desta forma e, até o momento, a experiência não é muito animadora. O que admira é que esta organização esteja funcionando há tanto tempo (WEBER, 1994, p. 273-274).

Na sequência, expõe a base dessa postura pessimista, explicando o porquê do sistema soviético perdurar:

Isto acontece porque é uma ditadura militar, não dos generais, mas dos cabos, e porque os soldados que voltaram cansados do front se juntaram com os camponeses acostumados a um comunismo agrário — ou então porque os

⁶ Cumpre aqui esclarecermos que as denominações “bolchevique” e “menchevique” das alas em luta na Rússia revolucionária surgem após 1903, quando da realização de um Congresso do *Partido Operário Social-Democrata Russo* (POS DR). O termo “bolchevique”, do russo, significa “majoritário”; inversamente, “menchevique” significa “minoritário”. Os primeiros, liderados por V. I. Lênin, tomam o poder na Rússia em 1917, quando ainda mantinham o termo no nome da facção, mas o alteram no ano seguinte para *Partido Comunista de Toda a Rússia*. O nome *Partido Comunista da União Soviética* (PCUS) só é adotado a partir de 1952.

⁷ Referia-se, por isso, ao bolchevismo como uma “ditadura de sargentos” (WEBER, 1994, p. 272).

soldados se apossaram, com a força de suas armas, das aldeias e recolheram contribuições, fuzilando todos aqueles que se opunham a eles. É a única grande experiência de uma ‘ditadura do proletariado’ feita até agora [...] (1994, p. 273-274).

O refinamento e a sagacidade da argumentação crítica weberiana vão ainda mais longe. Weber (1994, p. 274-275) opõe, contra os bolcheviques e suas ações, concepções do próprio marxismo apontado por ele como “ortodoxo”, sempre no sentido de apresentar obstáculos à *plena* realização do ideário socialista. Para o autor em voga, há um “dogma fundamental” do “verdadeiro marxismo”, abandonado suposta e inexplicavelmente apenas por uma “seita” – os bolcheviques, no caso – na Rússia revolucionária. De acordo com a interpretação weberiana desse dogma:

[...] a sociedade e sua ordem econômica se desenvolvem segundo uma lei natural, por assim dizer em etapas etárias, e que, portanto, uma sociedade socialista não pode surgir nunca e em lugar nenhum, antes que a sociedade burguesa tenha atingido o amadurecimento pleno – e isto, mesmo na opinião socialista, não acontece em lugar algum, pois ainda existem camponeses e artesãos.

A existência de numerosos indivíduos membros das duas classes aludidas – camponeses e artesãos – na Rússia e mesmo fora dela, surge como obstáculo capaz não de impedir um processo revolucionário, mas de alterar sua configuração, logo suas realizações e consequências finais. Com base nesse “dogma marxista”, argumenta que uma revolução desse tipo, com essas características, atingiria apenas um estágio superior, uma ordem social elevada, mais próxima da “ordem socialista do futuro”; porém, essa nova sociedade contaria ainda com “direção burguesa”, e não proletária. Tal é a crença, segundo Weber, de todo marxista “ortodoxo”, ao menos fora da Rússia. Nesse país, a grave cisão entre socialdemocratas mencheviques e bolcheviques baseia-se fundamentalmente nessa “heresia” adotada pelos últimos, crentes na possibilidade de ultrapassagem do *status* burguês da ordem social contra a qual lutavam e sua elevação a uma ordem realmente superior, uma sociedade socialista. Como expõe o autor, para os mencheviques

[...] esta experiência bolchevique de implantar de cima, sobre o *status* atual da sociedade burguesa, uma ordem socialista não só é uma besteira, mas também um pecado contra o dogma marxista. O violento ódio mútuo das duas orientações tem sua origem nesta heresia (1994, p. 275)

Tratando os mencheviques como ortodoxos, e seus adversários, bolcheviques, como uma espécie de revisionistas dos dogmas marxistas, embora mais radicais e minoritários em relação à adesão àqueles dogmas, Weber vai ainda indagar – sempre criticamente – quais seriam as reais consequências de um processo revolucionário “sobretudo durante a guerra”. De modo astuto, partindo da consideração (talvez apenas tática) acerca da validade daquele dogma “evolucionista” do marxismo, sustenta a tese de que uma revolução nessas condições traria apenas resultados indesejáveis para os próprios socialistas, pois atrairia sujeitos sociais ligados à ordem. Quanto a esse ponto, expõe suas ideias de modo tão claro quanto eloquente que, uma vez mais, deixamo-lo falar por si só:

[A revolução] pode desencadear uma guerra civil e com isto talvez a vitória da *Entente*, mas não criar uma sociedade socialista; ela, além disso, reunirá, num Estado que tenha sofrido um colapso, um batalhão de interesseiros camponeses e pequenos burgueses, ou seja, os adversários mais radicais de **qualquer** socialismo (1994, p. 275).

E prossegue, em passagem imediatamente subsequente, apontando supostas contradições na própria prática dos socialistas revolucionários em relação ao que considera dogmas marxistas:

E ainda, uma revolução contribuiria para uma tremenda destruição de capital e para uma grande desorganização, ou seja, um recuo do desenvolvimento social que o marxismo justamente exige e que pressupõe uma saturação cada vez maior da economia com capital (1994, p. 275).

O ponto de vista de Max Weber torna relativamente evidente, caso observemos com a devida acuidade, para além de sua preocupação com os destinos da Revolução Russa, uma inquietação implícita com os destinos de sua própria nação, a Alemanha. Daí afirmar, na passagem supracitada, que a revolução poderia levar à vitória da *Entente* na guerra. Em junho de 1918, quando da realização da *Conferência*, a Rússia – país membro da *Entente* – já havia se retirado da Guerra, por meio da assinatura do Tratado de Brest-Litowsk, firmado no início do mesmo ano. Se levarmos em conta que a *Conferência* foi pronunciada para oficiais do exército do Império Austro-Húngaro – aliado do exército do Império Alemão – e, além disso, se observarmos que a Rússia já estava fora da guerra com a Alemanha, a hipótese do sucesso de uma revolução que levaria, como supõe o autor, à vitória da *Entente* só pode estar se referindo à própria Alemanha. A suposição, neste caso, seria a de uma revolução socialista

vitoriosa na Alemanha, a qual, evidentemente, traria problemas gravíssimos para seus aliados sediados em Viena. Prova disso é a subsequente argumentação de Weber (1994, p. 275 – grifo nosso), procurando apresentar a classe camponesa alemã e seu apego à propriedade como um grande obstáculo ao sucesso de uma empreitada com objetivos socialistas. Contrapondo-a ao camponês russo, acostumado com outras relações de propriedade⁸, procura sustentar que:

Deve-se levar em conta que o **camponês** da Europa ocidental é bem diferente do russo que vive o seu comunismo agrário. Ali a questão fundamental é a questão agrária, que aqui não tem nenhuma importância. Ao menos o camponês alemão é hoje em dia um individualista, e **está muito ligado à propriedade hereditária e ao seu pedaço de terra**. Ele dificilmente se desvinculará disso. **Ele se alia muito antes com o latifundiário** do que com o trabalhador radical-socialista, quando se sente ameaçado.

Disso decorre que, segundo nosso conferencista, as “expectativas socialistas no futuro”, a partir da perspectiva exposta, são “as piores possíveis”. Uma revolução – a qual supomos, neste caso, estar Weber referindo-se à Alemanha – lograria atingir, “na melhor das hipóteses”, apenas uma constituição diferenciada, em sua forma política, algo próximo da “democracia”, em função principalmente de sua composição de classes. Todavia, também esse resultado não seria nada interessante do ponto de vista do socialismo, pois esse seria afastado pelas “consequências econômicas reacionárias” (1994, p. 276) decorrentes da implantação de uma democracia de tipo liberal-burguesa.

Exposta e desenvolvida, em linhas gerais, a crítica weberiana, pode-se então passar à identificação de suas bases de sustentação. A seguir, procuramos indicar e discutir o que está por trás da concepção weberiana acerca da inexorabilidade do processo de burocratização na modernidade. Suas pesquisas históricas o levaram a crer que a história europeia, mais tarde em parte universalizada, consistia em um processo de intensa racionalização de todos os setores da vida social, culminando no surgimento da mais racional forma de dominação, a burocracia (TRAGTENBERG, 1976). Visto que praticamente toda a sua crítica está ancorada neste aspecto de seu pensamento, devemos agora indagar quais seus sustentáculos. Por que a burocracia é absolutamente indispensável e tende inexoravelmente à expansão?

⁸ Weber utiliza o termo “comunismo agrário” para designar o modo de produção dos camponeses russos. Tal termo parece referir-se às comunas rurais russas, discutidas nas célebres cartas de Marx à revolucionária russa Vera Zasulich. As peculiaridades apresentadas pela Europa Oriental, no que toca à questão agrária e camponesa, diferiam muito da Europa Ocidental no que diz respeito às relações agrárias, existindo entre essas regiões uma diferença fundamental das formas institucionais. Naquela primeira ainda eram uma realidade viva as comunidades aldeãs (*mir*) – as comunas russas –, ao menos até o início do século XX, quando Weber constrói sua argumentação. Uma breve, porém interessante discussão acerca do destino e do papel da comuna russa numa suposta transição socialista, em Marx, está presente em NETO (2006).

2 DISCUSSÃO DAS BASES DA CRÍTICA WEBERIANA

A burocracia, conceito-chave no pensamento weberiano, remete ao caráter inelutável das hierarquias baseadas em funcionários especializados, marcadamente presentes na gestão de todas as esferas da vida moderna. A compreensão desse conceito exige a leitura imanente de textos do próprio autor, como também, em apoio a esses, obras específicas de comentadores autorizados da obra weberiana⁹, como Reinhard Bendix (1986).

2.1 Definição e características da burocracia

Inicialmente, são necessários aqui dois prévios esclarecimentos. Primeiro, estamos trabalhando com a noção weberiana de processo de burocratização, sendo este definido como a crescente abrangência – tanto extensiva quanto intensiva – de inúmeros setores da vida social pela burocracia. Em segundo lugar – e isso é de grande importância – essa última é, em Weber, um tipo ideal, um conceito, representante máximo de um dos *tipos de dominação* componentes da sociologia política desse autor.

De maneira sucinta, em Weber, são três os tipos puros de dominação: racional-legal, tradicional e carismática. Explica ele que a primeira é a forma encontrada empírica e historicamente – muito embora nunca como no tipo-ideal puro¹⁰ – em quaisquer instituições

⁹ O uso de obras de apoio para a compreensão mais precisa de conceitos weberianos justifica-se pela complexidade e relativo hermetismo da obra do autor em tela; Comentadores experimentados, como Bendix (1986), afirmam que seu “estilo característico” torna difícil a compreensão de sua obra. Esse “estilo” é explicado por sua esposa Marianne Weber (2003, p. 371), numa clara tentativa de justificação: “Weber não dava muita importância à apresentação sistemática do seu pensamento, pois não desejava ser um lógico profissional [...] E não dava a mínima importância para a forma em que apresentava a riqueza de idéias. Assim que prosseguia, tanto material lhe fluía do depósito da mente que muitas vezes era difícil inseri-lo numa estrutura de frase lúcida. Contudo, queria terminá-lo rápido e expressar-se o mais breve possível, porque novos vindos do âmbito da realidade se amontoavam constantemente. Para ele, a grande limitação do pensamento discursivo era não permitir a expressão simultânea de várias linhas correlativas de idéias. Por isso, muita coisa tinha de ser comprimida às pressas em sentenças longas e enroladas, e tudo que não podia acomodar ali tinha de ser posto em notas de rodapé. Que o leitor ‘bondosamente’ tivesse tanto trabalho quanto ele mesmo!”.

¹⁰ Os conceitos, em Weber, são sempre dados em termos típico-ideais. Muito embora o assim chamado “tipo-ideal” tenha conexão com a realidade concreta, não se confunde com ela, pois só existe – tal como é descrito – no pensamento do pesquisador. Em seu ensaio metodológico, o sociólogo alemão nos fornece uma rica síntese sobre o modo de construção e a função deste: “Obtém-se um tipo ideal mediante a **acentuação** unilateral de **um ou vários** pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos **isoladamente** dados, difusos, e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se

burocratizadas. O tipo de dominação com que contam essas instituições, no caso analisado, é o tipo mais “puro” da “dominação racional-legal”, e isso independe absolutamente se se toma como parâmetro real algum órgão público ou privado. Em uma definição tão simples quanto elucidativa, segundo o próprio Weber (1966, p. 26 – grifos nossos): “A **administração burocrática** significa, fundamentalmente, o exercício da **dominação baseado no saber**”.

Até aqui, diante das informações apresentadas, interessa-nos inicialmente dar relevância ao fato de que a burocracia é, portanto, a um só tempo, um *modo de administração* e de *dominação*. Como dizia Bendix (1986, p. 233), comentando Weber, para o qual “toda administração significa dominação”:

A dominação requer um pessoal administrativo para executar as ordens e, por sua vez, toda administração requer dominação, no sentido de que o poder de comando sobre o pessoal precisa estar nas mãos de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos.

Nesse tipo de dominação, aquele pessoal administrativo – o quadro executor – é composto por funcionários especializados, daí ser um tipo de dominação “baseado no saber”. No entanto, esses especialistas, apesar de serem parte fundamental no tipo de dominação burocrática, não são o fundamento último dessa, mas intermediários. Ao passo que os funcionários especializados põem em movimento um aparelho que encontra obediência das massas, eles próprios são submetidos a uma minoria dirigente, a qual encontra igual obediência por sua parte. Por isso, o empresário capitalista é o único, nas sociedades modernas, capaz de manter-se “relativamente imune” àquele tipo de dominação (WEBER, 1966). Sendo membro da cúpula dirigente, não deve obediência imediata a ninguém na estrutura hierárquica (privada) da qual faz parte, mas, antes, encontra obediência de um sem-número de subordinados, os quais a ele devem obediência.

Evidentemente, a base da obediência do povo em relação ao aparelho administrativo é relativamente distinta daquela existente na relação entre o quadro administrativo e a cúpula dirigente, seja esta formada por um único indivíduo ou um grupo. O que leva, portanto, os populares a obedecerem a esta relação de dominação? Quanto a isso, é preciso esclarecer que, em Weber, não há uma necessária correspondência entre a obediência de fato e a existência de

ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo **de pensamento** (1996a, p. 106 – grifos do autor). A partir desse procedimento, Weber constrói os tipos-ideais (ou conceitos) centrais de sua sociologia da dominação, os três já referidos tipos puros de dominação.

uma relação de poder, de dominação. Dito de outra maneira, a existência real da dominação independe da obediência se mostrar presente:

A dominação envolve uma relação recíproca entre governantes e governados na qual **a frequência real da obediência é apenas um aspecto do fato de que o poder de comando existe** (BENDIX, 1986, p. 233 – grifo nosso).

No trecho imediatamente subsequente, o comentador de Weber fornece as principais pistas para a compreensão da manutenção da referida “relação de autoridade”:

Igualmente importante é o significado que os governantes e os governados atribuem à relação de autoridade. Além do fato de emitirem comandos, os governantes afirmam ter **autoridade legítima** para fazê-lo, e portanto, esperam que seus comandos sejam obedecidos. Do mesmo modo, a obediência dos governados guia-se, até certo ponto, **pela ideia de que os governantes e seus comandos constituem uma ordem legítima de autoridade** (BENDIX, 1986, p. 233 – grifos nossos).

Uma boa pista para apreensão do problema de como se mantém a dominação, portanto, pode estar nas próprias bases de legitimação do tipo de dominação burocrática. De acordo com a tipologia da dominação weberiana, esta legitimidade se encontra na “crença [comum] em um estatuto” – uma carta magna, por exemplo – daí ser aquela um tipo de dominação “racional-legal” (WEBER, 1968b, p. 99). Nesse caso, os exemplos maiores são os setores público o privado, ou seja, o Estado moderno e a empresa capitalista (Cf. WEBER, 1996b).

O estatuto legal é racionalmente considerado válido por todos que estão sob sua área de vigência – como no caso de uma constituição de um determinado país, a qual vigora sobre todo o território nacional –, daí a legitimidade conferida àquela forma de dominação. Em outras palavras, “[...] Para exercer sua autoridade de forma eficaz, isto é, impor sua vontade, o grupo dirigente necessita encontrar entre seu público certo grau de corroboração” (TRAGTENBERG, 1976, p. 49).

No entanto, exposta dessa maneira, as bases *subjetivas* de legitimação da forma de dominação burocrática podem nos levar a crer que recai sobre os próprios dominados a responsabilidade por sua dominação, tal qual afirma em tom acusatório o sociólogo marxista inglês Paul Hirst (1977). Para esse autor, os “conceitos coletivos” em Weber aparecem como relações meramente intersubjetivas. De acordo com seu ponto de vista, no caso do conceito

weberiano de *dominação*, a legitimidade a ela conferida ocorre de forma circular, pois “[...] a obediência proporciona suas próprias condições (HIRST, 1977, p.51). Em outras palavras, os dominados encontrar-se-iam nesta condição precisamente por conferirem, quase que gratuitamente, a legitimidade – que colabora sobremaneira na perenidade – daquela forma de dominação. Todavia, a argumentação weberiana é mais sofisticada do que supõe Hirst. Muito embora Weber (WEBER, 1966) considerasse as “concepções de legitimidade e suas justificações íntimas” como sendo de “grande significação para a estrutura de domínio”, seu argumento incorpora também elementos objetivos. Em outras palavras, a questão da dominação repousa apenas em parte, nos próprios termos de Weber (1966), na “fé” depositada nos dirigentes, sendo essa condição necessária, mas não suficiente. É o que se pode depreender das passagens de sua obra voltadas à questão. Em seu célebre ensaio intitulado *A Política como Vocação*, aponta ele também fatores objetivos e materiais acerca do fenômeno da dominação. Os dominantes encontram obediência dos dominados porque esses os consideram legítimos; no entanto, a obediência é, na realidade, também “determinada pelos motivos bastante fortes do medo e da esperança [...] e, além de tudo isso, pelos mais variados interesses” (1968b, p. 99). Parte dos elementos subjetivos está baseada, na verdade, em aspectos objetivos. Em qualquer caso de dominação, esclarece o autor que, “[...] em virtude da obediência, o domínio organizado exige o *controle dos bens materiais* que em determinado caso são necessários para o uso da violência física” (1968b, p. 99, grifos nossos).

As bases de uma relação de dominação, por conseguinte, não estão assentadas apenas na legitimidade adquirida pelos dominantes, mas na capacidade *objetiva* – ainda que isso não seja nunca efetivado – desses utilizarem a violência contra os dominados. E essa *capacidade* só se torna possível quando os dominantes detêm os meios materiais necessários. Nas palavras de Weber (1968b, p. 99), “[...], o domínio organizado exige o controle do quadro de pessoal executivo e os implementos materiais da administração”.

Quanto ao “quadro administrativo” necessário à execução das ordens emitidas pelos dirigentes, no caso do aparelho de dominação burocrático, esse se compõe, ao menos no “tipo puro”, de indivíduos – os funcionários especializados – que trabalham conforme critérios muito precisos. Dentre esses, destacamos os principais, apoiados em parte da descrição oferecida pelo próprio Weber:

- 1) [Os funcionários] Estão organizados numa hierarquia de cargos, claramente definida (...);

- 2) Cada cargo possui uma esfera de competência, no sentido legal, claramente definida (...);
- 3) Os candidatos são selecionados na base de qualificações técnicas (...). Os candidatos são nomeados e não eleitos (...);
- 4) O cargo é preenchido mediante uma livre relação contratual. Assim, em princípio, há livre seleção (...);
- 5) [O trabalhador] Está sujeito a uma rigorosa e sistemática disciplina e controle no desempenho do cargo (...);
- 6) O funcionário trabalha inteiramente desligado da propriedade dos meios de administração (1966, p. 20-21).

Guardadas as devidas diferenças e proporções, os critérios expostos trazem características do regime de trabalho que podem existir tanto no âmbito de uma empresa privada como no do Estado ou qualquer órgão público. O item primeiro refere-se à hierarquização necessária; o segundo e terceiro itens caracterizam a necessidade de especialização exigida dos que pretendem ingressar num corpo burocrático; o quarto e quinto itens referem-se à exigência de seleção e disciplina rigorosa no processo de trabalho, sendo que essa última, em grande medida, decorre da primeira. Por fim, o sexto item indica o critério mais importante para o pleno funcionamento desse aparato, sem o qual os outros estariam comprometidos, senão anulados. Trata-se da separação do trabalhador dos meios de administração e produção. Não fosse a existência desse fator material, como já aludimos anteriormente, a própria obediência dos quadros aos dirigentes não existiria, ao menos não no caso dessa moderna forma de dominação. Exatamente em função dessa separação, o domínio político encontra meios materiais de se exercer por meio de “recompensa material” – como o salário – e “honraria social”, ambos fornecidos a seus servidores: “O temor de perdê-los é a base final e decisiva para a solidariedade existente entre o quadro executivo e o detentor do poder” (WEBER, 1968b, p. 101).

Com efeito, nessa “separação” encontra-se a chave para a compreensão do que se caracteriza como o “processo de burocratização” em Weber, principalmente de seu caráter perene e intransponível, como expomos a seguir.

2.2 Burocracia e burocratização: bases de sua inexorabilidade

Para Weber, “[...] o surgimento e a extensão da burocracia aparecia como algo inerente ao processo de racionalização sob o capitalismo, visto no seu conjunto” (TRAGTENBERG, 1976, p. 51). O argumento do intelectual alemão parece apontar para uma razão antropológica, indicando a capacidade racional humana como intrinsecamente ligada ao fenômeno da burocratização. A explicação para a origem dessa forma de dominação é plausível, mas não esgota a questão de sua gênese nem dos fundamentos de sua inevitabilidade na era moderna.

Na *Conferência*, Weber (1994, p. 256) relaciona claramente o fenômeno da “burocratização universal e inevitável” à separação que a modernidade provoca entre “trabalhadores e meios de trabalho”. Segundo o autor, aquele fenômeno está por trás dessa separação, relação expressa no que é por ele considerado um dos “mais citados slogans socialistas”. Os próprios socialistas, diz Weber (1994) considerando corretas tais assertivas, sustentam que durante a Idade Média os trabalhadores detinham os meios de produção; o contrário ocorre na modernidade, pois esses se tornam assalariados despossuídos daqueles meios, sejam eles trabalhadores a serviço de uma empresa capitalista ou do Estado.

Não obstante, Weber (1994, p. 257-258; 1966, p. 21) assevera que de modo algum tal processo é peculiar à economia, ao âmbito estritamente produtivo. Para ele, da mesma forma que o trabalhador está separado dos “meios de produção”¹¹, também nas universidades, no exército e nos aparelhos de administração e justiça, os funcionários estão separados dos seus instrumentos de trabalho e são obrigados a agir de acordo com o regulamento em vigor. Historicamente, argumenta, esse processo de separação é uma aplicação, na esfera econômica, de um princípio existente em todos os âmbitos sociais, como na política, por meio da separação cada vez maior dos burocratas – o “quadro administrativo” – dos “meios de administração”, ao menos desde o fim da Idade Média (WEBER, 1968, p. 246). A própria gênese do Estado Moderno está, assim, intrinsecamente atrelada àquela generalizada separação¹²:

¹¹ Segundo Bendix (1986, p. 330), Weber emprega a terminologia de Marx precisamente para ressaltar que o processo de concentração dos “meios” extrapolou a economia, abarcando diversos setores sociais.

¹² Interessante notarmos, neste caso específico, certa similaridade entre as concepções weberiana e marxista sobre a origem do Estado. Também em Marx e Engels, o Estado só pode surgir onde (e quando) os meios de produção foram separados dos trabalhadores diretos, processo que culmina na geração de classes sociais distintas e antagônicas. No entanto, uma diferença pode ser salientada: nesse último, o Estado tem origem concomitante à cisão das sociedades em classes desde a supressão da comuna primitiva, em qualquer parte onde isso

O Estado Moderno surge quando o príncipe inclui tudo isto [os instrumentos de administração] na própria menagem, emprega funcionários remunerados e com isto realiza a ‘separação’ dos funcionários dos meios funcionais. Por toda parte a mesma coisa, portanto: os instrumentos dentro da fábrica, da administração estatal, do Exército, dos institutos universitários, através de um aparelho humano burocraticamente estruturado, estão concentrados nas mãos daqueles que têm o domínio sobre este aparelho humano (1994: 258).

Separação dos “funcionários” dos “meios funcionais” é, portanto, uma característica peculiar do trabalho que dinamiza a administração burocrática, desde a gênese do Estado Moderno; conseqüentemente, do processo de dominação exercido pelo capital. Isso significa que o trabalho burocrático estruturado dessa maneira está, para Weber, nas origens da generalizada separação de trabalhadores e meios de trabalho, que, desde então, pode ter passado por inúmeras formas transitórias, nos diversos âmbitos onde ela ocorreu, até se desenvolver na burocracia moderna. Weber (1966, p. 23) cita alguns exemplos:

O ‘servidor’ patrimonial separado dos meios de execução de suas funções e o proprietário de um exército mercenário com finalidades capitalistas foram, juntamente com o empresário capitalista, os precursores na organização do moderno tipo de burocracia.

Todavia, o empresário capitalista citado aparece não só como “precursor”, mas também é caracterizado – “no capitalismo em seu estágio atual” – como sendo capaz de fomentar “de maneira acentuada” o desenvolvimento da burocracia, embora estes não se confundam, do ponto de vista de suas origens históricas. Com efeito,

O sistema capitalista – embora não somente ele – desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da burocracia. Na verdade, **sem ela a produção capitalista não poderia persistir**, e todo tipo racional de socialismo teria simplesmente de adotá-la e incrementar sua importância. Seu desenvolvimento, sob os auspícios do capitalismo, criou a necessidade de uma administração estável, rigorosa, intensiva e incalculável. É esta necessidade que dá à burocracia um papel central em nossa sociedade como elemento fundamental em qualquer tipo de administração de massas. (WEBER, 1966, p. 25– grifo nosso).

historicamente ocorreu; ou seja, Marx e Engels comparados a Weber, recuam a concepção da origem do Estado ligada à separação de trabalhadores e seus meios para *todo tipo* de Estado, em qualquer forma histórica assumida por este, ao passo que Weber faz referência a esse processo apenas em relação ao Estado moderno. Sobre a aqui denominada concepção marxista do Estado, ver ENGELS (1981).

Além disso, e por outro lado,

[...] o capitalismo constitui a base econômica mais racional para a administração burocrática que lhe possibilita o desenvolvimento sob a forma mais racional, porque, do ponto de vista fiscal, fornece-lhe os recursos monetários requeridos (1966, p. 25).

Depreende-se das passagens acima que entre capitalismo e burocracia há uma relação de reciprocidade, uma espécie de simbiose. Se, de um lado, a burocracia desenvolve-se e se torna uma *necessidade* para o modo de produção do capital, esse, por outro lado, fornece àquela as melhores condições – as “bases mais racionais” – para seu desenvolvimento. Entretanto, os recursos financeiros fornecidos pelo capitalismo são condições necessárias, mas não suficientes para o funcionamento ótimo da burocracia. Além desses, sempre segundo Weber (1966, p. 25), o capitalismo oferece toda uma rede de meios de transporte e de comunicação desenvolvidos, ambas exigências fundamentais daquele tipo de administração, por razões óbvias.

Com a exposição das estreitas relações da burocracia – e seu processo de expansão – com o capitalismo, assim como sua relação intrínseca com o processo de separação dos trabalhadores e seus meios de trabalho, apenas alargamos nosso conhecimento sobre a gênese e desenvolvimento dos fenômenos analisados; todavia, permanece ainda nossa indagação acerca da inexorabilidade daquela forma de dominação, tal como sua inelutável expansão. Como vimos, ela começa a ganhar corpo quando e onde ocorre a separação entre trabalhadores e meios funcionais, mas com isso continua presente a dúvida sobre as bases teóricas construídas por Weber no sentido de amparar seu caráter intransponível.

Da análise de seus textos sobre a questão, infere-se que Max Weber sustentou interessante tese a respeito, cujos pilares podem ser apresentados esquematicamente em três eixos interligados entre si:

1) A forma de administração burocrática é indispensável *apenas em sociedades de massa*, dada sua complexidade;

2) Sua inexorabilidade deita raízes mais profundas, por outro lado, no fato desse modo de dominação peculiar apresentar incomparável *eficiência*, em grande medida atingida em função da *disciplina* que tal forma logra conseguir dos indivíduos componentes de seus quadros;

3) Por fim, o conjunto de técnicas modernas – tanto administrativas como convertidas em tecnologias, principalmente as de produção – são impedimentos objetivos à transformação da burocracia, pois de um lado colabora na conquista daquela “disciplina”, por outro, são apresentadas como objetivamente inalteráveis no sentido de sua apropriação direta pelos trabalhadores em geral.

Na *Conferência*, Weber (1994, p. 254) cita o caso histórico norte-americano, afirmando que:

[...] o desenvolvimento de um funcionalismo profissional, transformou-se, porém, no destino de todas as democracias modernas em que o cargo de honra não era mais suficiente: nos grandes Estados de massa.

De modo muito similar, em outro texto, propõe que:

Ela é, atualmente, indispensável para o atendimento das necessidades da administração de massa. No setor administrativo, a opção está entre a burocracia e o diletantismo (1966, p. 24).

As sociedades de massa exigem a administração (ou dominação) burocrática em função de sua complexidade, dada as proporções de suas populações e instituições. Não há, desse modo, outro tipo de administração superior à burocracia. Ela se torna indispensável dada sua incomparável *eficiência*, atingida em função de sua superioridade técnica em administrar sociedades complexas, baseadas em tecnologias modernas e com avançada divisão do trabalho. Em passagem imediatamente subsequente a citada acima, Weber (1966, p. 24) aponta a “fonte da superioridade” da burocracia, fundamento último de sua indispensabilidade nos Estados de massa:

A fonte principal da superioridade da administração burocrática reside no papel do conhecimento técnico que, através do desenvolvimento da moderna tecnologia e dos métodos econômicos na produção de bens, tornou-se totalmente indispensável.

Em outra passagem, prossegue comentando mais características que conferem superioridade a esta forma de dominação:

Este tipo é superior a qualquer outro em precisão, estabilidade, rigor disciplinar e confiança. Daí a possibilidade de que os chefes da organização e os interessados possam contar com um grau particularmente elevado de calculabilidade dos resultados. Finalmente, é superior tanto em eficiência quanto no raio de operações, havendo ainda a possibilidade formal de sua aplicação a todas as espécies de tarefas administrativas (1966, p. 24).

Na *Conferência*¹³, Weber indica como a própria “separação dos funcionários e dos meios funcionais”, assim como a expansão da dominação burocrática, sua consequência necessária, estão condicionadas pelos interligados elementos já aludidos da *eficiência, técnica e disciplina*:

[...] (aquele processo) em parte está condicionado pela **técnica dos instrumentos modernos** (máquinas, armas, etc.), mas em parte simplesmente pela maior **eficiência** deste tipo de ação das pessoas, pelo desenvolvimento da ‘**disciplina**’ militar, do funcionalismo, da fábrica (1994, p. 258 – grifo nosso).

Em *Economia e Sociedade*, obra máxima weberiana, o autor aponta – tal como faz na *Conferência* – como a especialização profissional, “o grande instrumento da superioridade da administração burocrática”, está condicionada

[...] pelos caracteres da técnica e economia modernas da produção, seja na forma capitalista ou na socialista [e conclui, no trecho imediatamente subsequente, enfatizando como aquele processo de especialização se expandiria numa economia de tipo socialista, como já havíamos afirmado] Esta última, por querer alcançar **iguais** resultados técnicos, daria lugar a um extraordinário incremento da burocracia profissional (1944, p. 232 – sublinhado nosso, grifo do autor).

Em uma discussão entre intelectuais reunidos em uma convenção ocorrida no ano de 1909 – muito antes da realização, portanto, da *Conferência sobre o socialismo*, de 1918 –, Weber (apud WEBER, 2003, p. 480) teria tomado a palavra para, num discurso improvisado, apontar aspectos da “insuperabilidade” da burocracia: “Nenhuma maquinaria no mundo

¹³ Wolfgang Mommsen (1994, p. 176) observa que as assertivas da *Conferência* devem ser vistas com reservas, já que estariam impregnadas das concepções político-táticas do autor, que naquele momento estava bastante preocupado com a instabilidade no Império Austro-Húngaro. Segundo essa perspectiva, o texto da *Conferência*, nem de longe refletia o próprio ideal weberiano de “neutralidade axiológica”; muito ao contrário, para Mommsen, seu uso deveria ser restrito para demonstrar a postura do autor em relação ao marxismo e ao socialismo.

trabalha com tanta precisão quanto essa máquina. Do ponto de vista técnico e material, é insuperável”.

Do exposto acima, verifica-se que os três eixos sustentadores da tese weberiana a respeito da inexorabilidade da burocracia interligam-se de modo intrincado e, na prática, condicionam um ao outro. Em resumo, as sociedades de massa requerem a administração burocrática, a qual tende sempre à expansão e mostra-se tecnicamente superior a qualquer outro tipo de dominação, porque é mais eficiente, precisa, apresenta rigorosa calculabilidade, e logra atingir incomparável disciplina dos envolvidos. Além disso, sua insuperabilidade também está ligada ao fato de ser a forma de administração mais adequada à base técnica das sociedades modernas. Ela não pode ser rompida, ultrapassada, superada, isto é, os meios de administração e produção não podem mais voltar às mãos dos produtores diretos. Assim, na *Conferência*, Weber (1994, p. 258-259 – grifos nossos) sentencia, em tom fatalista:

Enquanto existirem minas, altos fornos, trens, fábricas e máquinas, **eles nunca serão propriedade de um ou mais trabalhadores**, como os instrumentos de uma oficina artesanal da Idade Média eram propriedade de um mestre, de uma associação local ou de uma corporação. Isto se tornou **impossível** em função da técnica atual.

Postas nestes termos, as relações de produção não serão nunca alteradas *estruturalmente*, pois o conjunto de técnicas assim não permite, bem como a eficiência oriunda em parte da disciplina obtida naquele modo de dominação¹⁴. Alterações no terreno jurídico, formal, não estruturais, em nada alteram a forma de dominação burocrática, pois, para Weber (1994, p. 258), com isso prossegue a separação entre meios e trabalhadores:

No fundo, não muda nada quando a pessoa do senhor daquele aparelho é mudada, quando, por exemplo, um presidente de Estado ou um ministro dispõe sobre ele, em lugar de um fabricante privado. A ‘separação’ do instrumento continua de qualquer maneira.

¹⁴ Se pudéssemos brincar com palavras, valendo-se de conceitos marxistas, diríamos que, em Weber, as “relações de produção” não podem se alterar precisamente em função do avanço das “forças produtivas”. Não é demais lembrar aqui que, em Marx, ao menos até a publicação do *Manifesto*, está muito claramente presente tese exatamente oposta, ou seja, que o avanço dessas últimas forçaria a transformação daquelas primeiras (Cf. NAVES, 2000).

À exceção das raríssimas tentativas de produção cooperativadas¹⁵, nas quais os próprios trabalhadores se apropriavam dos meios de produção, prevaleceu, nos desdobramentos do socialismo soviético, a mera estatização desses meios, conferindo, como se sabe, enorme impulso à burocratização. Como exposto por Norbert Elias (1990: 162), aquela estatização dos meios de produção, no caso do socialismo implantado na posteriormente chamada União Soviética – e, ainda mais adiante, em boa parte do leste europeu – levaram a transformações praticamente inócuas. Para esse autor,

[...] a hierarquização das posições sociais, mesmo nas fábricas, permaneceu no mesmo nível do existente nas empresas privadas do Ocidente. O controle dos operários e dos empregados foi efetuado por agentes do Estado e do Partido, em vez dos agentes privados.

A respeito das precisas afirmações de Elias, no entanto, é o caso de observarmos, por justiça intelectual e histórica, que é certamente bem menos difícil e complicado tecer a crítica de um sistema socioeconômico *a posteriori*, e não tão antecipadamente, antes mesmo de seu pleno desenvolvimento, como fez Weber.

Contudo, frise-se que em Weber (1966, p. 25), muito embora o aparato burocrático seja tão inevitável e inexorável que sem ele a sociedade moderna “deixaria de existir” e que “[...] mesmo no caso de revolução ou de ocupação por um inimigo, a máquina burocrática continuaria funcionando normalmente”, há casos muito específicos nos quais se pode escapar à burocracia.

São bastante raras as exceções a essa regra. Para o autor, pequenas comunidades e grupos, como os camponeses que ainda possuem seus próprios meios de subsistência, a ela se excetua. No caso das sociedades de “massa”, essa possibilidade não está posta, em função de sua complexidade: “Somente por uma regressão à organização pouco extensa – na esfera política, religiosa, econômica etc. – seria possível escapar à sua influencia” (WEBER, 1966, p. 25). Como uma regressão desse tipo é muito difícil de se imaginar, é razoável supor que à “exceção” colocada por Weber poderia ser incluída toda e qualquer sociedade tribal, nas quais os meios de produção da vida material e espiritual (ainda) não foram apropriados privadamente.

¹⁵ Um exemplo disso é a formação, na Rússia revolucionária, dos chamados “kolkhozes” no campo – associações de pequenos proprietários agrícolas que foram obrigados a cultivar a terra em comum, a partir do código agrário de 1922.

Quanto às sociedades nas quais vige o controle burocrático, estas “[...] só conseguem escapar mediante a criação de uma **organização própria**”, mas também esta está fadada à extinção, pois “[...] está igualmente sujeita ao processo de burocratização” (1966: 25).

Weber não só admitia a possibilidade de criação dessas “organizações próprias” como citara exemplos de formas que “não se aproximam do modelo”, tais como, entre outros, os órgãos colegiados representativos e os *soviets*. Tanto uma forma quanto a outra, entretanto, seriam igualmente passíveis de se burocratizarem, dizia (1966, p. 25).

Não faríamos justiça à perspicácia weberiana, todavia, caso aqui não tecêssemos a seguinte observação: não obstante considerasse os *soviets*¹⁶ órgãos não-burocratizados, ao afirmar, ainda que indiretamente, a possibilidade de estarem também eles sujeitos àquele processo de hierarquização moderno, fez uma declaração de caráter quase profético, já antevista, guardadas as devidas diferenças, também por Lênin, o grande líder da Revolução de Outubro. Tragicamente para uns, felizmente para outros, em alguma medida o desenrolar da História deu razão a ambos.

Em suma, os sustentáculos do já referido eixo central da crítica weberiana ao socialismo estão ligados, em termos gerais, aos elementos interconectados da *eficiência*, da *disciplina* e da *técnica* do modo de dominação burocrático, o qual é, por sua vez, oriundo de um processo histórico atrelado à separação dos trabalhadores dos seus meios funcionais. Tais características garantem o caráter inelutável desse modo de dominação, bem como de seu processo de expansão. Deduz-se disso que Weber está, assim, contrapondo teoricamente aspectos práticos e objetivos ao socialismo.

Entretanto, é possível depreendermos de toda a análise realizada acima que há ainda pressupostos outros por trás de toda sua argumentação. Como vimos, a argumentação crítica weberiana caminha no sentido de dar por encerrado a questão da possibilidade de emancipação humana em uma sociedade posta em bases socialistas, ao apresentar esse modo de produção como fomentador ainda mais intenso da forma de dominação burocrática. Não obstante isso, consideramos razoável inferir que, a partir da análise da perspectiva weberiana apresentada, há aí certa *fetichização*¹⁷ de algo que é histórico. A burocracia, logo o Estado e outras instituições, são apresentadas como absolutamente perenes. Sustentamos tese oposta.

¹⁶ “Soviete” é o termo russo para designar os “conselhos operários” surgidos em 1905 na Rússia e que tiveram importantíssima atuação na Revolução de Outubro de 1917. Essa organização de base popular, ao contrário de outros órgãos burocratizados, funcionava de maneira democrática. No desenrolar da história da Revolução Russa, porém, os soviets deixam de ser órgãos populares democráticos para ceder lugar à expansão da burocracia estatal.

¹⁷ O conceito de “fetichismo”, tomado evidentemente de Marx, será suficientemente definido na próxima seção.

Tais instituições são realizações do trabalho humano concretizado no devir; decorre precisamente disso a possibilidade de sua supressão e ultrapassagem.

Supomos razoável o argumento segundo o qual a crítica tecida por Max Weber em tom fatalista termina por considerar *eternos* e *imutáveis* aspectos da vida social que, sendo históricos, são na verdade transformáveis a qualquer tempo, muito embora tendências de continuidade objetivas não só possam como devam ser apontadas, tal qual faz muito pertinentemente o autor em tela. Desse ponto de vista contraposto ao de Weber, exposto preliminarmente aqui, mas desenvolvido mais à frente, consideramos lícito também indagarmos sobre seus pressupostos político-ideológicos. Como vimos, aspectos da crítica desse pensador ao socialismo são construídos em um contexto no qual o mesmo demonstra explícita preocupação com os destinos de seu país, a Alemanha. Por esses motivos, uma crítica tão contumaz do socialismo deve ser analisada levando-se em conta não apenas sua coerência interna, mas também o contexto histórico no qual está inserido quem a pronuncia, ressaltando sua constituição ideológica e suas preferências políticas, as quais influenciam sobremaneira suas assertivas em relação ao socialismo.

Esclarecidos tais pressupostos, estaremos de posse de um arsenal de informações necessárias para avançarmos não só no sentido da compreensão de sua postura, mas também no da crítica da crítica weberiana. Para tal, passamos à descrição de parte de sua trajetória intelectual e política. Esta breve reconstrução se valerá, principalmente, da biografia do autor, escrita por sua esposa Marianne Weber.

3 RAÍZES DA POSTURA POLÍTICO-IDEOLÓGICA DE MAX WEBER

À exceção de aspectos mais gerais, os comentadores de Weber, ao tratarem dos mais variados recortes de sua obra, não oferecem elementos mais específicos de sua trajetória político-ideológica, muitas vezes reveladores de características que certamente repercutem em sua visão de mundo, logo em sua sociologia.

A intenção aqui é enfatizar características e peculiaridades da personalidade de Weber, assim como apontar fatos de sua vida que podem ser pouco conhecidos, mas que muito provavelmente influenciaram, direta ou indiretamente, sua postura perante o tema elencado. A formação e desenvolvimento de sua postura política, bem como a teórica, pois intrinsecamente ligadas, entre outros aspectos relevantes, interessam-nos sobremaneira na presente investigação. Por isso, suspendemos momentaneamente a análise de suas ideias para passarmos a reconstruir, no que se segue, de maneira necessariamente resumida, parte da trajetória deste complexo pensador.

3.1 Filiação e formação intelectual e política

Nem sempre a obra de Weber gozou do prestígio que tem atualmente. Norbert Elias, ex-discípulo de Alfred Weber¹⁸, afirmou que Max Weber não teve em vida a reputação internacional que viria a adquirir postumamente. Para Elias (1990, p. 104-105), seu reconhecimento ocorrera, em grande medida, “em função da silenciosa triagem realizada pelas gerações posteriores” isto é, pelos debates e polêmicas em torno de sua obra. Na *Introdução* à biografia do pensador alemão, outro especialista, Guenter Roth (2003, p. XI), assinala que:

Enquanto viveu, Weber foi apenas um membro de uma galáxia de intelectuais brilhantes, e era muito mais óbvio que sua voz penetrasse na barulheira da batalha e fosse ouvida no futuro.

¹⁸ Sociólogo e economista alemão, professor da Universidade de Heidelberg, tal como seu irmão Max. Lecionou de 1907 a 1933, quando foi afastado por sua posição crítica em relação à política hitlerista. Foi reabilitado em 1945, após a queda do nazismo.

Além disso, acrescenta que

Max Weber acabou revelando-se um economista e sociólogo alemão que continua sendo muito lido até hoje, o único que se tornou ‘influente’ em âmbito mundial muitos anos após sua morte (ROTH, 2003, p. XI).

O palco de atuação daquela “galáxia de intelectuais brilhantes” fora a Alemanha de fins do século XIX e início do XX (ELIAS, 1990, p.106). Decerto o ambiente politicamente agitado, desde a unificação do país em 1871, aliado a uma vida cultural fervilhante favoreceram o desenvolvimento de intelectuais de tal porte, preocupados, via de regra, com as grandes questões de sua época. Nesse ambiente político-cultural favorável, o caráter um tanto prodigioso de Weber se revelara já em sua infância. Segundo Marianne Weber (2003, p. 56), “[...] os livros foram a coisa mais importante na rica juventude de Max Weber”. De fato, sua vigorosa mente revelara-se muito precocemente. Mal ingressara na adolescência e já lia clássicos da filosofia, notadamente a alemã, como Schopenhauer e Kant, além de Spinoza e Maquiavel Muito; embora não fosse considerado um aluno exemplar pelos professores, antes de completar quatorze anos, o pequeno Max Weber já escrevia ensaios históricos:

Em princípios de 1877 [...] Max escreveu dois ensaios históricos “segundo numerosas fontes”, um “Acerca do Curso da História da Alemanha, com Especial Atenção às Posições do Imperador e do Papa”, o outro “Acerca do Período Imperial Romano desde Constantino até a Migração das Nações” (WEBER, 2003, p. 57).

E Marianne (2003, p.57) prossegue dando exemplos de sua assombrosa e precoce capacidade intelectual:

Dois anos depois [Weber tinha portanto dezesseis anos inconclusos], uma vez mais perto do Natal, escreveu “Observações acerca do Caráter Étnico, o Desenvolvimento e a História das Nações Indo-européias.” Este ensaio já inclui os resultados de um pensamento original – em “filosofia da história”, por assim dizer. Tenta chegar a uma compreensão de toda a história das nações civilizadas e busca esclarecer “as leis que regem esse desenvolvimento”.

Conta-nos, por fim, com indisfarçável orgulho do recém-falecido marido – a biografia foi escrita nos dois anos imediatamente subsequentes à morte de Weber – que ainda adolescente, “Max” – como ela se refere a ele – leu todos os quarenta volumes (!) de uma

edição das obras completas de Goethe, e isso tudo às escondidas, durante as aulas, para a maioria das quais não demonstrava grande interesse. Não à toa, Gabriel Cohn (1996, p.7) refere-se a Weber como um “intelectual portador de uma erudição sem paralelo nas ciências sociais do século XX”.

Evidentemente seu próprio ambiente familiar também colaborara para seu desenvolvimento. Herdeiro do nome do pai, Max Weber, um advogado e político liberal, Weber filho era primogênito de uma família de classe média composta por mais sete filhos, além de Helene Weber – nascida Fallenstein –, a mãe protestante. O próprio Max Weber pai, em virtude de sua formação e atuação, já pode ser considerado um intelectual, no amplo sentido desse termo. Em 1862, aos vinte e quatro anos, era responsável pela publicação de um semanário liberal e pertencia ao Partido Constitucional, ala direita parlamentar do Partido Liberal. Mais tarde, em 1869, iniciou sua carreira no Parlamento como deputado liberal.

A influência do pai em Weber, se comparada a de sua mãe Helene, é senão mais significativa ao menos muito mais nítida. Ao ingressar na Universidade de Heidelberg com dezoito anos, o rapaz escolhera a jurisprudência como principal disciplina de formação, tal como seu pai. Além disso, herdara, de maneira idiossincrática, a postura política liberal paterna:

A base dos juízos políticos de Weber era a atitude nacional-liberal de seu pai que, seguramente, logo foi mesclada a novos elementos que apareceram no curso de seu desenvolvimento pessoal (WEBER, 2003, p. 140).

O liberalismo peculiar de Weber dá acentuados sinais de distinção em relação ao do pai quando aquele era ainda bastante jovem. Durante o período de seu *Referendar* (1885-1886) – exame que o habilitaria à condição de advogado júnior, em função de sua formação jurídica – associou-se a um círculo de jovens, formado por economistas e funcionários públicos, interessados em “ideias sociais”. A influência do grupo em Weber tornou-se nítida, despertando-lhe “interesses sociais” e levando-o a certa ruptura em relação à postura liberal nacional de seu pai. De acordo com Marianne (2003, p. 151), as políticas levadas à frente pelo partido do pai de Weber “[...] foram cada vez mais usadas pelos grandes empresários industriais para pressionar por suas demandas econômicas”, gerando críticas por parte de seu filho já em 1887. Se atentarmos para a descrição, a um só tempo decorosa, condescendente e crítica que Marianne (2003, p. 77) faz do primeiro ficam ainda mais claras tais diferenças:

[..] (Max Weber pai) era absolutamente honorável, totalmente desinteressado na política e em seu trabalho, inteligente, de bom caráter, cordial e amável enquanto as coisas fossem desse modo, mas era um típico burguês, em paz consigo mesmo e com o mundo. Recusava-se categoricamente a reconhecer os problemas sérios da vida. Em seus anos de maturidade prezava a comodidade interna, fechava os olhos diante do sofrimento e não compartilhava pesares com os demais.

Ao contrário de seu pai, portanto, desde muito jovem, Weber preocupava-se enormemente com os grandes problemas de sua época, e fazia demonstrando atenção evidente às “ideias sociais”¹⁹. Aventadas tais diferenças, é lícito sugerir que, por assim dizer, Weber filho estava à esquerda de seu pai, no que tange ao posicionamento político-ideológico em sua época.

Contudo, ainda em relação às influências paternas, enquanto jovem, Weber “[...] sentia que tinha muito mais em comum com seu pai do que com sua mãe” (2003, p. 78). Tal fato deixava a mãe angustiada, narra sua biógrafa. Mulher muito culta, sendo puritana, não lograva incutir-lhe, tal como desejava, o sentimento religioso. Desde muito jovem Weber mostrava grande interesse intelectual pelo fenômeno religioso, mas não é claro se em algum momento entrara com alguma profundidade em sua esfera de influência. Atitude típica de mentes críticas e vigorosas, nunca aceitou passivamente as ideias, fossem transmitidas de maneira aberta ou imposta. No tocante aos dogmas cristãos, não teria outra atitude, o que frustrava os anseios de Helene e a fazia sentir-se distante do filho. “A inteligência ativa negava os dogmas da Igreja e recusava sacrificar o espírito...” (2003, p. 120), afirmara sua esposa.

No entanto, apesar de não ter no filho um seguidor de suas ideias protestantes, Helene exerceu certa influência (indireta) na formação intelectual e política de Weber. Juntamente com a irmã Ida Baumgarten, a quem o sobrinho tinha grande apreço e respeito, logrou introduzir nas leituras do filho textos de Channing, um pregador da costa leste dos Estados Unidos, atuante nas décadas iniciais do século XIX. As concepções desse pregador tinham enorme significação para Helene e a irmã Ida. Em sua perspectiva, Channing

¹⁹ Para marcar tal idiossincrasia e a distância político-ideológica em relação a seus antepassados mais imediatos, Marianne (WEBER, 2003, p. 39) conta uma leve e reveladora anedota familiar. Estando enferma a mãe de Weber quando de seu nascimento, não pode amamentá-lo. Assim, o menino foi alimentado pela esposa de um carpinteiro social-democrata, em suas primeiras semanas de vida, afastado de sua família. Os membros desta, mais tarde, costumava brincar que “[...] Max mamou as suas ideias políticas de sua ama de leite”, tendo em vista suas “opiniões sociais e democráticas”.

[...] se preocupou com a relação do homem com o Estado. (Para o pregador) o desenvolvimento e a proteção de seres humanos como deuses é o objetivo de todas as instituições sociais. O espírito humano é maior e mais sagrado que o Estado e nunca deve ser sacrificado a ele. A liberdade civil e política está a serviço da liberdade intelectual [...] Não há espaço para uma afirmação do poder do Estado pelo Estado mesmo; uma luta pelo poder às expensas dos indivíduos é um mal, a guerra é repreensível, etc (WEBER, 2003, p. 106-107).

Parte dessas ideias calaram fundo na alma política de Weber, à exceção, como veremos mais tarde, do declarado pacifismo nelas contido. Tomadas delas “[...] bem pode ter sido expressão a doutrina da liberdade que fez vibrar internamente o jovem Weber” (2003, p.107). Em verdade, tal influência conferiu-lhe as características valorativas centrais de seu peculiar liberalismo: pensamento político independente e liberdade intelectual. Segundo Karl Jaspers (1932: 66 apud TRAGTENBERG, 1976: 47), amigo de Weber, esse “permanecera durante sua vida toda fiel a sua concepção dos direitos inalienáveis do homem e da dignidade humana”. Não à toa, segundo sua esposa,

Weber sempre julgou os eventos políticos com base numa coisa a que se apegou toda sua vida: a **liberdade intelectual** era para ele o bem supremo e em nenhuma circunstância esteve disposto a considerar mesmo os interesses do poder político como mais importantes e alcançáveis para o indivíduo. Não por razões de conveniência política, mas somente em nome da **consciência** um homem tem o direito de se opor às crenças diferentes conscientemente defendidas por outros (WEBER, 2003, p. 146 – grifos da autora).

Temos até aqui expostas, contudo, importantes características da formação político-intelectual de Weber, à luz das influências paterna e materna. Tendo em vista que muito precocemente o caráter moral e intelectual desse pensador estava praticamente formado²⁰, convém aqui esmiuçarmos os componentes de sua postura “nacional liberal”, agora para além das influências exercidas por parentes muito próximos.

Como fora acima exposto, entre os valores político-ideológicos de Weber estão, além da “nação”, a centralidade da exigência de liberdade intelectual e a preocupação com questões

²⁰ “Aos vinte e quatro anos [Weber] era um homem cuja estrutura básica estava completa e autocontida, para o qual visões e experiências poderiam enriquecer, mas não mais remodelar”. (WEBER, 2003, p. 103).

sociais – no que se diferenciara do liberalismo de seu pai. Desde muito cedo, seus interesses políticos tiveram um duplo caráter: “[...] foram forjados por ideais políticos nacionais, por um lado, e por seu recém-despertado sentimento de responsabilidade social e justiça, por outro” (WEBER, 2003, p. 152).

Algumas características do nacionalismo de Weber – embora distante de um nacionalismo exacerbado, chauvinista – podem deitar suas raízes mais profundas não só na influência paterna direta, mas em sua experiência pessoal como membro voluntário do exército alemão. Serviu em 1883, em Estrasburgo, durante um ano, chegando a ingressar no “círculo executivo”, antes de findar o período. Esteve, portanto, em treinamento militar também como oficial do exército. Por vezes, retornou a esse serviço militar após alguns anos, para curtos treinamentos – duravam apenas dois meses – voltados aos oficiais²¹. Naquele primeiro momento, suas cartas à família reiteram reclamações sobre a vida militar, pois, a seus olhos, o treinamento demasiado intenso – do ponto de vista físico – era uma enorme estupidez. Em uma dessas cartas, se rebelava contra o contínuo esforço da instituição em “[...] converter seres pensantes em máquinas que reajam com precisão automática a uma ordem” (WEBER, 2003, p. 88). Porém, ao ingressar no treinamento para oficiais, sua visão sobre isso mudou bastante e passou a gostar da atividade militar, em grande medida em função da boa relação com seus superiores. Afeito ou não ao serviço militar, este período de sua vida exerceu decisiva influência em seu modo de pensar – e sentir – a nação alemã: “O resultado do treinamento militar de Weber foi uma grande admiração pela ‘máquina’, assim como uma mentalidade **marcial e patriótica** [...]” (2003, p. 95 – grifos nossos).

Muito embora tivesse sofrido quando em treinamento no serviço militar, os valores patrióticos deixaram indelével marca em Max Weber. Citando agora mais longamente sua biógrafa:

[...] (Weber) mesmo tinha um certo espírito marcial. Era sensível à grandeza de uma ética de heroísmo ativo e de um espírito de sacrifício patriótico como era à grandeza da ética da irmandade e o sacrifício a nossos semelhantes. Considerava que a realização de uma cultura pertencente a este mundo e que transcendesse o indivíduo seria uma ‘lei’ tão indiscutível como a perfeição da alma de um indivíduo no sentido cristão. Considerava o Estado de poder nacional como o servidor indispensável desta cultura. Além disso, a **reputação** e o **poder** de sua própria pátria eram, para ele, **valores indiscutíveis** que passavam por cima de quase todos os outros” (2003, p. 109 – grifo nosso).

²¹ Weber teria ainda uma última passagem pelo Exército, como veremos mais detidamente à frente, por ocasião da guerra, quando serviu como voluntário e chefiou a organização de nove hospitais militares na Alemanha.

Seguindo ainda essas pistas fornecidas por sua esposa, a partir das quais já definimos acima as guias de seus “interesses políticos”, sua postura político-ideológica forjada por dois blocos de valores, por “ideais nacionais” e por sentimentos de “responsabilidade social” e “justiça”, podemos avançar indicando uma última peculiaridade daquela postura. Trata-se do fato – exposto implicitamente, porém com admirável franqueza em sua biografia – de que o “duplo caráter” de sua postura política pendia claramente para o primeiro bloco de valores em detrimento do segundo. Em outras palavras, diante de problemas relativos à nação, ao seu desenvolvimento e futuro, Weber os privilegiava sincera e enormemente quando esses, de algum modo, entravam em conflito com sua preocupação acerca das “questões sociais”.

Demonstrando um grande senso de realidade, Marianne Weber (2003, p. 153) declara, sobre o último quartel do XIX, que:

As questões sociais estavam no ar desde algum tempo; os problemas práticos do industrialismo moderno mantinham-nas na mente de todos e nas consciências das pessoas reflexivas. Desde os setenta tornou-se claro novamente para pequenos grupos da burguesia que, se quisessem evitar infortúnios iminentes, teria de se preocupar com as questões sociais.

É neste contexto que nasce a *Verein für Sozialpolitik* (Associação de Política Social), em 1873, composta por pessoas de variados matizes políticos; porém, o reformismo intrínseco e explícito da Associação denunciava seu caráter de classe e suas preocupações últimas:

“A Associação [...] não desejava um nivelamento da sociedade. Rejeitava os experimentos socialistas e reconhecia as formas existentes de produção e de propriedade, mas lutava para uma melhoria na situação da classe trabalhadora” (2003, p. 155).

Os membros da Associação tentavam de todas as maneiras influenciar o meio político, buscando envolver pessoas de todas as posições no conceito de bem-estar social por eles defendida. Era preciso evitar “infortúnios iminentes”, como dissera Marianne. No entanto, o

chanceler Bismarck traz para a máquina estatal o planejamento e execução de “políticas sociais”, esvaziando parte das atividades da Associação.

Com efeito, a questão social era um problema de toda a Europa industrializada do século XIX. Nesse contexto nasce a social-democracia alemã, a qual Bismarck buscou combater utilizando-se de variados métodos. Entre eles, o “chanceler de ferro” buscou adotar medidas de políticas sociais, visando, evidentemente, diminuir a pressão social por mudanças. Para Isabel Loureiro (2005, p. 28), a tática bismarckiana, nesse caso específico, ilustra com perfeição o dito de Lampedusa: “é preciso ‘mudar alguma coisa para que tudo continue igual’”.

Diante disso tudo, a ênfase dos membros da Associação passa do campo propriamente político e propagandístico para o das discussões teóricas, ou seja, para um âmbito mais acadêmico. Após essa guinada, recebem Weber como seu mais novo membro.

Em 1890, Weber é encarregado, pela Associação, de investigar a situação dos trabalhadores rurais no leste alemão. Os resultados de seu trabalho foram publicados sobre o título *A Situação dos Trabalhadores Agrícolas na Alemanha a Leste do Rio Elba*²², e indicavam os seguintes problemas: a “nobreza latifundiária” estava começando a notar uma escassez de mão de obra na região, pois os camponeses migravam ou para fora do país, ou iam para as grandes cidades, contribuindo, assim, para seu superpovoamento. E essa onda migratória era acompanhada por outra, no sentido oposto. Camponeses russos e poloneses “invadiam” as fronteiras e se estabeleciam na Alemanha. Tal processo principiou a ocorrer em função da desagregação de antigas formas de produção agrícola, coletivas e baseadas em propriedades de terra menores. A agricultura comercial, de larga escala, passava a se expandir e exigia a concentração das terras, expulsando os camponeses para outras regiões. À época, esse “problema”, principalmente por acarretar uma onda imigratória de russos e poloneses à leste, foi visto como muito grave, não só da perspectiva dos diretamente envolvidos, mas também da classe política como um todo (WEBER, 2003). Era, portanto, uma questão social a ser sanada pelo Estado. Max Weber, autor do denso estudo sobre o problema, considerou-o muito menos do ponto de vista dos camponeses e latifundiários do que pelo da nação:

Considero a questão da mão de obra agrícola meramente como uma questão de senso comum político – nem como a questão de se os trabalhadores

²² Este texto de Max Weber, traduzido para o português, encontra-se em WEBER, Max. A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha nas províncias do Além-Elba [1892]. In: José Graziano da Silva e Verena Stolcke (organizadores). A Questão Agrária - Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo : Brasiliense, 1981, p. 13-57

agrícolas estão mal ou bem, nem como o problema de como se pode proporcionar mão de obra barata para os proprietários rurais (WEBER, p. 157).

Desejava ele que a questão fosse tratada pelos “interesses do Estado”. Desse modo, as fronteiras deveriam ser fechadas, e a expansão da grande propriedade deveria ser contida, à revelia dos interesses imediatos dos envolvidos:

Desejamos fundir os pequenos agricultores ao solo da pátria, não com laços legais, mas psicológicos. Digo-o abertamente: **desejamos explorar sua fome por terra para ligá-los à pátria**. E mesmo se tivermos que fixar à força uma geração ao solo para garantir o futuro da Alemanha, assumiremos essa responsabilidade (WEBER, 2003, p. 157-158 – grifos nossos).

Evidencia-se, assim, o que afirmamos acima acerca do particular liberalismo de Weber: os “ideais nacionais” prevalecem sobre a preocupação social, tão longo haja alguma contradição entre esses. E tanto tal assertiva não é nem falsa, nem temerária que, ao se aproximar dos fundadores do futuro Partido Social Cristão²³, e estes dele, Weber torna-se amigo particular de Friedrich Naumann (1860-1919), teólogo e político *progressista* (o termo é nosso), com o qual comungava muitas ideias:

Desde o início partilharam de uma atitude positiva diante da mecanização e do industrialismo como uma condição *sine qua non* para uma grande potência com uma população crescente. Não desejavam fazer girar para trás a roda da história, mas queriam combater de dentro os defeitos do moderno sistema capitalista (2003, p. 164).

A mescla dos valores nacionalistas e liberais de Weber torna-se ainda mais evidentes quando sua biógrafa descreve mais um ponto perfilhado com Naumann, a “meta de ação política” de ambos como sendo a busca de

²³ Este partido nasce em função da percepção dos protestantes alemães acerca da preeminência das questões sociais, mesmo porque estas os afetavam diretamente, na medida em que a social-democracia e a ideia de revolução se colocavam na ordem do dia: “Como a Igreja católica, a Igreja protestante havia compreendido que a mera *atividade de caridade* era insuficiente diante da miséria proletária. Também havia reconhecido o perigo para sua própria existência. O perturbador crescimento da social-democracia levou a uma ‘revolução’ intelectual e tornou a defecção das massas do cristianismo e sua emancipação das autoridades tradicionais perigosamente próximas” (WEBER, 2003, p. 159 – itálico da autora). Nota-se que também os protestantes precisaram se adaptar aos novos tempos e se modernizar para a competição por fiéis.

[...] uma pátria organizada segundo as linhas de um Estado de poder, com uma população crescente e que trabalhava duro, cuja completa maturidade política a capacitaria tanto a proteger seus próprios direitos como também a compartilhar a responsabilidade pelo destino da nação (2003, p. 164).

Pontos em concordância à parte, Weber discordava sobremaneira de Naumann no tocante à ideia de se buscar a “felicidade das massas”. Em consonância com o que vimos afirmando, Weber subordinava “vidas individuais aos interesses nacionais”. Opondo-se a Naumann, Weber se pronunciou em relação à questão:

Não estamos nos engajando em política social para criar a felicidade humana [...] Creio que devemos abandonar a criação de um sentimento positivo de felicidade no curso de qualquer legislação social. Desejamos alguma coisa a mais e só podemos desejar alguma coisa a mais. Queremos cultivar e apoiar o que nos parece *valioso* no homem: sua responsabilidade pessoal, seu impulso básico para coisas superiores, para os valores intelectuais e morais da humanidade, mesmo quando esse impulso nos confronta em sua forma mais primitiva. Até onde está em nosso poder, desejamos dispor as condições externas não com vistas ao bem-estar do povo, mas de modo tal a preservar – face à inevitável luta pela existência, com seus sofrimentos – aquelas qualidades físicas e espirituais que gostaríamos de sustentar para a nação (WEBER, 2003, p. 166 – *italico no original, sublinhado nosso*).

3.2 Carreira acadêmica e nacionalismo “acima das classes”

Em meados de 1892, aos vinte e oito anos, Weber dá início à sua carreira acadêmica, agora na condição de docente. A Universidade de Berlim convida-o para substituir Goldschmidt, um antigo professor seu que o indica para a tarefa. Ficaria em Berlim por pouco tempo. No mesmo ano, toma Marianne Schnitger como noiva, casando-se no ano seguinte. Já casado, antes de completar dois anos em Berlim, em 1894, após alguns impasses e incertezas sobre seu futuro acadêmico, deixa a cidade e vai a Freiburg assumir a cadeira de Economia Política²⁴ da universidade de mesmo nome. É em 1895, no início do segundo semestre da Universidade de Freiburg, que Max Weber faz sua conferência inaugural, a qual se tornou célebre em função dos princípios nela apresentados e defendidos de maneira tão contumaz. No período de 1895 a 1899 o nacionalismo de Weber, já bastante arraigado, atinge uma

²⁴ Gabriel Cohn (1996, p. 16), na apresentação de seu livro, afirma que o título da disciplina que Weber assume em Freiburg era “Ciência do Estado”.

densidade tal que o impele à ação política prática, para além da atividade propriamente teórica: “Seu nacionalismo era ardente demais para ele se satisfazer definitivamente com a eficácia de seus textos”, afirmara Marianne (2003, p. 270).

Mas o marco inicial dessa guinada em direção à ação política bem pode ser estabelecido em 1894, quando de seu ingresso na Liga Pan-Germânica. Fundada em 1891, a União (ou *Liga*) Pan-Germânica (*Alldeutscher Verband*) pregava, grosso modo, a união de todos os povos de origem germânica da Europa. De acordo com Isabel Loureiro (2005, p. 27), a direita alemã de fins do XIX se organizou na Liga, que era composta por “industriais, professores universitários, gerais, jornalistas, políticos”. Tinha como tarefa “difundir entre o povo as ideias de conquista”, daí seu entusiástico apoio à política do imperador Guilherme II, conhecida como *Weltpolitik* (política imperialista), levada a cabo a partir de 1890. Um trecho retirado do estatuto da Liga demonstra suficientemente seu caráter, com destaque para o item quarto do segundo parágrafo, o qual corrobora as afirmações de Loureiro:

“§ 1. A Liga Pangermânica pretende a animação do caráter nacional alemão em todo o mundo, a conservação da índole e dos costumes alemães na Europa e além-mar, e a *união total* do *Deutschum*. § 2. Quando os meios adequados para alcançar estes objetivos forem considerados pela Liga Pangermânica sem prejuízo para o parágrafo 1, os grupos preservarão sua autonomia: 1. animação da consciência nacionalista na pátria e campanha contra todos os desenvolvimentos nacionais de direção contrária; 2. solução das questões das constituições, educação e escola no espírito do nacionalismo alemão; 3. cuidado e proteção dos esforços nacionais alemães em todos os países onde existem afiliados do nosso povo, e lutar pela manutenção da sua particularidade (*Eigenart*), e a concentração de todos os alemães do mundo para este objetivo; 4. exigência de **uma enérgica política de interesses alemães na Europa e além-mar**, especialmente da continuação do **movimento colonial alemão com resultados práticos**. § 3. Cada alemão íntegro pode ser membro da Liga Pangermânica, sem levar em conta sua cidadania (*Staatsangehörigkeit*)” (SEYFERT, 1999, p. 36 – grifos nossos).

Em sua aula inaugural intitulada *O Estado-Nação e a Política Econômica*²⁵, realizada na Universidade de Freiburg, Weber demonstra como seu peculiar nacionalismo estava tão exortado e atrelado aos interesses mais gerais da pátria alemã que se desvincula dos interesses específicos das classes em prol do fortalecimento do Estado alemão. Preocupado com o papel das diversas classes na liderança política da nação, concluiu, de um ponto de vista pessimista, que nenhuma delas estava pronta. Para ele: “Só uma classe capaz de pôr os interesses

²⁵ A edição em português do texto dessa Conferência, intitulado *O Estado Nacional e a Política Econômica*, encontra-se em COHN, 1996, Pp. 58-78.

políticos e econômicos da nação acima dos próprios está qualificada para a liderança” (2003, p. 264). E, segundo o próprio Weber (apud DIAS, 2003, p. 5), em célebre passagem, nem mesmo a burguesia – classe da qual se considerava parte – estaria plenamente apta para tal empreitada:

Eu sou um membro da classe burguesa, me sinto tal e fui educado na sua visão e nos seus ideais. Mas é tarefa própria da nossa ciência dizer o que não se escuta de bom grado, e quando me pergunto se a burguesia alemã está hoje madura para se tornar a classe política dirigente da nação, ainda hoje não tenho condição de responder afirmativamente.

Disso decorre que, na mente de Weber à época,

[...] um enorme trabalho de educação política tinha de ser feito entre todos os grupos se a Alemanha quisesse se manter como um estado potência nacional, se se quisesse assegurar o futuro de uma nacionalidade alemã (2003, p. 264).

No mesmo ano da palestra de abertura em Freiburg, Max Weber e sua esposa participam do Congresso Evangélico Social em Erfurt, na qual o pregador protestante Naumann, amigo dos Weber, já mostrava interesse em fundar uma organização política, um futuro partido, com um claro programa baseado em valores cristãos e anticapitalistas²⁶ (2003, p. 266). Durante o Congresso a retórica nacionalista de Weber dá sinais de sua força e poder de influência. Após alertar Naumann sobre a importância da “ideia política nacional”, apontando as “ideias sociais” como submetidas a esta, e também após a publicação na imprensa do discurso inaugural de Weber (apud WEBER, 2003, p. 266 – grifo nosso), aquele se mostra persuadido pelas ideias do ilustre professor de Freiburg:

Ele não está certo? De que nos serve a política social se os cossacos chegarem? Quem quiser conduzir a política interna precisa primeiro garantir o povo, a pátria e suas fronteiras; precisa fornecer poder nacional. Este é o ponto mais fraco da social-democracia. Precisamos de um socialismo capaz de governar, de realizar uma política mais versátil e abrangente que antes. Esse socialismo precisar ser nacionalista.

²⁶ Embora Marianne Weber afirme repousar as idéias de Naumann em valores cristãos e **anticapitalistas**, Gyorgy Lukács (1968, p. 375), ex-discípulo de Max Weber, argumenta que o político protestante, assim como Göhre e Stöcker, se prestavam a realizar experimentos voltados a meta de “desviar o movimento dos trabalhadores da luta de classes”.

À frente de seus seguidores, Naumann passa a se organizar para a fundação de um jornal diário e uma associação “*nationalsozial*” (socialista nacional) a partir do Congresso em Erfurt, sempre discutindo e buscando conselhos em Weber. Este último participa da fundação da Associação, mas não sem se opor gravemente a alguns pontos do programa exposto na conferência inaugural, principalmente aos relacionados à política externa – notadamente a questão da imigração polonesa no leste alemão. A submissão da questão nacional à questão social, quando desejava o exato inverso disso, irritou Weber a ponto de taxar os colegas defensores do programa, tal qual Naumann, de “bonecos de mola políticos”. Para ele, a plataforma da Associação trazia também um corte de classes muito equivocado, em favor apenas dos mais pobres:

Construindo uma diferença entre trabalho e propriedade, o programa torna todas as classes em ascensão da população que já adquiriram alguma propriedade, incluindo o estrato ascendente da classe trabalhadora, inimigos naturais do movimento socialista nacional. Só a escória da população, portanto, fará parte economicamente desse movimento. Esse partido de fracos jamais se elevará a alguma coisa (WEBER apud WEBER, 2003, p. 269 – grifo nosso).

Desse ponto de vista, como já afirmamos, o mais correto a se fazer, para Weber (apud WEBER, 2003, p. 269 – grifo nosso), seria privilegiar as “ideias nacionais”, pois

[...] o que nos falta é uma democracia nacional, à qual possamos confiar a liderança da Alemanha por nossos votos, porque temos certeza de que nossos interesses de poder econômico e nacional ficarão seguros a seus cuidados (...) Pois o ponto de vista nacional, também, é incompatível com o da miserabilidade”.

O “ardente” nacionalismo de Weber – para usar o termo de sua biógrafa – manifestava-se, portanto, em variadas maneiras e em diversas ocasiões. Porém, até onde pudemos observar, em sua biografia, nada o impelia mais à exortação nacional do que as questões de política externa. Precisamente quando versava sobre essas, em seus pronunciamentos, Weber trazia à tona uma determinada concepção do mundo, um valor firmemente arraigado, um verdadeiro guia para ação política – e para sua análise teórica e propriamente sociológica, como veremos mais à frente. Trata-se da perspectiva de cunho hobbesiano, fortemente presente nele desde jovem até o fim da vida, segundo a qual os

homens estão em eterna luta entre si. Assim, ao criticar o programa da Associação liderada, entre outros, por Naumann, exatamente por desviar o foco da questão nacional para a questão social, afirma que “a preservação dos interesses de poder nacional” precisa ser realizada com “mais vigor e consistência” na assim chamada “questão polonesa”. E, dito isto, acrescenta: “Quem quiser se dedicar a uma política terrena precisa ser isento de ilusões e reconhecer o fato fundamental da eterna luta dos homens uns com os outros” (2003, p. 269).

Concepção reiterada diversas vezes em várias obras do autor, a noção da eterna luta entre os homens converte-se em parte da cadeia de valores que sustentam seu peculiar liberalismo nacionalista, conferindo-lhe ainda, a nosso ver, ares de um relativo pessimismo. Há uma relação direta entre tal noção e a defesa de autonomia do Estado-Nação no confronto com outros. Aquela “luta entre os homens” ganha contornos nacionais, ou seja, assume novas formas e prossegue em um nível superior, em outra escala. Desse modo, o tom pessimista de tal concepção é exposto na aula inaugural em Freiburg por Weber. Ao aludir mais uma vez à questão fronteiriça na Prússia (leste alemão), após afirmar que a luta econômica entre as nacionalidades adquire apenas a “aparência” de paz, conclui:

Basta, no entanto, a negra seriedade do problema populacional para impedir-nos de ser eudemonistas, de presumir a paz e a felicidade humana escondidas no seio do futuro e de acreditar que haja outra forma de abrir seu espaço na existência terrena senão a da dura luta do homem com o homem [...] Para o sonho da paz e da felicidade humana o portão do futuro desconhecido reserva a advertência: “*lasciate ogni speranza*”²⁷ (apud COHN, 1996, p. 67).

Em 1899, Weber se desliga da União Pan-Germânica, entidade de maioria conservadora, a qual participara por comungar com eles seu “sentimento nacional”. E eis que Weber desliga-se da União por sua suposta moderação no tratamento da “questão polonesa”, considerada por ele “vital” para os alemães. Em sua carta de desligamento, acusou a União de nunca haver defendido a exclusão dos poloneses do leste alemão e de aquiescência com os interesses de seus membros capitalistas agrários – para esses, a vinda dos poloneses era muito interessante, pois representavam mão de obra numerosa, disponível e muito barata – em detrimento dos “interesses vitais dos alemães”. Manifestava-se, agora de maneira político-prática, seu idiossincrático nacionalismo acima das classes. Essa ideologia, agora plenamente desenvolvida em Weber, atingiria seu ápice na exortação nacionalista das primeiras décadas

²⁷ *Lasciate ogni speranza, voi ch'entrate!* [Toda esperança abandonai, vós que aqui entraís!] é a inscrição sobre o portão no *Inferno*, de Dante.

do século XX – notadamente quando da eclosão e desdobramento da Primeira Grande Guerra Mundial, contexto no qual Weber proferiu sua *Conferência sobre o socialismo*.

3.3 Exaltação patriótica: a Primeira Guerra Mundial

Em 28 de junho de 1914, o arquiduque austríaco Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, é assassinado por militantes do grupo sérvio *Mão Negra*. O delicadíssimo equilíbrio europeu ruíra. O ato, verdadeiro estopim de um enorme barril de pólvora, a Europa de inícios do XX, rapidamente desencadeou acontecimentos que conduziram à guerra. Max Weber, o sociólogo alemão apaixonado pela pátria, não passaria incólume a tão grandioso acontecimento. Testemunha ocular dos fatos, a esposa de Weber (2003, p. 602-603) traduz o sentimento comum de ambos a esta altura e tece interessante panorama sobre a postura de parte da sociedade alemã à época:

Chegara a hora, e foi de uma sublimidade jamais sonhada [...] foi uma hora de grande solenidade – a hora da *despersonalização*, integração, na comunidade. Um fervoroso amor pela comunidade disseminou-se entre as pessoas, e elas se sentiram poderosamente unidas umas às outras. Após formar uma fraternidade, prontificaram-se a destruir suas identidades individuais, servindo [...] Com um encolher de ombros, seres humanos agora erguiam-se no limite da realidade. E ainda mais comovente que a sina dos jovens era a dos homens que se punham então a sair andando conhecedora e sobriamente do auge da vida para entrar nas trevas.

Nesse clima de exaltação patriótica, o nacionalismo de Weber atinge seu ponto máximo. Seu já aludido espírito marcial encontrou na guerra a fenda necessária ao pleno florescimento. Lamentou profundamente não poder pegar em armas pela pátria; já havia atingido os cinquenta anos e não era mais útil no *front*. Apesar de se considerar “seu mais bem disposto filho”, não pode servir à pátria nas trincheiras, mas apressou-se em oferecer-se como voluntário ao comando da guarnição de sua cidade. Lá recebeu o cargo de oficial disciplinar da Comissão dos Hospitais Militares, em função de seu treinamento militar, e ficou encarregado de criar e administrar nove hospitais de reserva em Heidelberg.

Muito embora os horrores da guerra dessem seus primeiros sinais tão logo o conflito armado começara, os Weber ficaram sinceramente admirados com o espírito patriótico que

acometera o povo nesta ocasião. Seria injusto não citar Marianne Weber (2003, p. 606) em sua descrição da sublime sensação que tiveram nos primeiros meses da guerra, ao observarem a solidariedade dos alemães uns com os outros:

[...] era magnífica a possibilidade mesma de tamanha efusividade, que o *amour-propre* bem ordenado dos cidadãos fosse tão generoso. Naqueles maravilhosos primeiros meses, toda a vida interior se reduzira a seus contornos simples, partilhados, e tudo pouco importante se desmoronava. Todo mundo estava cheio de boa vontade e todo dia trazia ação e tensão. As considerações pessoais ficavam suspensas nas superpessoais. Era o auge da existência

Weber teria agradecido a sorte de poder ter vivido para ver a guerra: “Pois *seja qual for o desfecho – esta guerra é esplêndida e maravilhosa*” (2003, p. 606 – itálicos da autora), teria dito em uma carta a 28 de agosto de 1914.

Durante o trabalho duro na organização dos hospitais, Weber procurou estabelecer pequenos cursos internos, levados a frente por seus próprios ajudantes voluntários, no sentido de manter ocupados os convalescentes e livrá-los do tédio da vida hospitalar interna. Em alguns casos, o próprio Weber tomava a palavra e proferia palestras. Numa delas, no Natal de 1914, se pôs a falar sobre a grandeza da morte em combate:

Os que não retornarão serão o trigo semeado do futuro. A morte de um herói pela liberdade e honra do nosso povo é uma realização suprema que influenciará nossos filhos e os filhos dos nossos filhos. Não há glória maior, nem fim mais digno, que morrer assim. E para muitos, a morte dá uma perfeição que a vida lhes teria negado (2003, p. 613 – grifo nosso).

A exortação nacionalista do intelectual surtiria efeito imediato. Alguns militares internos, ao ouvirem tão eloquente discurso, se retiraram do local afirmando que, desde que permanecesse a Alemanha, seu retorno incerto não os incomodavam.

No ano seguinte, em 1915, Karl, irmão de Weber, tomba em batalha. Karl era “marcial por natureza”, e partira para o *front* inebriado pela causa nacional. Seu irmão mais velho, Max, sofrera enormemente sua perda, mas mantivera posição bastante positiva diante de sua morte. Em uma carta dirigida à mãe Helene, expõe sua visão sobre o incidente: “[...] [Karl Weber] teve uma linda morte no único lugar onde é digno um ser humano estar no momento” (WEBER, 2003, p. 617).

Weber tentara influenciar – também de maneira prática – parte dos rumos da Alemanha durante o conflito enviando memorandos ao Ministério do Exterior, nos quais fazia vigorosa argumentação em contrário, por exemplo, ao prosseguimento e intensificação da guerra marinha. Embora alguns de seus colegas o considerassem apto à função política – e o mesmo nutrisse um indisfarçável desejo de contar com maior poder de influência nesse meio – suas manifestações quase não encontraram eco durante a guerra; uma grande tristeza por isso o acometera (WEBER, 2003).

As passagens acima fornecem uma pequena amostra do quanto o patriotismo e o espírito marcial de Weber se exaltaram durante a guerra. No entanto, algo ainda mais significativo, nesse mesmo sentido, pode ser assinalado. No final de 1916, o intelectual é convidado por Haussmann, líder do Partido Popular Progressista²⁸ em Munique e membro do parlamento alemão, o *Reichstag*, a subir à tribuna. O tema dessa conferência específica era “A Alemanha entre as potências mundiais europeias”. O pensador que, desde jovem, considerava **toda** a política de uma “perspectiva nacional”, ainda que conferindo primazia ao interesse nacional no campo externo, interpreta o significado histórico da guerra apontando como própria razão desta um suposto desenvolvimento da Alemanha enquanto Estado fundamentado no poder. Desse ponto de vista, Weber considerava a Rússia o principal adversário de sua pátria, pois seria essa nação a única capaz de ameaçar sua “independência e cultura”, logo a própria existência da Alemanha como um “estado nacional fundamentado no poder”. E Weber argumenta que o povo alemão teria se organizado dessa forma por sua “responsabilidade diante da História”. Aqui, vale a pena citarmos uma longa e muito significativa passagem da referida conferência:

As gerações futuras, em particular nossos próprios descendentes, não irão responsabilizar os dinamarqueses, os suíços, os noruegueses e os holandeses se o poder mundial – e, em última análise, isto quer dizer *a determinação do caráter da civilização do futuro* – ficar dividido, sem lutas, entre, por um lado, os decretos oficiais russos e, por outro lado, as convenções da ‘society’ anglo-saxã, talvez com um toque de ‘raison’ latina. Nós seremos, e com razão, considerados os responsáveis. Porque somos um povo de setenta e não de sete milhões, porque, por contraste com aquelas pequenas nações, inclinamos a balança da História com nosso peso, é nosso dever obrigatório,

²⁸ Isabel Loureiro, em *A Revolução Alemã [1918-1923]* (2005), designa o Partido Progressista, representante sobretudo da ala esquerda dos liberais, fundado em 1870, como sendo um partido ideologicamente de centro. Tendo Haussmann como um de suas principais lideranças, esse partido funde-se com uma parte do Partido Nacional-liberal, dando origem, em 1919, ao Partido Democrata Alemão (DDP – *Deutsche Demokratische Partei*). Este último representava os interesses da burguesia liberal e da pequena burguesia, sendo favoráveis à República. Tinha como um de seus principais líderes Alfred Weber, irmão de Max Weber, além de Hugo Preuss (político e professor alemão responsável pela elaboração da futura Constituição de Weimar) (Cf. Pp. 17-18).

e não daquelas nações, perante a História – e isso significa para com a posteridade – opor-nos a que o mundo todo seja engolfado por aquelas duas potências. A *honra* de nosso povo nos obriga a não eludir este dever de forma covarde e indolente. Nesta guerra, estamos lutando pela *honra*, e não por alterações no mapa ou por vantagens econômicas (2003, p. 678-679 – grifos no original).

A centralidade do Estado-Nação e, mais especificamente, da Alemanha no pensamento weberiano torna-se evidente na passagem acima, assim como um tom que parece procurar conferir supremacia à nação alemã. Esse pensador temia sincera e pesadamente qualquer possibilidade de submissão de sua pátria a outras nações, notadamente aos povos de origem eslava, em relação aos quais parecia nutrir mesmo certo sentimento xenofóbico. Por isso, segundo Maurício Tragtenberg (1976, p. 58), J. P. Mayer taxava Weber de “russófobo”, muito embora o primeiro julgue injusta tal insígnia. Matizava-a, porém, apontando como Max Weber, notadamente a partir de 1906, passa a julgar a evolução política da Rússia estritamente em função dos interesses alemães.

Posta simplesmente nestes termos, a postura nacionalista de Max Weber pode levar os incautos à impressão relativamente equivocada de que se trata de algo muito peculiar a esse autor genuinamente alemão. Nada mais falso. A onda de exaltação patriótica que varreu o continente europeu mesmo antes de iniciada a guerra, acometeu, evidentemente em graus variados, praticamente a todos os membros dessa miríade de nações. O impacto desse fenômeno foi visível em inúmeros dirigentes, intelectuais, políticos e também em cidadãos ordinários. No caso da Alemanha, isso parece ter adquirido conotações ainda mais graves, como atesta o surgimento da ideologia nazifascista no século XX. Outro exemplo é dado pela própria social-democracia alemã: como se sabe, ao votar os créditos de guerra, o partido lançava grande parte da classe trabalhadora para o interior do conflito militar, subordinava o movimento operário à burguesia, e assinalava, assim, sua capitulação frente ao enorme peso ideológico desse tipo específico de nacionalismo²⁹.

É possível, contudo, aventar ao menos algumas das razões históricas desses fenômenos político-ideológicos. Ao mergulharmos na história da nação alemã, ainda que de maneira bastante breve, procuramos elucidar alguns fundamentos do nacionalismo típico do

²⁹ O segundo maior partido social-democrata do mundo à época, o PSDA, orientou sua bancada no Reichstag para, a 4 de Agosto de 1914, votar a favor dos créditos de guerra. Esse fato até hoje é apontado como um dos maiores equívocos cometidos por lideranças de esquerda em um determinado contexto. A única exceção ao voto dos deputados social-democratas favoráveis aos créditos de guerra naquele fatídico dia foi Karl Liebknecht, revolucionário que, a partir disso, buscava construir um pequeno grupo de esquerda dirigido por ele e Rosa Luxemburgo, mais tarde chamado Liga Espártaco.

contexto em tela, já que o autor em voga figurava como exemplo cristalino da exacerbação desse valor.

3.4 Cultura e nacionalismo: formação do Estado-Nação alemão

Não só o nacionalismo – muitas vezes seguido de indisfarçável espírito marcial, como no caso de Max Weber – como também muitos dos aspectos culturais dos alemães podem ser mais bem compreendidos à luz da história daquele país. Para que isso seja possível, as referências à formação do Estado-Nação alemão é imprescindível. Norbert Elias (1997, p. 30 – grifo nosso), importante estudioso da formação da sociedade alemã, afirma que “[...] os destinos de uma nação ao longo dos séculos vêm a ficar sedimentados no *habitus* de seus membros individuais”. Por “*habitus*”, Elias significa fundamentalmente “segunda natureza” ou “saber social incorporado”, ou seja, não se trata de um conceito essencialista, nem fixo, estático. Para o autor (1997, p. 16):

Torna-se tão logo evidente que o *habitus* nacional de um povo não é biologicamente fixado de uma vez por todas; antes, está intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado a que foi submetido. À semelhança das tribos e dos Estados, um *habitus* nacional desenvolve-se e muda ao longo do tempo. Também existem, sem dúvida, diferenças biológicas, herdadas, entre os povos da Terra. Mas até mesmo povos de composição racial semelhante ou idêntica podem ser muito diferentes em seus respectivos *habitus* nacionais ou mentalidades – ou seja, no modo como se relacionam mutuamente.

Preocupado principalmente em compreender o fenômeno do surto descivilizador eclodido pelo nazismo alemão, Elias argumenta criticamente que relacionar o *habitus social* e a história de um país, principalmente a formação de seu Estado, não é prática comum no âmbito das ditas ciências sociais. Muitos ainda têm a opinião de que o passado mais remoto, de séculos atrás, não os influencia:

Na realidade, porém, os problemas contemporâneos de um grupo são crucialmente influenciados por seus êxitos e fracassos anteriores, pelas origens ignotas de seu desenvolvimento. Isto aponta para uma das tarefas que a sociologia ainda não enfrentou – e, ao mesmo tempo, para um método que pode ajudar a nação a conciliar-se com seu passado.

No caso do *habitus* dos alemães, isso não é diferente. Para compreender ao menos parte de suas características, segundo Elias, é necessário atentar para as peculiaridades do processo de formação do Estado. Para isso ser possível, é necessário recuar séculos e séculos em busca daquelas peculiaridades. Dessa maneira, o autor aponta quatro “processos parciais e entrelaçados” mais significativos para entender aquele *habitus*.

O primeiro processo diz respeito à localização dos povos de fala germânica – mais tarde alemã – em relação às sociedades vizinhas falantes de línguas derivadas do latim, de um lado, e orientais falantes de línguas eslavas, de outro. Para Elias, o processo de formação do Estado entre os alemães sofreu profunda influência deste fato: as tribos germânicas que mais tarde dariam origem ao Estado alemão ocupavam uma posição intermediária entre aqueles povos. Em função de sua localização, esses se viam premidos pelos dois povos opostos, situação geradora de enorme tensão e potencialidade de conflitos. Com efeito, esses três grupos de povos lutaram por mais de mil anos por suas fronteiras e áreas de povoamento, e cada qual explorava ao máximo as possibilidades de expansão. Isso explica, em parte, o verdadeiro horror demonstrado por alguns alemães, ao menos até o século XX, em relação aos povos eslavos (ELIAS, 1997, p. 17). É o caso também de Weber, como já observamos, que temia a “invasão” de poloneses e outros povos eslavos a leste do Elba, em função da questão agrária em aberto naquelas regiões fronteiriças; além disso, finda a guerra, escreveu em carta ao amigo Friedrich Otto Crusius que, apesar de lamentar o “domínio mundial anglo-saxão”, algo “sumamente desagradável” aos seus olhos, estariam os alemães livres do “perigo russo”. Manter afastado este último deveria ser o objetivo máximo da política externa alemã em sua acepção (WEBER, 2003, p. 745).

O segundo processo apontado por Elias, também de enorme influência na composição do *habitus* alemão, está ligado ao sentimento comum aos membros de um Estado que perdeu sua pretensão de superioridade. Historicamente, durante parte da Idade Média, o Sacro Império Romano-Germânico teve destacada posição hegemônica no continente europeu. Em virtude disso:

Para os alemães, uma existência à sombra de um passado mais grandioso nada tem de novidade. O império alemão medieval e, em particular, alguns dos mais notáveis imperadores medievais serviram por muito tempo como símbolo de uma Grande Alemanha que se perdera – e, por isso mesmo, também como símbolos de uma secreta aspiração à supremacia na Europa (WEBER, 20003, p. 18).

No entanto, o império medieval alemão não passou à posteridade mantendo tal posição hegemônica. Em verdade, o Sacro Império era um gigante pouco integrado – sua extensão territorial abarcava praticamente toda a Europa, à exceção de parte da atual França e da Península Ibérica – no qual os choques internos eram constantes. Tais conflitos contribuíam significativamente para fragilizar a unidade do império, situação sempre aproveitada pelos Estados não-germânicos, os quais saíam ao ataque em contraofensivas à pretensão imperial, ao menor sinal de fraqueza demonstrado por este. Em função disso, o processo de formação do Estado alemão passa a não acompanhar o ritmo do mesmo processo em outras sociedades do continente europeu. Enquanto os outros Estados europeus caminhavam para um processo de centralização política razoavelmente acelerada, o império alemão passava por processo praticamente inverso e dissolvia-se na figura de príncipes regionais (ELIAS, 1997). Estruturalmente frágil, o Sacro Império Romano da Nação Germânica passou por inúmeros conflitos internos de cunho principalmente religioso – esses opunham católicos e protestantes a partir do século XVI, perpassando o XVII, como no caso da devastadora Guerra do 30 anos, que ganhou proporção continental e levou à morte cerca de um terço da população alemã³⁰; mas, além destes, sofreu copiosas invasões estrangeiras, como as das tropas de Luis XIV no século XVII, quando o castelo de Heidelberg fora destruído – fato ainda lembrado na Alemanha atual – e as invasões napoleônicas ocorridas em inícios do XIX, na tentativa de unificar a Europa sob hegemonia francesa, seguida da humilhante fuga da rainha da Prússia a partir apenas da aproximação das tropas francesas. Em alguma medida, conforme Elias (ELIAS, 1997, p.20), o conjunto de fatos e processos expostos colaboraram sobremaneira na conformação de um *habitus* belicoso na Alemanha:

A fragilidade estrutural do Estado alemão, a qual tentava constantemente as tropas estrangeiras de países vizinhos a invadir seu território, produziu uma reação entre os alemães que levou a conduta militar e as ações bélicas a serem altamente respeitadas e, com frequência, idealizadas.

³⁰ Norbert Elias estabelece interessante conexão entre a Guerra dos 30 anos, a qual expunha a fraqueza do Estado alemão, e seus desdobramentos nos costumes daquele povo. Para este autor, o peculiar hábito alemão de se embriagar ao mesmo tempo em que se procura manter o controle sobre si, denota um indisfarçável sentimento de infelicidade gerado pelos “transes sociais dolorosos”. Com esta prática surgida no século XVII, prolongada até o XX – segundo Elias (1997, p. 19), tais transes se tornam mais assimiláveis. O próprio Max Weber experimentou-a nos anos de estudante universitário, atestando, assim, a permanência desse costume ao longo da história alemã. Membro de uma fraternidade universitária, o jovem Weber é descrito por sua futura esposa como portador de “extraordinária capacidade para consumir álcool”, e acrescenta: “Isto não foi de pouca importância naqueles dias, porque era parte da educação de um ‘irmão’ para chegar à idade viril que pudesse ser capaz de ingerir a maior quantidade de álcool *sem perder o auto-domínio*”. (WEBER, 2003, p. 84 – grifos nossos).

O espírito marcial de Weber confere concretude, embora em um caso singular, à relação estabelecida por Elias. Sintomaticamente, parte dos próprios fatos históricos citados por Elias como geradores de um peculiar *habitus* alemão são também nominalmente referidos por Weber em fins de 1918, em já citada carta a Friedrich Crusius, quando avaliava a situação da Alemanha esgotada por quatro longos e pesados anos de guerra. Comparando a situação alemã à de Atenas após as derrotas de Egospótamos, frente aos espartanos, e Queronéia, frente ao exército macedônico de Filipe II, afirma, em tom a um só tempo eivado de humilhação e sentimento de revanche, que a “fisionomia” de sua nação fora destruída com maior gravidade até mesmo do que no caso ateniense. A partir disso, para Weber, a Alemanha estaria “[...] partindo *do nada*, como em 1648 e 1807” (2003, p.745 – itálico no original, sublinhados nossos). As datas apontadas por Weber referem-se, respectivamente, ao fim da Guerra dos 30 anos e à conquista final da Prússia pelas tropas de Napoleão Bonaparte, ambos eventos relacionados por Elias na conformação do *habitus* social daquele país³¹.

A conturbada história política do império alemão gerou um processo de formação do Estado marcado por rupturas e descontinuidades, se comparado às outras sociedades europeias. Nisso reside um terceiro aspecto da história alemã, intimamente relacionado às características culturais dos membros dessa comunidade. De acordo com Elias (1997), um exemplo desse padrão de desenvolvimento caracterizado por rupturas reside na própria capital Berlim. Se comparada com Londres ou Paris, aquela cidade é bastante jovem. Com efeito, Berlim só ganhou respeitável importância tardiamente, por volta dos séculos XVIII e XIX, notadamente quando se torna capital do (Segundo) Império Alemão unificado em 1871, o *Kaiserreich*.

A tardia unificação alemã também é frequentemente apontada por estudiosos como um dos principais aspectos para se compreender a evolução política daquele país e seus respectivos desdobramentos culturais. Para Isabel Loureiro (2005), o rápido desenvolvimento das forças produtivas experimentado pela Alemanha entre 1850 e 1870 fornecia as condições para a unificação, ao mesmo tempo em que a exigia para sua franca expansão ulterior. Mas este processo não foi levado à frente por um movimento democrático-liberal e de massas; ao

³¹ No fim de 1806, com a derrota final das tropas prussianas frente às napoleônicas na Batalha de Jena-Auerstedt, o rei Frederico Guilherme III foge para Memel, região portuária na atual Lituânia. Em 1807, com o tratado de Paz de Tilsit, assinado entre França, Rússia e Prússia, esta última perde cerca de metade de seu território. Um ano antes, em 1806, o Sacro Império Romano-Germânico foi praticamente abolido, após sucessivas vitórias de Napoleão sobre a Áustria.

contrário, a unificação foi feita pelo alto, tendo sido liderada pelas elites conservadoras da Prússia:

Na Alemanha da segunda metade do século XIX, existiam dois projetos políticos em disputa: um liberal e democrático, o outro militarista e reacionário. Com a derrota em 1849 do ideal de uma Alemanha democrática, as elites conservadoras da Prússia [...] lideradas por Bismarck (ministro-presidente da Prússia a partir de 1862 e chanceler do Reich desde 1871), passam a comandar militarmente o processo de unificação nacional. A maior parte da burguesia alemã une-se em torno de Bismarck, inimigo declarado do liberalismo desde 1848 (LOUREIRO, 2005, p. 23).

A liderança das elites prussianas – militares, burocracia e *junkers* (nobres proprietários de terras) – no processo de unificação, muito embora associada à não desprezível parcela da burguesia liberal, gerou uma confederação alemã sob hegemonia da Prússia³². Nascia assim, “da guerra e do sangue”, o *Kaiserreich*, “fortemente marcado pelo espírito militar e autoritário da aristocracia agrária prussiana” (LOUREIRO, 2005, p. 23). No plano cultural, hegemonia prussiana na confederação deixaria indeléveis marcas no povo alemão:

Em contraste com os países do outro lado do Reno, a sociedade alemã se formou num ambiente dominado pela tradição militar de comando e obediência – e pela glorificação da força. O Exército era um organismo privilegiado e seus membros, cidadãos que gozavam de prerrogativas, como a que dava a um subtenente prussiano o direito de exigir que um civil lhe cedesse o lugar na calçada. A virtude primeira do soldado, a disciplina, se estendia a todos os cidadãos [...] O *Kaiserreich* era assim uma sociedade formada de indivíduos disciplinados, treinados para obedecer às ordens do alto sem questioná-las [...] (2005, p. 25).

A partir das passagens acima, é possível inferir que o nacionalismo alemão de caráter marcial tem suas raízes mais profundas na mais remota história da formação social e do Estado entre os alemães, mas as características político-culturais desse povo bem poderiam ser outras, caso o projeto político liberal-democrático se sagsse vencedor em meados do XIX. Como expomos, a rápida modernização, seguida da unificação com a hegemonia prussiana radicalizaram o caráter conservador e militarista da sociedade alemã. Estes dois processos atrelados, modernização acelerada e unificação política tardia, geraram outra

³² Conforme afirmou Loureiro (2005, p. 28), “[...] a Prússia marcou a Alemanha com seu rosto de Jano bifronte: uma burguesia triunfante, mais voltada para o lucro que para os ‘estéreis’ debates parlamentares, e os grandes proprietários de terra a leste do Elba, cuja arrogância e força militar a Europa temia desde os anos 1860”.

peculiaridade de comportamento dos alemães locais. Ainda na visão de Isabel Loureiro (2005, p. 26),

[...] o alemão, numa atitude compensatória, via a si mesmo como um ser superior, portador da ‘cultura’, identificado com os valores elevados do espírito e contra o materialismo da ‘civilização’ ocidental, percebido como destruidor da pacata vida tradicional”.

Qual a relação do sociólogo alemão com isso? Quando, por ocasião da guerra, Weber fala em luta pela “honra” dos alemães, referindo-se aos inimigos da Alemanha no conflito como “bárbaros” (Cf. 2003, p. 615), assim como quando demonstra enorme preocupação com possíveis “invasões” eslavas, parece-nos estar partindo, ainda que indiretamente, precisamente dos valores acima aludidos. Nesse sentido, Max Weber bem pode ser caracterizado como exemplo concreto de portador, em grande medida, de um *habitus* social influenciado direta e extraordinariamente pelo processo de formação do Estado e da sociedade alemãs. Dito de outra maneira, Weber e sua postura político-ideológica são a encarnação quase perfeita do amálgama valorativo que compõe a conturbada história de sua nação. E isso se torna ainda mais evidente caso se observe que, principalmente a partir de 1871, com a unificação da Alemanha, os modelos militares são incorporados no *habitus* alemão, inclusive nas classes médias outrora liberais³³. Tal processo – o quarto parcial apontado por Elias como significativo para se elucidar características culturais dos alemães – foi longo e truncado, obstaculizado, gradual. Havia ainda, ao menos até 1914, parte dos membros das classes médias imbuídos da tradição liberal, tal como atesta a própria família de Max e Alfred Weber (ELIAS, 1997). Ocorre que todo o processo de unificação, como já exposto, foi levado à frente pelos prussianos liderados por Bismarck, o qual logrou realizar por meios militares o que as classes médias não conseguiram fazer por meios pacíficos, daí a adesão de boa parte de seus membros a um ideário nacionalista-conservador e militarista. Conforme expõe Norbert Elias (1997, p.26-27):

³³ De acordo com Norbert Elias, um exemplo dessa influência pode ser observada na permanência do costume do **duelo**. Instituição comum na Europa como um todo, o duelo perdeu espaço e significação cultural em praticamente todos os países desse continente na razão inversa em que as classes médias ascendiam a condições políticas mais privilegiadas. Na Alemanha, no entanto, ocorreu processo oposto. Ali o duelo passou a denotar a adoção pelas classes médias de costumes e modelos militares originários da aristocracia alemã. O próprio Weber duelou em sua juventude, quando pertenceu a uma fraternidade universitária, como atesta sua viúva (WEBER, 2003). Sobre a análise desse costume, ver todo o primeiro capítulo de *Os Alemães* (1997, Pp. 33- 115), intitulado “Civilização e Informalização”, notadamente sua parte B, cujo título é “Duelo e filiação na classe dominante imperial: exigir e dar satisfação”.

Uma variedade particular de classe média entrou assim em cena: burgueses que adotaram o estilo de vida e as normas da nobreza militar como seus próprios. Isso se associou a um claro distanciamento dos ideais do período clássico alemão. O fracasso dos esforços de sua própria classe para realizar o seu ideal de uma Alemanha unida, e a experiência de tê-lo conseguido sob a liderança da nobreza militar, levou a um desfecho que talvez possa ser descrito como a capitulação de vastos círculos da classe média à aristocracia. Eles trocavam agora, decisivamente, o idealismo burguês clássico pelo manifesto realismo do poder.

Muito embora Elias (1997) estenda essa concepção procurando abarcar o fenômeno da glorificação da violência pela massa amorfa que compôs o nazismo, recuamo-la ao período da Primeira Guerra e aos anos imediatamente subsequentes a seu término. É aí que a exaltação patriótica em Weber toma dimensões graves, acirrando-se enormemente durante o conflito. Parece-nos inegável que também sua postura fora influenciada enormemente por esse processo. Isso é atestado, em alguma medida, pelo seu já aludido espírito marcial, ilustrativo da adoção de modelos militares por membros da classe média

Exposto o panorama histórico fértil à proliferação da ideologia nacionalista, pode-se agora apontar as conexões entre o amálgama axiológico e sua postura teórica e prática. Será possível, a partir disso, demonstrarmos como os arraigados valores de Max Weber o impulsionavam a uma visceral oposição ao socialismo.

É fato que as objeções de Max Weber ao socialismo extrapolam e muito o terreno propriamente teórico. Há também neste autor uma “evidente e declarada oposição prática ao socialismo” (COHN, 1979, p. 78). Desde muito jovem, seu interesse em relação às classes trabalhadoras era fazer com que “[...] se mostrassem favoravelmente **dispostas em relação ao Estado e em arrancá-las das garras do socialismo**” (WEBER, 2003, p. 181 – grifos nossos). Há em Weber, portanto, nítida preocupação político-ideológica ao tecer sua crítica ao socialismo, estribada no conjunto de valores que regiam suas ações, notadamente seu liberalismo nacionalista.

4 A OPOSIÇÃO PRÁTICA DE MAX WEBER AO SOCIALISMO

A reconstrução mínima dos fatos que ilustram a oposição político-prática de Weber ao socialismo exige a apresentação a partir de seu pano de fundo histórico, com base no qual a compreensão de tais fatos torna-se mais inteligível.

4.1 O contexto histórico

Durante a Primeira Grande Guerra, a preocupação ideológica de Weber em relação ao socialismo torna-se ainda mais evidente, principalmente após 1918. A agitação política interna gerada na Alemanha pela guerra culmina, a partir daí, na eclosão da assim denominada Revolução Alemã. Com a revolução, o período guilhermino chega ao fim, após a abdicação do *kaiser*, em um contexto no qual a luta de classes se acirra sobremaneira, com destaque para a emergência dos revolucionários socialistas, mais radicais que seus similares à sua direita, os social-democratas³⁴ “majoritários”, igualmente opositores da monarquia e favoráveis ao fim da guerra³⁵. Isso ocorre mais precisamente a partir do dia 9 de novembro de 1918, dia da abdicação,

[...] quando Scheidemann, deputado social-democrata moderado desde 1903, ministro do último governo imperial e do primeiro governo republicano, por volta das duas horas da tarde proclama a República alemã do balcão do *Reichstag*. Perto dali, duas horas mais tarde, do balcão do Palácio Imperial abandonado pela família real, Karl Liebknecht, filho do legendário fundador da social-democracia alemã, deputado radical saído da prisão havia 15 dias, proclama a República Socialista Alemã (LOUREIRO, p. 41).

³⁴ É importante frisar aqui que o termo “social-democrata” no contexto histórico citado, isto é, a Alemanha de inícios do XX, tinha conotação bastante diferente de sua atual acepção. Socialistas moderados - se se quiser, reformistas - e socialistas revolucionários estavam todos circunscritos ao rótulo “social-democrata”; algo muito diferente ocorre atualmente no mundo ocidental, ao menos onde o termo é, via de regra, utilizado para designar a postura política dos sujeitos favoráveis (ou que deveriam ser) apenas a reformas no capitalismo, visando gerar, dentro deste modo de produção mesmo, uma sociedade de bem estar social.

³⁵ Oficialmente, a guerra chega ao fim com o Armistício de Compiègne, firmado em 11 de novembro de 1918. Seus signatários foram Ferdinand Foch, comandante-em-chefe dos aliados, e Matthias Erzberger, representante alemão.

O palco de fratricidas batalhas estava agora plenamente montado na Alemanha do primeiro quartel do XX. Tal como ocorrera em diversas ocasiões históricas, aqui e alhures, o grave acirramento da luta entre os grupos, classes e facções internas compunha uma situação delicadíssima, a qual exigia o firme posicionamento dos atores envolvidos direta ou indiretamente. Max Weber, o apaixonado professor e político, uma vez mais não passaria indiferente a tão drástica exigência histórica. Com efeito, preocupado com os destinos de sua pátria, Weber se opõe decisivamente ao socialismo, temendo que este contribuísse para o colapso da Alemanha. A perspectiva da revolução de cunho socialista, nesse contexto, causava-lhe verdadeiro horror, sentimento que o impulsiona a rechaçar seus supostos portadores, os socialistas revolucionários. A posição um tanto fatalista de Weber em relação ao tema, poucos dias antes da abdicação de Guilherme II, pode ser assim sintetizada:

A Revolução não conduz à paz. O bolchevismo é uma ditadura militar como qualquer outra e entrará em colapso como qualquer outra. E a sociedade burguesa não poderá ser transformada em uma utopia socialista por uma revolução. A consequência de uma revolução seria a invasão pelo inimigo e, mais tarde, um regime reacionário (WEBER, 2003, p. 734).

Os primeiros desdobramentos da revolução levaram os defensores do antigo regime a erigirem a célebre lenda da “punhalada nas costas”, segundo a qual a revolução seria responsável pela derrota da pátria, logo pela problemática situação econômico-social da Alemanha no imediato pós-guerra. Weber se opôs a este mito, mas após a queda da Baviera, ao observar os acontecimentos em Munique, nos primeiros desdobramentos da revolução, opôs-se igual e vigorosamente a processo revolucionário³⁶. O sociólogo teria dito se tratar de um “sangrento carnaval que não merece o nome honorável de revolução” (2003, p. 737). O mesmo Weber, que chegou a participar de um Conselho Operário em Heidelberg (LOUREIRO, 2005, p. 60), a convite de socialistas (ou social-democratas) moderados, demonstra diversas vezes enorme preocupação com a atividade dos revolucionários, sempre temendo que essa arruinasse ainda mais a nação alemã. Trechos de cartas suas, todas redigidas ainda em novembro, nos desdobramentos iniciais da revolução, quando os

³⁶ Na Baviera, região sul da Alemanha, a revolução eclodiu dois dias antes do restante do país, isto é, a 7 de novembro de 1918, e teve a frente Kurt Eisner, político social-democrata independente (USPD). Eisner liderou pacificamente o processo revolucionário gozando de grande apoio popular e também de grande parte dos social-democratas das diversas alas, incluindo aí os “majoritários” (socialistas moderados). Contava ainda com a simpatia de muitos intelectuais proeminentes, como Ernst Toller, Gustav Landauer e Oskar Maria Graf, além de Heinrich Mann (irmão de Thomas Mann) e do próprio Max Weber (Cf. LOUREIRO, 2005, Pp. 87-89).

*espartaquistas*³⁷ lutavam pela liderança do processo revolucionário, atestam tal preocupação. De acordo com Marianne Weber, esse contexto no qual “fanáticos comunistas, Liebknecht e Rosa Luxemburgo”, tentam a todo custo tomar em suas mãos a posição de líderes da revolução, trazia consigo a ameaça de invasão inimiga, algo extremamente preocupante para Max Weber. Partindo dessa perspectiva, ele escrevera:

Todos aqui acreditam que é inevitável a guerra civil em Berlim e que, então, a Alemanha será feita em pedaços; isto basta para desesperar qualquer um. É muito provável que Wilson [presidente dos Estados Unidos da América] declare uma vez mais, enfaticamente, que não oferecerá pão aos socialistas e nem lhes dará a paz. Isto foi anunciado hoje. Mas isto não influenciará os bandos de Liebknecht, que farão saques e não se importarão com o que acontecer depois, pois fugirão prontamente. Não se sabe se, depois de tudo, Frankfurt será uma zona desocupada; parte da covarde turba local até mesmo o deseja! Pois temem os vermelhos! Que o diabo os carregue! (WEBER, 2003, p. 742).

Em outra passagem de carta de fins de novembro, afirma, ainda muito preocupado com a presente situação:

Até quando durará este carnaval? Nossa economia está indo ladeira abaixo. Tudo está loucamente desorganizado, as reservas estão se esgotando e acredito que o final será uma revolução e uma ocupação (2003, p. 743).

Após o colapso de Ludendorff³⁸, acusa o Kaiser de “falta de dignidade” e, no mesmo sentido da argumentação apresentada por sua esposa – para a qual a dedicação de muitos às atividades revolucionárias seria apenas uma maneira de reprimir o desespero gerado pelas condições impostas do armistício – argumenta em tom de veras pessimista que:

³⁷ A origem da *Liga Spartakus*, grupo proveniente de uma cisão à esquerda no interior do SPD (o Partido Social-Democrata Alemão) está ligada ao movimento de oposição à guerra, a qual era vista por esta facção como mera partilha de mercados entre as potências imperialistas da época. O movimento que deu origem ao grupo é iniciado por Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Clara Zetkin, Paul Levi, Franz Mehring, entre outros. O grupo começa a se unir após o trauma da votação unânime acerca dos créditos de guerra no *Reichstag* – o parlamento alemão – no dia 4 de agosto de 1914, mas a data oficial de sua fundação é 2 de dezembro do mesmo ano, quando Liebknecht quebra a disciplina partidária e vota sozinho contra a concessão dos créditos de guerra. Durante a revolução os espartaquistas defenderam uma Alemanha conselheira aliada a Rússia soviética (Cf. LOUREIRO, 2005, Pp. 43-43). Quanto ao nome *Spartakus*, trata-se de uma clara alusão ao nome do líder da maior rebelião de escravos da Roma Antiga. Em dezembro de 1918 a *Liga* e outros grupos se fundem e criam o Partido Comunista Alemão (KPD).

³⁸ Erich Ludendorff foi um grande general do exército alemão. Até setembro de 1918, defendia a tese da não-rendição e da negociação (“paz vitoriosa”) com os Aliados. Com o termo “colapso”, Max Weber provavelmente está se referindo à derrota prática da tese do general. Ludendorff, anos depois, em 1925, seria candidato presidencial pelo Partido Nazista.

O que se cometeu contra nossa honra pesará sobre nós por muito tempo e só a obstinação com a revolução é agora um antídoto, que funciona como uma espécie de ópio para o povo antes que venha a grande miséria [...] são deprimentes as vagas esperanças e o modo como os diletantes jogam com o “futuro feliz”, hoje mais remoto do que nunca (2003, p. 740).

Tamanha era sua inquietação com os revolucionários mais radicais, claramente representados pela *Liga Spartacus*, que o autor alemão de postura política liberal desejava a repressão dos mesmos, ora implícita, ora explicitamente. Uma vez mais, trechos de suas cartas redigidas durante a segunda metade de novembro de 1918 atestam tal posição, denotando também preocupação com a possibilidade de regresso a políticas reacionárias:

A nação como tal é simplesmente disciplinada, tudo o mais é abalado, inclusive o que há de mais profundo nessa gente. O decisivo, agora, é saber se o bando de loucos de Liebknecht será reprimido. Eles estão dispostos a fazer seu *putsch*, isso é inevitável. Mas o importante é que seja logo sufocado e que seja seguido por políticas mais razoáveis e não por outras barbaramente reacionárias (2003, p. 741).

Em fins de novembro, quando a Baviera já havia caído nas mãos dos revolucionários há vários dias, Weber dá novos sinais de preocupação com uma invasão de tropas estrangeiras e desejo de que a ala esquerda dos social-democratas – agora taxada de “escória” – seja reprimida:

No momento, há aqui um caos e tudo avança rapidamente para uma catástrofe. As pessoas em Munique estão ensandecidas e perderam toda a dignidade. Mas não há nada a ser feito e, na minha opinião, é quase certa a invasão dos Aliados. Bem, tudo tem seu fim e, algum dia, nos ergueremos novamente. Se pelo menos a escória fosse banida! (2003, p. 743).

As afirmações similares poderiam aqui ser multiplicadas. Em verdade, tais preocupações de Weber se repetiram um sem-número de vezes, como na seguinte passagem de mais uma carta sua:

O governo *realmente* não conta com tropas leais e organizadas para enviar contra os bandos de Liebknecht, daí a sua inevitável fraqueza. Se esta oclocracia persistir, como é de se esperar, ou melhor, se conseguir uma vitória (temporária) por meio de *putsch* (que inevitavelmente ocorrerá),

então o inimigo, seja ou não chamado, virá “salvar” e ocupar o país (2003, p. 744 – itálico no original).

Um mês após, em fins de dezembro, as rebeliões lideradas pelos espartaquistas ganhavam ainda maior vulto; diante de uma situação ameaçadora de seu ponto de vista, Max Weber mantém-se receoso, porém eivado de um otimismo nacionalista, inclusive dando vazão a certo ufanismo em outra carta a seu amigo Crusius:

Receio que teremos guerra civil e invasão. Por mais duro e terrível que seja, superaremos isso também. Pois eu acredito na indestrutibilidade desta Alemanha e *nunca antes havia considerado, como considero agora nestes dias sombrios da desgraça da Alemanha, que ser alemão é uma dádiva dos céus*. Tenha um pouco de paciência, ainda que não seja fácil (2003, p. 747 – grifos no original).

4.2 Reverberações de sua atuação política baseada no nacionalismo

O ambiente politicamente agitado, principalmente no intervalo entre o fim da guerra e a eclosão do processo revolucionário na Alemanha, possibilitou ao professor alemão a participação mais efetiva no mundo da política. Sonho antigo de um intelectual cujo delicado divórcio entre teoria e prática, entre ciência e política, era por ele preconizado apenas no terreno racional-formal, em prol dos valores da honestidade intelectual e da verdade científica, a participação de Weber na política alemã logrou razoável eco em suas propostas e ações. No âmbito político-prático, sua enorme preocupação com a “reconstrução” da Alemanha, a seu ver perturbada pela ação dos revolucionários socialistas, encontrou vazão após seu resolutivo alinhamento ao Partido Democrata Alemão (DDP – *Deutsche Demokratische Partei*), fundado em meados de novembro. Entre tantos outros nomes politicamente proeminentes no âmbito acadêmico e político, esse partido tinha a frente seu irmão Alfred Weber³⁹, e buscava ser uma conexão “entre os partidos social-democrata e burgueses [i.e., entre progressistas e liberal-nacionais], exatamente como o Partido Social de Naumann havia sido”. Tendo tal composição, apoiavam a democracia e a república, mas rejeitavam vigorosamente o socialismo, além de considerarem a “ideia nacional” acima de outras considerações (2003, p. 751). É verdade, porém, que Max Weber, muito embora tenha

³⁹ Ver nota de nº 31.

se alinhado a esse partido, o fez após sua fundação, a qual não assinou precisamente por ser a princípio favorável à manutenção da monarquia parlamentar. No entanto, o desenrolar do processo revolucionário o leva a ver no princípio republicano a única maneira de “salvar a Alemanha”. Alinhou-se ao partido, portanto, por uma “exigência da época”. Durante fins de 1918 e inícios de 1919, Weber proferiu diversos discursos políticos em várias cidades alemãs, nos quais atacava vigorosamente a esquerda, temeroso que estava diante do perigo de uma “ditadura espartaquista”. Em um desses discursos pelo partido, embora concedesse algum prestígio a Liebknecht e Rosa Luxemburgo – nas palavras de Marianne, apreciava a “habilidade militar” do primeiro e o “idealismo” da segunda –, criticou duramente a atuação do Conselho de Berlim:

A ditadura da ralé chegou ao tipo de desenlace que eu não desejava. Não há dúvida de que Liebknecht era um homem honrado. Convocou a ralé para a luta e a ralé o matou. Os conselhos de operários e soldados também eram honrados. A burguesia não deve esquecer o que deve aos seus trabalhos honrados e justos. Mas os seus quartéis-generais em Berlim estavam, politicamente, abaixo da crítica, operando como amadores da pior espécie. Arruinou a disciplina do exército (2003, p. 751).

Preocupado com a disciplina do exército, com a estabilidade político-econômica de sua pátria, com a conservação da ordem interna *sem interferência estrangeira*, aponta, em passagem imediatamente subsequente de seu discurso, as razões práticas pelas quais o socialismo era não só impossível neste momento histórico, como também completamente indesejável:

No momento, é impossível uma socialização completa. Nossa situação não permite eliminar o empresário privado. O crédito só é concedido a verdadeiras inteligências. Nunca se dará crédito a um governo que não esteja respaldado por burgueses independentes e por empresários independentes com direitos iguais. Se a ruína econômica continuar assim, teremos um governo estrangeiro e, então, nossos homens de negócios serão, em suas próprias fábricas, meros empregados dos americanos. Se a paz resultar como tememos que resulte – e a inoportuna eclosão da revolução será, em parte, responsável por isso – então haverá durante alguns anos na Alemanha um chauvinismo sem precedentes (2003, p. 751-752).

A atuação de Weber na política prática encontra reverberação mais concreta, no entanto, quando de sua participação na redação da Constituição de Weimar, promulgada no dia 14 de agosto de 1919. Derrotada a revolução, a Assembleia Nacional Constituinte reunida

na bucólica cidade de Weimar, bastante distante da capital Berlim, promulga a nova Constituição. Em seus aspectos principais, a nova Constituição ligava-se à tradição liberal de 1848 (Ver LOUREIRO, 2005).

Convidado confidencialmente por Hugo Preuss, jurista liberal de esquerda, o qual ficou encarregado pela redação do anteprojeto originário da Constituição (LOUREIRO, 2005), dissera mais tarde que a Carta Magna pronta do Reich era “muito similar” às suas propostas. De fato, o trabalho de Weber surtira razoável impacto no documento. Segundo sua biógrafa, a Seção 51 da Constituição introduzia o chamado “direito de averiguação constitucional”, o qual possibilitava às minorias parlamentares empreenderem uma ação positiva para além da oposição formal. Em verdade, Weber tentara emplacar tal ideia desde 1917, quando enviou projetos de lei a um membro do comitê constitucional do Reichstag. Em um deles, propunha a introdução desse direito do Parlamento fazer investigações criando comissões especiais, as quais seriam geradas após aprovação de apenas um quarto dos parlamentares, daí o favorecimento das minorias existentes. Outra proposta de Weber acolhida na Constituição de Weimar, de importância ainda maior, foi a eleição popular e direta do presidente do Reich. Por ocasião da primeira eleição, a Assembleia Nacional não observou tal princípio, o que gerou uma súplica de autoria do sociólogo alemão publicada em um jornal berlinense, a qual exigia o respeito à “Carta Magna da democracia” (WEBER, 2003).

Contudo, há outra proposta sua sumamente importante introduzida nesta Constituição. Se comparadas às outras sugestões de Weber acatadas, talvez seja a mais relevante de suas contribuições, pois muito significativa para a estabilidade política alemã – finalidade última da ação política do pensador em questão. O célebre artigo 48 da Constituição de Weimar fora criado por indicação sua e era claramente voltado para a manutenção da ordem e da “estabilidade” alemã:

Ele dava ao presidente do Reich (diretamente eleito pelo povo para um mandato de sete anos e podendo ser reeleito) poderes excepcionais, ‘caso a segurança e a ordem públicas sejam gravemente afetadas ou ameaçadas no Reich alemão’, o que significava poder decretar estado de sítio, suspender direitos fundamentais, instituir tribunais de exceção, dissolver o Reichstag, autorizar o chanceler a governar por decretos-lei. Em suma, o presidente tinha poderes ditatoriais [...] (LOUREIRO, 2005, p. 114).

Sobre isso, há um inexplicável silêncio em sua biografia. O artigo 48 seria utilizado mais tarde, de 1930 a 1933, no contexto da ascensão nazista, portanto, conferindo a essa

disposição uma importância ainda maior, inclusive se comparado com os outros pontos da mesma Carta Magna. Para Pierre Broué (Apud: LOUREIRO, 2005, p. 114), historiador francês, as cláusulas “democráticas” da primeira Constituição republicana alemã eram apenas secundárias em face daquele artigo, pois o mesmo conferia ao Estado as condições necessárias para aniquilar “toda tentativa revolucionária ou mesmo toda evolução democrática inquietante no interior do quadro constitucional”. O marechal Hindenburg⁴⁰, com base no artigo 48, na condição de presidente da República, nomeou Adolph Hitler para o cargo de chanceler, no início de 1933. Além disso, foi no período de vigência dessa carta constitucional, considerada à época como “a mais democrática do mundo”, que Ebert, dirigente social-democrata do SPD alçado à condição de chanceler, decreta o estado de sítio no país no final de 1923, medida claramente hostil e de grande utilidade contra a esquerda.

As passagens acima atestam, portanto, o quanto a postura nacionalista de Weber, exaltada durante a guerra, orientou sua atuação no mundo da política, voltada notadamente contra o socialismo, temeroso que estava com os destinos de sua pátria. Evidencia-se sua preocupação maior: uma possível desintegração gerada pela agitação revolucionária que acometia o país. Entretanto, também sua crítica mais propriamente teórica parece ser perturbada pela ideologia nacionalista. Partindo de valores patrióticos, objetava teórica e praticamente o socialismo, pois via nesse último pernicioso potencial para o futuro desenvolvimento alemão. Mas não foram apenas os valores oriundos de seu nacionalismo que influenciaram sua crítica. Além desses, também a postura liberal do autor em voga interfere em sua visão sobre o socialismo, logo em sua crítica.

4.3 Liberalismo e intervenção política

Por mais que Max Weber confira à burocracia inúmeras características que podem ser julgadas positivas, como já exposto anteriormente, tal como sua incomparável eficiência, baseada na racionalidade do sistema, criticava também seu aspecto ceifador de liberdades individuais. Preocupação tipicamente liberal, de um ponto de vista congruente com os valores do liberalismo clássico, esse pensador temia sinceramente o avanço burocrático, o qual seria radicalizado no socialismo — tese que se converte no eixo central de sua crítica, como já

⁴⁰ O marechal Paul von Hindenburg, notabilizado por sua atuação na Primeira Guerra, foi presidente da Alemanha de 1925 a 1934.

examinado acima em diversas passagens. Para ele, isso ocorreria na exata medida em que aquele avanço se tornava um obstáculo às liberdades individuais, notadamente à liberdade intelectual. Com efeito, tal preocupação já se fazia notar na produção teórica do autor mesmo em relação ao capitalismo (TRAGTENBERG, 1976, p. 51). Conforme aponta Wolfgang Mommsen (1994), Weber descrevia o capitalismo moderno e desenvolvido, em linguagem próxima à marxista, como uma força social capaz de obrigar as pessoas a se submeterem quase voluntariamente às suas condições criadas, independentemente das vontades dos envolvidos. Por isso, para Weber, o próprio capitalismo, baseado em uma vigorosa burocracia, já estava em vias de forjar condições para “uma nova armadura de submissão do futuro” (MOMMSEN, 1994, p. 154).

Em uma discussão com diversos outros intelectuais sobre “igualdade social e a limitação do domínio do capitalismo privado”, sob os auspícios da Associação de Política-Social, em 1909, Max Weber, após salientar a precisão e insuperabilidade da maquinaria burocrática, questiona criticamente: “Qual sua consequência na área da administração e das políticas?” E responde, a seguir:

Todo aquele que a ela se integra, assim como a uma grande empresa industrial, torna-se uma rodinha numa engrenagem, e é cada vez mais desorientado para sentir-se como uma e a perguntar-se por que não pode se tornar uma roda maior (2003, p. 480-481).

Por conseguinte, depreende-se disso que Weber temia tanto mais o avanço burocrático, por assim dizer, na medida em que este hipertrofiasse seu aspecto anti-liberal e açambarcasse indivíduos cujos horizontes passariam a ser muito limitados. Tanto é assim que esse intelectual defendia um vigoroso parlamento como contrapeso à burocracia sob a égide da monarquia. Outro exemplo dessa preocupação liberal com a expansão burocrática, no tocante à sua atuação parlamentar, a já citada medida do “direito de averiguação parlamentar” acatada na Constituição de Weimar, vai ao mesmo sentido. A administração burocrática é baseada não só no conhecimento especializado, mas também em um “conhecimento confidencial”. Por isso, o corretivo considerado mais apropriado seria o da investigação parlamentar, pois a administração pública se veria forçada a abrir seus segredos; o resultado disso, supõe-se, seria certo controle do domínio burocrático (2003, p. 685-689).

Por fim, examinadas tais relações, torna-se perfeitamente plausível sustentar a tese de que o conjunto de valores orientadores da postura político-ideológica weberiana condiciona não só suas ações no âmbito da política prática, como também sua crítica teórica –

ressalvando-se a sempre relativa autonomia deste âmbito. Desse ponto de vista, torna-se relativamente evidente, por conseguinte, que a crítica de Max Weber ao socialismo, não desprezando suas já apontadas força e contundência, apresenta alguns limites por estar envolvida naqueles valores. Em outras palavras, como fora brevemente apontado anteriormente, procuramos sustentar que sua crítica culmina na *fetichização* da técnica, da burocracia e das formas de dominação precisamente por estar o autor imbuído de valores que são, em última instância, limitadores de seu ponto de vista. Além disso, sua crítica cumpre indisfarçável função ideológica, como veremos.

Baseados em sua já delineada crítica teórica, coroada por sua postura político-prática de oposição ao socialismo, procede-se, a seguir, ao delineamento de críticas possíveis a tais concepções.

5 CRÍTICA DA CRÍTICA WEBERIANA

A partir da concepção de *fetiche*, tomada de empréstimo de Marx e de toda uma tradição de inspiração marxista, pode-se proceder à crítica de ao menos alguns aspectos centrais da crítica tecida por Max Weber ao socialismo. Suas afirmações peremptórias sobre a impossibilidade de reapropriação dos meios de produção por parte dos trabalhadores alienados desses meios, principalmente em função do caráter da técnica moderna, assim como a tese da inevitabilidade da burocracia e seu processo de expansão inexorável, que culmina na caracterização dessa forma de dominação hegemônica no conjunto das sociedades modernas como inultrapassável são noções que possuem caráter *fetichizado*. Esses elementos de sua crítica, como procuramos apontar, parecem estar intrinsecamente ligados à sua posição político-ideológica, assentada na história da formação do Estado-Nação alemão e em sua trajetória pessoal, além de sua condição de classe.

5.1 Fetichização da técnica e da burocracia

Em Marx, a ideia de *fetichização*, processo correlato à *alienação*, aparece explicitamente já em texto de juventude. Em *A questão judaica* (1991), apresenta a noção de alienação/fetichização do Estado, traçando um paralelo crítico desse fenômeno com algo que ocorre no campo religioso⁴¹. Para Marx, em linhas gerais, os indivíduos podem fetichizar instituições como o Estado apresentando-as como algo acima da atividade humana, que não lhes pertencem e, por vezes, como se sequer tivessem origem em sua atividade, tal como ocorre na relação de homens e mulheres com entidades divinas. Assim, esses *entes* aparecem aos homens como algo “estranho e hostil”, com o poder de submetê-los, como se possuíssem vida própria, autônoma; em verdade, processos históricos os geraram, óbvia e absolutamente atrelados ao desenvolvimento do trabalho humano. Característica exclusiva de nossa espécie, a capacidade teleológica plenamente desenvolvida, diferentemente, portanto, do que ocorre com algumas espécies de primatas, abre-nos, com a divisão social do trabalho, a possibilidade

⁴¹ Em *O Capital*, a categoria de **fetiche** ressurge ligada à mercadoria, a qual apenas o modo de produção capitalista logra generalizar em escala mundial. O conceito de **fetichismo da mercadoria** explica a fantasmagoria existente por trás dessa categoria real e concreta que, ao nível das aparências, apresenta poderes descolados da consciência e da ação humanas (MARX, 1985).

de produzirmos em nossas consciências realmente algo que nada tem de real (MARX, 1984). Sejam deuses, o Estado, o capitalismo, ou ainda, as formas de dominação, a burocracia e as técnicas, isto é, *entes* mais ou menos concretos, os processos decorrentes da alienação do trabalho podem levar a falsa concepção de que esses são fruto de causas naturais, ahistóricas, divinas ou místicas. Em muitos casos, o resultado é conhecido: a eternização desses entes.

No caso em análise, parece-nos que parte dos conceitos críticos de Max Weber em relação ao socialismo podem ser enquadradas na categoria do fetiche. Isso porque esse pensador atribui inexorabilidade a uma forma de dominação, sempre em franca expansão, com base em argumentos os quais, ao passo que procuram embasar e fundamentar racionalmente sua crítica, terminam por apresentar uma concepção problemática desses pilares últimos.

Como já demonstrado, a crítica de Weber ao socialismo está centrada em sua concepção do modo de dominação burocrático como sendo absolutamente perene. O socialismo apenas radicalizaria tal processo, não redundando nunca em emancipação humana; ao contrário disso, levaria os membros dos países que buscassem a transição à nova sociabilidade supostamente oposta ao capitalismo, a uma forma de vida na qual as margens de ação dos indivíduos estariam ainda mais limitadas. Um futuro trágico — “a jaula de ferro” — já passível de ser vislumbrado mesmo sob a égide do capitalismo, mas certamente radicalizado no socialismo, aguardaria a todos. Os pilares de sustentação dessa tese, por sua vez, residem em alguns elementos interdependentes: a eficiência, a disciplina (atingidas pelo desenvolvimento da burocracia, modo de dominação coroado pelo máximo de racionalização) e, principalmente, a técnica moderna. Em suma, diferentemente das pequenas comunidades, as sociedades complexas modernas requerem e são baseadas nesses elementos interdependentes, sem os quais essas não podem ser geridas.

Algumas objeções e ponderações podem ser feitas ao conjunto dessas teses weberianas que, entrelaçadas, procuram descrever *teoricamente* o socialismo como uma organização societal igualmente refém das formas de dominação, notadamente a de tipo burocrático.

O primeiro ponto a ser ressaltado está ligado à concepção de socialismo com base na qual Max Weber tece sua crítica. Parece relativamente evidente que esse autor, no tocante à construção de suas proposições teórico-críticas sobre esse modo de produção, é diretamente influenciado pelas ideias hegemônicas no interior da Segunda Internacional Socialista⁴²

⁴² A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada com a colaboração de Karl Marx, é considerada a primeira Internacional Socialista. A Segunda Internacional, fundada em 1889, contou como um de seus

relacionadas tanto ao *método* para se atingir quanto ao *dever ser* de uma suposta sociedade socialista. Em outras palavras, para se opor ao socialismo, Weber teria tomado de empréstimo definições muito próximas às da social-democracia de sua época, majoritária no âmago da Segunda Internacional. Em consonância com esta afirmação, István Mészáros (2002, p. 149) aponta como Edward Bernstein, um dos líderes reformistas da Segunda Internacional e defensor de uma concepção evolucionista do socialismo, era o “socialista preferido de Weber”.

A hipótese de que Weber teria sido muito influenciado pelas concepções da Internacional Comunista, ao menos no que tange à definição do que deveria ser o socialismo, evoca, necessariamente, a questão sobre qual era o grau de domínio que esse pensador social tinha sobre a obra de seu conterrâneo e cronologicamente antecessor Karl Marx, assim como em que medida diferenciava a obra marxiana da de seus epígonos. Sobre isso, não há consenso. Autores como Jurgen Zander (1994, p.70) defendem que o “rigor intelectual” weberiano percebia a oscilação entre a doutrina marxiana e a “incoerência”, “falta de nitidez” e “hipóteses gastas” do marxismo vulgar. No limite, para Zander (1994, p. 71), Weber exclui Marx “[...] das ideias propagadas pelos marxistas [...] e até o defende contra essas ideias.” O contrário disso faz Michael Löwy (1994), autor que sustenta a tese segunda a qual Max Weber teria criticado Marx a partir do “marxismo vulgar” da Segunda Internacional⁴³.

Para grande parte dos social-democratas ligados à Internacional, incluindo os majoritários do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), o socialismo definia-se pelo fim da propriedade privada dos meios de produção visando o encerramento da “anarquia da produção” capitalista. Como já vimos, Weber (1994, p. 259) parte de concepção muito similar do socialismo em sua crítica apresentada na *Conferência*, onde opõe este modo de produção à “forma econômico-privada”. Argumenta que essa última foi designada como “anarquia da produção” pela própria teoria socialista,

[...] e isto porque o fato de que o interesse próprio dos empresários na venda dos produtos, o interesse no lucro, funciona de tal forma que é através dela que se realiza o abastecimento daqueles que necessitam destes bens.

Desse ponto de vista, se por socialismo toma-se apenas o exato oposto à produção anárquica capitalista, presume-se que o primeiro, para ser atingido, requer unicamente um tipo

principais idealizadores com Friedrich Engels. O apoio da social-democracia alemã, tendo Kautsky à frente dessa organização, foi fundamental para a fundação desse organismo internacional de luta proletária.

⁴³ Sobre esse tema, conferir também Kocka (1994).

de economia comum, na qual a produção é planejada. Partindo desses pressupostos, a crítica weberiana ganha enorme pertinência e significação histórica, pois as experiências ditas socialistas do século XX corroboraram suas mais pessimistas assertivas e previsões. Foi o caso das repúblicas da extinta União Soviética e do leste europeu, e vem sendo o caso da República Popular da China, sociedades marcadas pela hipertrofiada burocracia estatal. Não é demais lembrar aqui como, em Weber, na própria separação entre trabalhadores e meios de produção (e de administração) se encontra a base da origem e da expansão da burocracia. Nas sociedades citadas, como se sabe, as relações de produção não foram alteradas, senão no nível estritamente jurídico, com a transferência da propriedade daqueles meios, anteriormente privados, ao Estado.

Por outro lado, a possibilidade de uma revolução político-social no sentido do socialismo – entendendo este modelo societal como o terreno por excelência do fim da exploração do trabalho, do aspecto negativo da alienação, enfim, da emancipação humana – não é nem sequer vislumbrada por Weber. Precisamente por isso, por encontrar-se imbuído de uma época e de valores específicos, é que parece razoável supormos que termina por tecer uma crítica de caráter fetichista. Isso fica relativamente nítido, reiteramos, principalmente quando apresenta o pilar último da sustentação da burocracia, do entrave maior à reapropriação dos meios de administração e produção da vida social pelos trabalhadores diretos: a técnica moderna. É possível se contrapor a essa ideia apontando como não só as técnicas, sejam as convertidas em tecnologia, sejam as propriamente administrativas, como também a própria burocracia que as gere e delas depende são criações históricas, frutos do trabalho humano. O argumento é simples: caso não as encaremos como algo descolado da atividade humana, isto é, caso não as fetichizemos, aquelas são, pelo seu caráter histórico, passíveis de serem transformadas a qualquer tempo. A possibilidade ontológica de transformação das criações do trabalho humano está, assim, *sempre* posta; no âmbito dos construtos histórico-sociais, nada é eterno.

O que há no conjunto de técnicas modernas que impede os trabalhadores delas se reapropriarem? Max Weber não é claro quanto a isso, mas sua argumentação, é plausível sustentar, caminha no sentido de apontar a constatação empírica de uma realidade sem, no entanto, apontar a menor possibilidade de transcendê-la. É o que se pode depreender da análise de passagens suas, como a da *Conferência*, já citada, na qual o autor afirma que os meios de produção – “minas, altos-fornos, fábricas e máquinas” (ver p. 31) – não serão *nunca* propriedade dos trabalhadores diretos.

Evidentemente o conjunto de processos históricos específicos que engendraram a burocracia em todas as esferas sociais e a concentração dos “meios funcionais” nas mãos de pequenos grupos, a outra face menos visível do mesmo fenômeno, criaram igualmente uma base técnica perfeitamente adequada à manutenção desse estado de coisas. Se o exemplo for restringido ao modo de produção capitalista, isso se torna ainda mais claro. O conjunto de técnicas engendradas pelo sócio-metabolismo do capital certamente traz consigo características muito específicas e que dificultam sobremaneira sua apropriação pelos utilizadores diretos, obstaculizando, desse modo, a possibilidade de inversão da relação concreta de submissão existente. Tais técnicas, em sua rigidez, submetem os trabalhadores aos imperativos da lógica da acumulação de capital em escala planetária atualmente. Esse fenômeno ocorre e chega ao seu termo, historicamente, quando da introdução da maquinaria no processo de trabalho capitalista. Conforme Márcio Naves explica, apoiado na célebre análise marxiana do assim chamado processo de *subsunção real do trabalho ao capital*⁴⁴, quando isso ocorre,

[...] o operário perde o controle que ainda detinha do processo de fabricação do produto e é transformado em simples “apêndice” da máquina, convertendo-se, assim, a força de trabalho em mero dispêndio de energia laborativa. À expropriação objetiva das condições materiais da produção vem juntar-se a expropriação subjetiva da potência mental do operário. Essas novas forças produtivas, especificamente capitalistas, são agora plenamente adequadas às relações de produção capitalistas, de que são a base material necessária para que a dominação de classe se exerça no interior do processo de trabalho (2000, p. 86-87).

Sendo adequadas às relações de produção capitalistas, as técnicas modernas de fato apresentam uma enorme resistência à sua modificação ou supressão. Porém, apontar as técnicas como princípio impeditivo da reapropriação dos meios de produção, como faz Weber, é proceder à argumentação de caráter fetichista. As técnicas, fruto da relação dos homens com a natureza, em determinadas relações de produção, surgem, dessa maneira, como uma fantasmagórica forma de relação entre coisas.

⁴⁴ Já o processo de **subsunção formal do trabalho ao capital** é anterior à subsunção real. Na primeira, o trabalhador direto já se encontra separado dos meios de produção e está submetido a um capitalista; porém, a base técnica, vale dizer, as forças produtivas, ainda permanecem as mesmas do modo de produção anterior, neste caso, o feudal. Desse modo, o trabalhador ainda detém um relativo conhecimento do processo produtivo, parcial ou totalmente, interditando relativamente sua completa exploração pelo capitalista. (Ver MARX, 1978 e também NAVES, 2000, Pp. 68-70).

Diversos exemplos históricos, logo empíricos, podem ser oferecidos em contraposição a essa tese weberiana. Ao menos parte das relações de produção capitalistas, como a relação de propriedade dos meios de produção e administração da vida, foi transformada (e invertida) um sem-número de vezes, aqui e alhures. É bem verdade, insistimos, que a rigidez da base técnica forjada pelo capitalismo mostra-se um enorme empecilho à correta e plena reapropriação dos meios de produção pelos trabalhadores diretos. Isso demonstra sua inadequação para a utilização em outro projeto de sociedade que caminhe no sentido do socialismo. Contudo, experiências concretas mostram a possibilidade não só de reapropriação dos meios, mas de readequação das forças produtivas em prol de valores outros que não a lógica da acumulação.

Essas afirmações estão em perfeita consonância com os resultados de pesquisas críticas recentes sobre o tema da apropriação das “forças produtivas” modernas pelos trabalhadores diretos. Exemplo disso encontra-se na obra de Henrique T. Novaes (2007), a qual demonstra, com base em análise empírica de experiências colhidas em fábricas recuperadas na Argentina, Uruguai e Brasil, os três pontos aludidos acima: são inúmeras as experiências – e isso tomando apenas a América Latina como exemplo – nas quais os trabalhadores assumem o controle dos meios de produção, pelos motivos mais variados⁴⁵; de fato, as técnicas herdadas, forjadas conforme as necessidades da lógica capitalista, impõem grandes obstáculos à sua apropriação sem modificação prévia; apesar de rígidas, podem (e devem) passar por um processo de “adaptação sociotécnica”, ou seja, podem ser readaptadas em função de outra lógica, mais voltada para os interesses diretos dos trabalhadores, seus utilizadores⁴⁶.

Nesse sentido, a impossibilidade colocada por Weber da reapropriação dos meios de produção pelos trabalhadores, em função do caráter da técnica moderna, não encontra fundamento histórico-empírico posterior, reforçando-lhe o caráter fetichista. Resta-lhe, como força do argumento, o alerta para as dificuldades postas pela técnica forjada sob o capitalismo para sua apropriação em uma sociedade baseada em outro modo de produção alternativo, problema por vezes negligenciado até mesmo por autores inscritos no campo do marxismo⁴⁷.

⁴⁵ Tais motivos podem estar ligados à falência da empresa, ao abandono das unidades de produção por seus antigos proprietários, etc.

⁴⁶ Exemplos históricos e empíricos disso, entre outros, foram fornecidos pelas experiências ligadas à autogestão na antiga Iugoslávia e nos *kibutz* israelenses (MELMAN, 1981 apud NOVAES, 2007, p. 65).

⁴⁷ Novaes indica a existência de um debate no próprio interior do marxismo, onde não há consenso sobre esse tema específico. À pergunta sobre se as forças produtivas capitalistas podem ser aproveitadas por uma sociedade socialista, respondem positivamente alguns e negativamente outros tantos. O tema é tão espinhoso que opõe autores como István Mészáros e Gyorgy Lukács, tendo sido o primeiro discípulo desse último. Enquanto Mészáros (2002) aponta graves problemas para a reapropriação da tecnologia capitalista em outra sociedade, seu

Nesse campo teórico, coube a Gyorgy Lukács, ex-discípulo de Weber, a tarefa de indicar a relação dos pressupostos metodológicos do autor em tela com o caráter fetichista e eternizante das relações sociais modernas contido em seu arcabouço teórico.

5.2 A inadequação metodológica da crítica weberiana da modernidade

O filósofo húngaro Lukács, que frequentou a casa dos Weber e manteve fraternal relação de amizade com o sociólogo alemão à juventude, demonstrava grande influência das ideias desse pensador, mesmo após sua adesão ao marxismo⁴⁸. Porém, em obra posterior, em *O Assalto à Razão* (1968), Lukács procede a uma contundente crítica da concepção weberiana atrelada ao neokantismo. Para ele, a equivocada argumentação de Max Weber acerca da impossibilidade do socialismo, tal qual a de Ferdinand Toennies, apresentado pelo filósofo marxista como antecessor de Weber neste terreno, repousa em um ponto específico: a problemática aplicação da metodologia típica dos sociólogos alemães do período guilhermino na explicação do próprio capitalismo⁴⁹. Argumentava Lukács que esses sociólogos, entre os quais Weber, chegam a compreender esse modo de produção sem adentrarem com a devida profundidade em seus problemas econômicos, como a exploração do trabalho, a extração de mais-valia etc. Precisamente por isso, apresentam a sociedade capitalista como sendo caracterizada principalmente pela racionalidade, pelo cálculo, e, muito comumente, retiram da esfera econômica qualquer causalidade, reputando-as às “formas ideológicas”, como a religião⁵⁰. Esse tipo de argumentação, segundo ele, por não entrar nos problemas fundamentais do capitalismo, a despeito de seu teor crítico em relação a esta ordem social, termina por conceber a racionalização capitalista como um “destino”, como algo inexorável e necessário. Para Lukács (1968, p. 393),

antigo mestre sustentara visão oposta. Para ele “uma fábrica construída para propósitos capitalistas tranquilamente pode produzir sem mudanças significativas sobre o socialismo, e vice-versa” (LUKÁCS, 1991 apud NOVAES, 2007, p. 103).

⁴⁸ Conforme Mészáros (2004, p. 77), o exemplo maior dessa influência weberiana em Lukács é sua famosa obra *História e Consciência de Classe* (2003).

⁴⁹ O “período guilhermino” compreende os fatos históricos da unificação alemã que vão da ascensão de Guilherme I, em 1871, à queda da monarquia, seguida do advento da república, após abdicação de Guilherme II, em 1918. Esse período confunde-se, portanto, com a história do *Kaiserreich*, o II Império Alemão, onde reinou a dinastia Hohenzollern.

⁵⁰ Tal qual fez Max Weber, ressalvados possíveis exageros no argumento de Lukács, em sua célebre obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1967).

[...] estes argumentos culminam sempre na demonstração da impossibilidade econômica e social do socialismo. A aparente historicidade das considerações sociológicas tende – embora nunca se proclame abertamente assim – a fundamentar o capitalismo como um sistema necessário, que já não é suscetível de sofrer mudanças essenciais, e a por a descoberto as supostas contradições internas, econômicas e sociais, do socialismo, que, segundo estes sociólogos, tornam impossível, tanto teórica como praticamente, sua implantação.

Do ponto de vista lukacsiano, portanto, uma suposta insuficiência epistemometodológica estaria na base da concepção equivocada de Max Weber acerca das relações sociais na modernidade, decorrendo disso sua ideia da eternização do capitalismo e seu corolário lógico, a completa impossibilidade do socialismo.

Na mesma linha argumentativa, diretamente influenciado pela perspectiva lukacsiana, Nogueira (1977) estende tal crítica à própria noção de burocracia em Weber. Segundo ele, esse pensador não teria logrado apreender, com o devido rigor, o fenômeno da burocracia, residindo a razão disso na inadequação dos próprios “fundamentos teóricos e metodológicos” do sociólogo alemão para tal tarefa. Em consonância com o que vimos sustentando sobre o condicionamento da crítica weberiana pela base valorativa a qual aderiu, Nogueira imputa aquela inadequação do ferramental teórico weberiano à constatação de que seu “universo onto-metodológico” específico seria “determinado pela situação de classe de Weber e pela singularidade da formação histórica alemã” (1997, p. 138). Em outras palavras, Weber teria sustentado ser a burocracia “[...] um produto imprescindível e inevitável do processo de racionalização progressiva que rege a história das sociedades” (1997, p. 142), precisamente por ter sofrido enorme influência do contexto histórico em que estava inserido – a Alemanha de sua época – incorrendo no equívoco de generalizar, injustificadamente, um determinado tipo de processo de racionalização que é histórico, socialmente construído, mas nunca natural ou inexorável.

Por fim, o aspecto fetichista da crítica weberiana, condicionado que está, conforme sustentamos, por um conjunto de valores típicos de uma época e lugar, abre margem para que observemos como aquele arsenal crítico cumpriu – e, em verdade, ainda cumpre – uma função ideológica. István Mészáros, talvez o mais expressivo pensador marxista da atualidade, é quem nos ajuda a compreender isso com maior clareza.

5.3 A função ideológica da concepção crítica weberiana

Argumenta Mészáros (2004, p. 522-523) que, ao procurar sustentar uma concepção eternizante das relações sociais capitalistas com base na “complexidade” do modo de produção, Max Weber, “inimigo declarado e jurado do socialismo”, procede ao combate ideológico da forma de sociedade alternativa ao mundo do capital. Um esclarecimento prévio se faz aqui necessário sobre o conceito de *ideologia* contido no pensamento e na obra de István Mészáros. Seguindo as pistas de Marx e Lukács, Mészáros (2004, p. 65 – itálicos do autor) não utiliza o conceito referindo-se à “falsa consciência”; ao contrário, define-o negando tal tese:

[...] Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas *sociedades de classe*. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* [...] que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.

Com base nessa concepção, Mészáros imputa caráter ideológico à crítica weberiana. Dessa maneira, a partir do conceito do filósofo húngaro, argumenta-se aqui tão somente que a crítica weberiana está a serviço de interesses específicos⁵¹, compreendidos à luz do inerente conflito entre as classes e suas frações na sociedade capitalista.

Como vimos reiteradas vezes acima, a complexidade das sociedades modernas é, em Weber, fator que exige a forma de dominação burocrática, assim como sua expansão aparentemente ilimitada. A burocracia apresenta-se, para as sociedades capitalistas, como o meio mais eficiente de geri-las, residindo exatamente aí um dos pilares de sua inexorabilidade.

⁵¹ Quanto a isso, na perspectiva de Mészáros, pouco importa com que nível de consciência opera o sociólogo alemão. O caráter ideológico de ao menos parte de suas assertivas contrárias ao socialismo está presente de qualquer modo.

Para Mészáros (2004), há por trás da concepção weberiana a recusa em reconhecer, tal como fazem os apologetas do capital, que o sistema sócio-metabólico capitalista não pode controlar os aspectos negativos oriundos de sua complexidade, com nítido impacto em todos os setores da vida, do econômico-social ao ecológico, pondo à prova a possibilidade da própria sobrevivência humana. Tal como fazia o neoliberal Hayek, Max Weber erige o argumento da “insuperável complexidade” como “justificativa racional” à permanência absoluta de um sistema cujo metabolismo socioeconômico é intrinsecamente insustentável (MÉSZÁROS, 2004). O significado conferido a essa “complexidade”, de acordo com Mészáros (2002, p. 216), esconde suas verdadeiras preocupações, as quais não resultam da grande dificuldade de se transformar as instituições dessa ordem socioeconômica, mas sim da defesa da concepção de que a tentativa de transformação da ordem não deve ocorrer: eis o caráter ideológico da crítica weberiana.

Ao citar uma passagem de *Economia e Sociedade* sobre o conceito típico-ideal de *burocracia*, Mészáros procura demonstrar o caráter ideológico da acepção weberiana, que, segundo o pensador húngaro, opõe o conceito de Weber a seu próprio postulado de “neutralidade” científica. Assim, Mészáros (1993, p. 31 – itálicos no original) contrapõe-se de maneira muito incisiva ao “postulado profético” acerca da inevitabilidade dos aparelhos burocráticos em virtude do insuperabilidade dos “especialistas”:

Tomemos, por exemplo, a afirmação categórica de que o dominado *não pode* substituir o aparelho burocrático de autoridade uma vez que ele exista. Nada endossa tal afirmação, a não ser o postulado mitológico do caos inevitável, no caso de ser ‘forçosamente interrompido o trabalho do funcionário’, seguido da afirmação segundo a qual ‘*é difícil improvisar* substitutos dentre os dominados que sejam capazes de controlar esse caos’. Mas, obviamente, o que poderia ser ‘difícil’ não é absolutamente ‘impossível’, o que é sugerido por ‘não pode’. Assim, a afirmação categórica de Weber não sobrevive nem à sua própria tentativa de justificativa.

Se muito embora possamos admitir, com Mészáros (1993), que de fato a dominação burocrática apresenta graves empecilhos à sua transformação, seja no nível técnico, como discutido acima, seja no nível organizacional, no esforço de substituição dos especialistas, podemos também indicar o fato de que tal complexidade tem *causas* históricas bastante específicas. O passado nos legou formas históricas de relação antagônica entre produção e controle que bem podem ser caracterizadas como uma “complexidade incontrolável”, no sentido de que geram problemas incontornáveis, tanto no caso da sociedade capitalista como

nas pós-capitalistas, mas não como uma “inevitável complexidade”, como sugere Weber. Para o pensador húngaro, não serem inevitáveis, as formas de dominação modernas devem ser atacadas frontalmente pelos que se alinham na busca por soluções baseadas em um projeto socialista (MÉSZÁROS, 2002).

Indicado o caráter ideológico da crítica weberiana, seu viés de combate ao socialismo explicitado pela negação da *incontrolabilidade* da sociedade capitalista, assim como pela tentativa de se evitar a transformação das instituições que a sustentam, é possível indicar sua ligação com a perspectiva central que vimos defendendo até aqui. Parece-nos razoável sustentarmos que a função ideológica cumprida por sua crítica encontra suas motivações mais íntimas não simplesmente em um esforço no sentido da manutenção da ordem, mas, antes, na firme defesa da ordem socioeconômica capitalista na medida em que isso contribui para a não-desagregação da pátria alemã e para manutenção de liberdades individuais em níveis considerados aceitáveis pelo sociólogo nacionalista.

Se Max Weber reputa um caráter insuperável às relações sociais fundamentais do capitalismo – sinteticamente, o par de relações produção/burocracia – e, ao fazê-lo estende sua crítica ao socialismo, o qual reputa impossível, cumpre, assim, função ideológica no sentido da conservação da ordem capitalista moderna. Seus argumentos apresentados procuram esconder tal fato, mas terminam por trazê-lo à tona: essa é a tese de Mészáros acerca do caráter ideológico das proposições weberianas. Contudo, essa missão ideológica encontra motivações mais profundas evidenciadas por toda nossa argumentação anterior. Max Weber combatia o socialismo não no sentido de uma defesa *stricto sensu* da sociedade sob a égide do capital; mais que isso, travou tal combate imbuído de seu idiossincrático liberalismo, de suas preocupações com o possível alargamento das limitações às ações individuais e, principalmente, impulsionado por seu ardente nacionalismo, por sua enorme preocupação com os destinos da Alemanha de inícios do XX, nação refém de uma tão longínqua quanto duradoura instabilidade política e social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nós, produtos tardios do Ocidente, tornamo-nos céticos. Os sistemas ideológicos não nos abalam. Os programas constituem coisas do passado”
(WEBER apud TRAGTENBERG, 1976, p.51).

Fato sobejamente conhecido, em 1991, a maior experiência socialista da história chegava formalmente a seu termo. A desagregação da antiga União Soviética e de seus países satélites localizados no Leste Europeu gerou contraditórias manifestações. Muitos a festejaram, enquanto outros, em número menor, deploraram seu fim. Uma terceira posição não comemorou nem lamentou a derrocada, mas a interpretou como algo absolutamente necessário ao avanço do socialismo. Sem partirem para a negação absoluta dessa experiência, desenvolveram importante leitura crítica sobre o modo de sua consolidação distanciada da busca pela superação das classes sociais e da alienação do trabalho, ou seja, do autêntico projeto socialista de emancipação humana.

No contexto atual, a reflexão weberiana ganha ampla significação e importância, uma vez que os apontamentos de Max Weber sobre o desenvolvimento do socialismo foram confirmados pela história em larga medida. Os desdobramentos do socialismo de tipo soviético, principalmente em função do enorme incremento da burocracia que gerou, foram sem dúvida os fatores mais expressivos a confirmar parte das teses mais pessimistas de Weber. Ressalte-se que o sociólogo alemão, já em 1918, apontava a relação existente entre expansão burocrática e propriedade estatal dos meios de produção, assim como prenunciava a rigidez das técnicas forjadas sob o capitalismo quando da tentativa de sua utilização sobre outras bases e para outros fins.

Diante da perspicácia e da capacidade de antecipação da crítica weberiana, concluímos que a maior parte dos socialistas do século XX estabeleceram com Weber um embate de natureza ideológica e, por limites fundamentalmente históricos, não puderam, a seu tempo, conferir-lhe o devido crédito. Ao contrário disso, boa parte dos socialistas combateram as ideias de Weber com intensidade igual ou superior à que ele costumava empreender em suas considerações sobre o socialismo. Para ficarmos em apenas alguns exemplos, a segunda edição da *Grande Enciclopédia Soviética*, de 1951, apresenta Weber como “[...] sociólogo alemão reacionário, historiador e economista, neokantiano, inimigo maldoso do marxismo [...]” e “apologeta do capitalismo” (WEISS, 1994, p. 181). Até mesmo Lênin (apud WEISS,

11994), quando de sua apreciação acerca da análise empreendida por Weber sobre os eventos políticos de 1905, na Rússia, referiu-se muito negativamente ao “muito culto senhor professor Weber”, portador da “sabedoria professoral da burguesia covarde”. Frise-se, porém, que no caso de Lênin, a referência ao professor alemão foi feita em contexto específico de confronto aberto com os opositores do socialismo, dado seu profundo e direto envolvimento na construção da revolução na Rússia. No caso dos que se apressaram em descartar de imediato os argumentos de Weber, consideramos que tenham perdido excelente oportunidade de reflexão crítica sobre os rumos das sociedades em transição a partir do pensamento de um de seus mais preparados e contumazes críticos.

Uma vez que não se conheceram configurações sociais modernas que lograram êxito na ultrapassagem das formas de dominação hierarquizadas, a própria teoria da transição socialista poderia ser enriquecida em muitos casos se, em vez da pura negação da crítica weberiana, nela fosse reconhecida sua intrínseca força argumentativa, ainda que com vista à sua superação dialética. O problema da transição foi colocado até mesmo pelo socialista Albert Einstein, célebre pensador das ciências naturais, o qual fora capaz de perceber as enormes tarefas que se apresentavam ao socialismo no sentido da alteração das relações de poder existentes:

[...] é preciso recordar que uma economia planificada não é, todavia, o socialismo. Uma economia planificada como tal pode ser acompanhada pela completa escravização do indivíduo (EINSTEIN, 1949, p.2)

E Albert Einstein (1949, p.3) alertava, não em tom resignado, mas de ponto de vista claramente partidário da possibilidade de superação das relações de produção e de poder capitalistas:

A realização do socialismo requer a solução de alguns problemas sociopolíticos extremamente difíceis: como é possível, considerando a muito abarcadora centralização do poder, conseguir que a burocracia não seja toda poderosa e arrogante? Como podem proteger os direitos do indivíduo e mediante ele assegurar um contrapeso democrático ao poder da burocracia?

Às constatações e questionamentos levantados por Einstein, nos quais decerto foi acompanhado por outros pensadores socialistas ao longo do século XX, Max Weber sem sombra de dúvida teria algo bastante relevante a acrescentar. Todavia, em que pese a força de sua enorme erudição e de sua criticidade instigante, a teorização weberiana acerca do socialismo padece de certa limitação. Ao apresentar o modo de dominação burocrático e sua

constante expansão como algo inexorável e insuperável, Weber termina por adotar uma concepção restrita e fetichizada da história, pois os pilares de sustentação de suas teses estão pautados em argumentos fatalistas.

Vimos defendendo que a crítica weberiana foi bastante influenciada por sua postura político-ideológica ou, antes disso, pelos valores sociais que a determinam. Em síntese, sustentamos que, sendo um autor circunscrito no largo ideário liberal clássico, procurava objetar o socialismo a partir do prisma dos valores liberais, receando que esse modelo de sociedade restringisse ainda mais as liberdades individuais efetuada pela burocracia. Alemão genuinamente nacionalista, preocupadíssimo, portanto, com a manutenção da frágil integração de sua nação, Max Weber atuava politicamente no sentido de conter os perigos de uma revolução de caráter democrático-popular, principalmente na medida em isso pudesse por a estabilidade alemã em risco. Exemplo disso é a situação de seu nacionalismo que, durante a guerra, atingira níveis particularmente intensos, levando-o a cerrar fileiras ao lado dos que defendiam a ideia da “missão política universal” dos “povos senhoriais” (LUKÁCS, 1968). Durante o conflito, o peculiar refinamento e bom-senso, típicos de suas afirmações, deram lugar a uma visão um tanto obscurecida da realidade. Sua postura inebriada de enorme sentimento nacionalista evidencia-se, entre outras ocasiões, quando afirma que:

“A guerra foi inevitável e foi preciso lutá-la até o fim, pois a honra assim o exigia. E algum dia a História absolverá a Alemanha, pois ela livrou o mundo do czarismo” (WEBER, Marianne, 2003, 754).

Consoante as observações presentes nas terceira e quarta seções, parte das determinações mais profundas dos valores que embasam a postura weberiana podem ser encontradas na história da formação e desenvolvimento do Estado-Nação na Alemanha, assim como em sua posição de classe e trajetória intelectual. Em sua teorização crítica do socialismo, Max Weber sofreu influência, como não poderia ser diferente, de uma época, de um lugar e de um conjunto de valores específicos. Todo pensador está igualmente condicionado, em alguma medida, por valores singulares de seu tempo e lugar. Nesse sentido, convém observarmos que, para Weber, o condicionamento da produção científica pelos valores – nas assim denominadas “ciências da cultura” – é um fato inescapável, mas que em nada perturba o fazer teórico-científico; ao contrário, os valores são guias indispensáveis para a seleção do objeto de conhecimento e orientação da pesquisa (WEBER, 1996a), a qual, postula, pode e deve buscar a neutralidade das respostas elaboradas (1974; LÖWY, 1994).

Baseados na própria perspectiva weberiana, portanto, diríamos que Weber foi, em relação ao combate político-teórico que travou com o socialismo de sua época, simultaneamente, cientista e político, na medida em que avançou o conhecimento sobre o fenômeno ao mesmo tempo em que apresentou prognósticos discutíveis sobre ele.

Com a contribuição deste trabalho, esperamos ter deixado claro que a pertinência da crítica weberiana ao socialismo de forma alguma pode ser negada. A confirmação de aspectos de seus apontamentos críticos pela história, assim como sua influência posterior, atestam sua importância e exige que nos debruçemos sobre ela. Se for o caso de rejeitá-la, ainda que apenas parcialmente, antes de qualquer coisa, é preciso nela mergulhar, compreendê-la e reconhecer sua força, nunca contorná-la. O convite está feito

REFERÊNCIAS

BENDIX, R. **Max Weber**: um perfil intelectual. Brasília: UnB, 1986.

COHN, G. Introdução. In: COHN, G. (org) **Weber**. São Paulo: Ática, 1996. (Grandes Cientistas Sociais, n. 13).

_____. **Crítica e resignação**: fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: TA. Queiroz, 1979.

DIAS, E. F. **Para uma introdução à reflexão weberiana**. 4. ed., IFCH/UNICAMP: n° 1, novembro de 2003 (Série Textos Didáticos).

ELIAS, N. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HIRST, P. Q. **Evolução Social e Categorias Sociológicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LEWIN, M. O que foi o sistema soviético? **Revista Margem Esquerda** – ensaios marxistas, n° 10, São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. Pp. 39-53.

LOUREIRO, I. M. **A Revolução Alemã [1918-1923]**. São Paulo: Unesp, 2006.

LUKÁCS, G. **El Assalto a la razón** - la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Tradução de W. Roce. 2. ed. Grijalbo: Ed. Barcelona, 1968.

_____. **História e consciência de classe: estudo sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de “O Capital”**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. **A questão judaica**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, Livro primeiro. V. I e II. 1985. (Os economistas).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (I - Feuerbach). 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. **O Poder da Ideologia**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004. (Mundo do trabalho).

_____. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOMMSEN, W. Capitalismo e Socialismo. O confronto com Karl Marx In: GERTZ, R. E. (org.) **Max Weber e Karl Marx**, São Paulo: HUCITEC, 1994.

NAVES, M. B. **Marx**: ciência e revolução. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

NETO, P. L. C. Marx tardio: notas introdutórias. **Revista Crítica Marxista**, nº17, São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. Pp. 80-95.

NOGUEIRA, M. A. Max Weber: a Burocracia e as Armadilhas da Razão. **Temas de Ciências Humanas**, Vol. I. n. 1, 1977. Pp. 135 – 152.

NOVAES, H. T. **O fetiche da tecnologia**: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROTH, G. Marianne Weber e seu círculo In: WEBER, M. **Weber**: uma biografia. Niterói, RJ: Casa Jorge Editorial, 2003.

SEYFERTH, G. – A colonização alemã no Brasil. Etnicidade e conflito. In: **Fazer a América** – a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Memorial/EDUSP, 1999.

TRAGTENBERG, M. Max Weber e a Revolução Russa In: **Estudos Cebrap**, n. 18, 1976.

WEBER, M. A ‘objetividade’ do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, G. (org) **Weber**. São Paulo: Ática, 1996a. Pp. 79-129 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 13).

_____. Os três tipos puros de dominação legítima In: COHN, G. (org) **Weber**. São Paulo: Ática, 1996b. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 13).

_____. Estado Nacional e a Política Econômica In: COHN, G. (org) **Weber**. São Paulo: Ática, 1996c. (Grandes Cientistas Sociais, n. 13)

_____. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo-ideal. In: CAMPOS, E. **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. Pp. 16-27.

_____. O Socialismo. In: GERTZ, R. E. (org.) **Max Weber e Karl Marx**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Economia e Sociedad**. Fondo de Cultura Economica: México, 1944.

_____. A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha nas províncias do Além-Elba [1892]. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Orgs). **A Questão Agrária** - Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo : Brasiliense, 1981. Pp. 13-57

_____. Burocracia In: GERTH, H. H.; MILSS, C. W. (Orgs) **Ensaio de Sociologia**. / tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. A Política como Vocação In: GERTH, H. H.; MILSS, C. W. (Orgs) **Ensaio de Sociologia**. / tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1968b.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967.

WEBER, M. **Weber: uma biografia**. Niterói, RJ: Casa Jorge Editorial, 2003.

WOOD, E. M. Historia o Teleología? Marx *versus* Weber, In: **Democracia contra capitalismo. La renovación del materialismo histórico**. México: Siglo XXI, 2000.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ASCHCRAFT, R. A Análise do Liberalismo em Weber e Marx, In: COHN, G. **Sociologia: para ler os clássicos**. RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1977. Pp. 186-239.

FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

POLLAK, M. Max Weber: elementos para uma biografia sociointelectual (parte II). **Revista Mana**, vol.2, no.2, Out/1996. Pp.85-113.